

ORGANIZADORES

ÁLVARO NUNES LARANGEIRA
JUREMIR MACHADO DA SILVA

CEM ANOS DA

REVOLUÇÃO DE 1923

História, mídia e cultura



Editora Sulina

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Teixeira Primo – UFRGS
Álvaro Nunes Lorangeira – REDE JIM
André Lemos – UFBA
André Parente – UFRJ
Cíntia Sanmartin Fernandes – UERJ
Claudia Attimonelli – UniBa – Bari
Cristiane Finger – PUCRS
Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS
Erick Felinto – UERJ
Issaaf Karhawi – USP
Jaqueline Moll – UFRGS
João Freire Filho – UFRJ
Juremir Machado da Silva – PUCRS
Luiz Mauricio Azevedo – USP
Marcelo Ikeda – UFC
Maria Immacolata Vassallo de Lopes – USP
Maura Penna – UFPB
Micael Herschmann – UFRJ
Michel Maffesoli – Paris V
Moisés de Lemos Martins – Universidade do Minho
Muniz Sodré – UFRJ
Philippe Joron – Montpellier III
Renato Janine Ribeiro – USP
Rose de Melo Rocha – ESPM
Vincenzo Susca – Montpellier III
Vicente Molina Neto – UFRGS

APOIO



COLEÇÃO ALDEIA GLOBAL

ORGANIZADORES

ÁLVARO NUNES LARANJEIRA

JUREMIR MACHADO DA SILVA

Grupo de Tecnologias do Imaginário (GTI)

**CEM ANOS DA
REVOLUÇÃO DE 1923**

História, mídia e cultura



Editora Sulina

Copyright © Autores, 2023

Capa e projeto gráfico

Cintia Belloc

Revisão

Álvaro N. Laranjeira

Editor

Luis Antonio Paim Gomes

Coordenador da Coleção Aldeia Global

Juremir Machado da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza CRB 10/960

C394

Cem anos da revolução de 1923: história, mídia e cultura / organizado por
Álvaro Nunes Laranjeira e Juremir Machado da Silva. – Porto Alegre: Sulina,
2023.

139 p.; 14x21 cm.

ISBN: 978-65-5759-128-4

1. Comunicação Social. 2. Jornalismo. 3. História do Brasil.
4. Revolução de 1923. I. Laranjeira, Álvaro Nunes. II. Silva, Juremir
Machado da.

CDU: 070
316.77
981
CDD: 981

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Rua Leopoldo Bier, 644 – 4º andar

CEP: 90620-100 – Porto Alegre – RS

Tel.: (51) 3110-9801

sulina@editorasulina.com.br

www.editorasulina.com.br

Outubro/2023

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação	6
<i>Álvaro Nunes Laranjeira e Juremir Machado da Silva</i>	
Revolução de 1923: sangue e ruínas em jornal	8
<i>Juremir Machado da Silva</i>	
A Revolução de 1923 nas páginas do <i>Correio da Manhã</i> (RJ)	25
<i>Álvaro Nunes Laranjeira</i>	
A repercussão da Revolução de 1923 nos Estados Unidos: a cobertura das revistas <i>Time</i> e <i>Current History</i>	44
<i>Larissa Caldeira de Fraga</i>	
Percepções do jornal <i>Correio Paulistano</i> sobre a Revolução de 1923	67
<i>Pâmela Chiorotti Becker</i>	
1923: o imaginário da revolução na literatura de Erico Verissimo	88
<i>Táila Lopes Quadros</i>	
<i>Gazeta de Alegrete</i> : a eleição de 1922	107
<i>Beatriz Dornelles</i>	
Posfácio	133
<i>Marcos Juliano Borges de Azevedo</i>	

Apresentação

Em 1923, por um desentendimento sobre a interpretação de um artigo da Constituição estadual de 1891, os gaúchos encontraram-se novamente nos campos de batalha. Era isso e mais do que isso. A oposição estava cansada das reeleições de Borges de Medeiros e do controle do poder pelos Republicanos. A fraude na contagem dos votos era moeda corrente. A leitura divergente do texto constitucional foi pretexto para um acerto de contas. Era chegada a hora de virar a página e começar um novo tempo, o que exigiria um pouco mais de sangue nas coxilhas e de homens dego- lados de parte a parte.

A imprensa brasileira interessou-se fortemente pelo conflito, que estranhamente contou com a neutralidade do governo federal, como se não se tratasse de uma uni- dade da federação em luta armada, mas de um território independente a ser respeitado na sua decisão de resolver seus conflitos pelos meios militares. Neste livro, resultado das pesquisas dos integrantes do Grupo de Tecnologias do Imaginário (GTI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e registrado no CNPq, visita-se o cenário da última guerra civil gaúcha a partir das coberturas dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã* (RJ) e *Correio Paulistano*. Mas também com base na literatura de Erico Verissimo e na repercussão do

acontecimento nos Estados Unidos da América. O que se vê? O que surge desses olhares diferentes e distanciados geograficamente? Que imaginário transparece?

O leitor encontrará um universo rico em contradições, pontuado de notícias falsas e de pendor para o trágico. Em certo sentido, de modo complexo, todos tinham um pouco de razão e obviamente muito de desrazão. A oposição entendia que para ser reeleito o presidente do Estado deveria ter 75% dos votos de todos os inscritos, de todo o eleitorado, mesmo dos que não tivessem ido votar. A situação entendia que se deveria considerar apenas os votos depositados nas urnas. Pegar em armas, em todo caso, parecia tão natural quanto discursar numa tribuna parlamentar ou publicar um artigo num jornal. Buscou-se aqui o olhar de fora e o olhar da ficção como forma de trazer para o presente outras narrativas sobre o passado. Quis-se, contudo, privilegiar também o olhar de um jornal do interior do RS, a *Gazeta de Alegrete*, onde os confrontos aconteceram. O que aquela época nos diz sobre nós?

Álvaro Nunes Larangeira e Juremir Machado da Silva

Organizadores

Revolução de 1923: sangue e ruínas em jornal

Juremir Machado da Silva¹

O cristal do acontecimento total

Narrar é fazer escolhas. Como olhar para o passado de maneira a ter algo a dizer que não seja uma simples paráfrase? Rolf Tiedemann, na apresentação ao monumental estudo de Walter Benjamin, publicado postumamente em volume de mais de mil páginas, sob o título *Passagens* (2007, p. 19), enfatiza o pensamento do grande autor alemão lembrando que para ele é preciso “dissolver a ‘mitologia’ no espaço da história”. Benjamin é muito claro quanto ao seu procedimento metodológico (2007, p. 503): “A primeira parte desse caminho será aplicar o princípio da montagem. Isto é: erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total”. A segunda parte é o que escrever quer dizer.

Possivelmente essa seja a origem da ideia de um método indiciário. Carlo Ginzburg disseminou a ideia de um “saber indiciário”, aquilo que em Edgar Morin pode ser o “princípio hologramático” (Morin, 2007, p. 207), compreender a partir do mínimo, pois o todo está na parte, que está no todo. Para Ginzburg (1987, p. 62), “uma investigação que, no

1. Historiador, jornalista, doutor em sociologia pela Sorbonne, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS.

início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do comum, acabou desembocando em uma hipótese geral sobre a cultura popular”. Se for para tratar o todo pelo todo, o método indiciário perde o sentido. O passado se oferece como fresta. O historiador, como um passante, espia por essas brechas para tentar entender o passado a partir da montagem das peças que recolhe.

O cristal do acontecimento total de 1923 em jornal

Em 5 de outubro de 1923, na capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, um texto chama a atenção: “A revolução rio-grandense — IV — Sangue e ruínas”. O artigo tem a assinatura de Rego Lins. O primeiro parágrafo é brutal: “Às degolações do dr. Gustavo Staller e de Francisco Corrêa de Moura no Herval Seco seguiram-se outros cruéis assassinios na região serrana estendendo-se a sangueira hedionda desses justicamentos sumários a todas as regiões do Rio Grande do Sul”. Na guerra civil de 1893, a degola, de parte a parte, fora o acontecimento mais notável e mais terrível. Os republicanos gaúchos, cujo líder já era Júlio de Castilhos, discípulos do francês Auguste Comte, pai do positivismo, filosofia amparada na educação e na ciência, praticavam a degola tanto quanto seus adversários federalistas. O mais pungente relato daquelas atrocidades pode ser lido em *Voluntários do martírio: narrativa da revolução de 1893*, lançado em 1896 por Ângelo Dourado, médico da coluna do guerrilheiro Gumercindo Saraiva. O subtítulo original do livro de Dourado, que se apresentava como coronel do exército libertador, era “Fatos e episódios da guerra civil”. Ele escreveu:

A campanha está deserta, não se vê nem uma rês, nem uma pessoa, — essa rês que a tirania manda ao matadouro. Parece que tudo dorme; é tão cedo ainda. Não, ninguém dorme, — é o deserto que passeia só por ali, o silêncio do túmulo. A vida da campanha se extinguiu (1977, p. 3).

O silêncio da degola. Rego Lins, advogado e opositor ao regime dos republicanos, detentores ininterruptos do poder desde a época da mais sangrenta das guerras civis do Rio Grande Sul, denunciava o retorno da barbárie em 1923. Ele seria citado num telegrama de Assis Brasil, chefe dos rebeldes, a Borges de Medeiros como um dos seus procuradores legais para qualquer assunto. O seu texto no jornal paulista pode funcionar como o “cristal do acontecimento total” de Benjamin:

Nada mais natural que tivesse a serra, onde começou a degola, a parte mais dolorosa da sangueira geral. De lá partira o grito de rebeldia contra o usurpador detestado no momento em que este, armado de uma sem-cerimônia de saltimbanco político e com as costas guardadas pela polícia e capangada ameaçadora, se apossara do governo, após a comédia indigna do reconhecimento por um simulacro de assembleia moldada na do Paraguai de Lopes, que, dado o obscurantismo deplorável daquele país, talvez fosse melhor e menos servil.

Rego Lins fala das “torrentes de sangue” que descem da serra para as planícies, denuncia execução sumária de prisioneiros, cita nomes e lugares e clama por humanidade. Que guerra é essa? Que guerra foi essa? O historiador Arthur

Ferreira Filho, que, no dizer dele mesmo, formou ao lado dos “chimangos”, portadores de lenço branco, como eram chamados os republicanos, contra os maragatos, apelido dado aos rebeldes de lenço vermelho, sustentaria posição diferente, falando em comedimento:

A Revolução de 1923 distinguiu-se da anterior não só por sua menor duração e pela diferença de armamentos, como porque seus participantes não se desmandaram em atos de ferocidade, sendo rara a prática odiosa do degolamento de prisioneiros, infelizmente comum na guerra federalista [...] Também não registrara em 1923 casos de assassinatos de pessoas estranhas à luta, nem desacatos às residências, nem incêndios, nem saques. Até mesmo os arrebanhamentos de gado e cavalos, para suprir a necessidade das forças, salvo os deploráveis casos ocorridos durante o armistício, foram praticados com comedimento (1973, p. 105).

Flores da Cunha, comandante republicano da Brigada do Oeste, no seu livro de memórias sobre a guerra civil, *A campanha de 1923*, assinalaria casos de degola, mas preferencialmente entre os adversários. No seu depoimento, louva-se pelo humanismo:

Nunca senti alegria e muito menos glória em combater e vencer a meus próprios patrícios. Se, em todas as campanhas em que tomei parte, alcancei algum mérito, esse, certo, eu o quero para mim, porque é meu, foi o de ter banido a degola e imposto, como norma intransgredível e de honra, o respeito pelos vencidos, feridos e prisioneiros (1979, p. 38).

O autor e protagonista poderia se defender dizendo que se referia à sua brigada. A campanha foi feita com vários corpos militares, praticamente independentes uns dos outros, atuando em diferentes regiões com muita autonomia de métodos e de princípios.

Uma questão de interpretação

Por que não afirmar de modo taxativo: a Revolução de 1923, última guerra civil do Rio Grande do Sul, foi um erro. Um erro de interpretação. Borges de Medeiros, presidente da Estado e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), concorreu a um terceiro mandato consecutivo, o quinto em sua longa carreira de herdeiro de Júlio de Castilhos, o artífice da república positivista gaúcha. O artigo nono da Constituição estadual de 14 de julho de 1891 estabelecia que a reeleição só poderia acontecer com o “sufrágio de três quartas partes do eleitorado”². O artigo 43 da Constituição Federal de 1891 fixava que “o Presidente exercerá o cargo por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período presidencial imediato”³.

O próprio Borges de Medeiros (in Flores da Cunha, 1979, p. 158) historiou minuciosamente, em seu discurso de posse, a controvérsia relativa à questão constitucional que levaria à guerra civil:

É sabida a prolongada celeuma que vozes opositoristas levantaram de 1895 a 1907, na tribuna do Congresso

2. Cf. http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK_3Etc%3d&tabid=3107.

3. Cf. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

Nacional, contra a Constituição rio-grandense. Taxaram-na de *ditatorial* e contrária aos princípios da União, mas nunca arrolaram explicitamente entre esses princípios a proibição da reelegibilidade. Em sessão de 13 de junho de 1907, a Câmara Federal aprovou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a indicação do deputado Antunes Maciel, relativa à ilegitimidade da Carta de 14 de julho de 1891. Essa indicação, porém, pretendia que a mesma Constituição se opunha aos princípios constitucionais da União e à forma republicana federativa: a) porque a Assembleia de Representantes tem a única e apreciável função legislativa de decretar o orçamento; b) porque essa Assembleia não pode ser considerada a Assembleia Legislativa do Estado, a que se referem os arts. 4º e 90 da Constituição Federal; c) porque o Poder Legislativo está expressamente confiado ao presidente do Estado e, assim, inexistente a divisão dos poderes legislativo e executivo, adotado como base da organização política nacional; d) porque o presidente do Estado nomeia livremente o vice-presidente, o que se opõe ao princípio da eletividade do chefe do executivo no regime republicano; e) porque o presidente tem o poder de reformar a Constituição; f) porque esta institui o governo e a administração do Município sob o regime idêntico ao do Estado.

Era uma ditadura constitucional. Como método de imposição do continuísmo aplicava-se a fraude eleitoral. Em 1923, a oposição denunciaria como sempre o autoritarismo do sistema, a inconstitucionalidade do artigo nono da carta estadual por analogia com o 43º da carta federal e a fraude na contagem dos votos. Se tinham razão em quase tudo,

um ponto, o mais importante, não era pacífico. Borges de Medeiros fez uma síntese bastante precisa desse aspecto:

A simples qualidade de eleitor não confere ao cidadão outro direito senão o de votar; não votando, portanto, absurdo seria conceder-lhe em qualquer caso influência, direta ou indireta, sobre o resultado da eleição. Eis, porém, o que pretendem os meus opositores; alegando que o quociente necessário à reeleição deve ser computado em relação à totalidade dos eleitores inscritos nos registros eleitorais, eles concedem evidentemente àqueles que não votarem, por morte, doença, ausência, abstenção voluntária, a decisão do pleito... (In Flores da Cunha, 1979, p. 160).

Em outras palavras, cem anos depois, a querela se resumia ao seguinte: a oposição, cansada do continuísmo e de uma assembleia que só servia para votar orçamento, entendia que a expressão “sufrágio de três quartas partes do eleitorado” significava três quartas partes de todos os eleitores, mesmo dos que não tivessem comparecido às urnas. A situação entendia que só podia tratar-se dos que tivessem votado. Borges Medeiros, com os dados da eleição, apontava o contrassenso:

Exemplo: votaram na eleição de 25 de novembro 138.598 eleitores; deixaram de votar 129.092; total: 267.690 eleitores inscritos; três quartas partes desse total são: 200.766; mas votaram no candidato à reeleição 106.360 eleitores; logo, não estaria reeleito por não ter alcançado os três quartos, que deveriam ser de 200.766 eleitores. Daí resultaria que um eleitorado *inativo* de 129.092 eleitores teria

prevalcido sobre o eleitorado ativo de 138.598 eleitores (1979, p. 161).

Acontece que entre os inscritos podia haver mortos. Eles contariam também? A oposição, de resto, reclamava que havia mortos que votavam até mais de uma vez. A guerra semântica era tão intensa que Borges de Medeiros buscou o “sentido gramatical” da locução “três quartas partes dos sufrágios do eleitorado”. Para ele, “se o vocábulo — sufrágio — estivesse anteposto às *três quartas partes do eleitorado*, então o texto poderia admitir a controvérsia, porque as três quartas partes seriam não dos sufrágios, mas do próprio eleitorado” (1979, p. 162). Como não conseguiram resolver com gramáticas, foram às armas.

A estranha neutralidade do governo federal

Arthur Bernardes fora eleito presidente da República sem o apoio de Borges de Medeiros, que ficara com Nilo Peçanha. Isso encorajara os revoltosos do Rio Grande do Sul a esperar ajuda da União ou mesmo intervenção no Estado. Bernardes, contudo, resolveu deixar correr. Arthur Ferreira Filho (1973, p. 89) afirma que “o objetivo principal dos rebeldes era proporcionar ao Governo Federal o ensejo de praticar a intervenção no Estado, que acreditavam totalmente prometida”. Para Hélio Silva (1975, p. 79) as raízes do mal no Rio Grande encontravam-se efetivamente na constituição estadual de 1891. Além disso, a oposição vege-taria no “saudosismo dos antigos liberais que se tornaram federalistas cultivando a saudade das bandeiras retalha-das nos combates de 93”. Esses homens só esperavam uma

oportunidade para tentar liquidar a carta magna que viam como um documento infame.

A prática das fraudes nas eleições acontecia em diferentes etapas do processo. Silva (1975, p. 83) destaca que “as mesas receptoras não podiam investigar a identidade do eleitor que apresentava o título”. Em consequência, “governo e oposição, por igual, usavam e abusavam das segundas, terceiras e quartas vias, havendo eleitor que votava vinte vezes, com vinte desses títulos ao portador de vivos e defuntos”. Se havia fraude pré-fixada, também havia a pós-fixada, na contagem dos votos. Uma comissão da Assembleia Estadual, com três membros, Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José Vasconcelos Pinto, foi a responsável pela apuração. Uma anedota conta que os três foram levar a Borges de Medeiros o resultado da sua derrota e este, avisado a tempo, adiantou-se agradecendo pelo comunicado de mais uma vitória, o que teria levado a trinca a fazer meia-volta para recontar e fraudar o escore. Borges de Medeiros contabilizou 106.319 votos. Assis Brasil, seu opositor e depois líder civil da revolução, fez 32.217 votos, faltando-lhe 2.422 votos para impedir o adversário de alcançar os três quartos dos votos efetivamente dados. Silva (1975, p. 85) bem resumiu a situação:

Os assististas alegavam que Borges de Medeiros não obtivera o apoio das três quartas partes do eleitorado inscrito. Assim, não fora atingido o quórum exigido pela Constituição estadual para os casos de reeleição. Além do mais, diziam que a comissão, para chegar àquele resultado, havia anulado grande número de votos dados a Assis Brasil. Por isso, proclamam a ideia de não aceitar tal julgamento.

Assis Brasil propõe um tribunal especial para julgar a disputa. A arbitragem seria feita por quatro deputados estaduais, um deputado federal e um senador de cada lado e um representante do presidente da República. Borges de Medeiros aceitou com a condição que o voto de desempate fosse do próprio presidente da República, que recusou. A guerra mancharia os campos de sangue ao longo do ano. A paz só seria definitivamente selada em 14 de dezembro de 1923, pelo Pacto de Pedras Altas, pelo qual ficava impossibilitada a reeleição do presidente do Estado e assegurada a eleição do vice-presidente. Os rebeldes, depois de muita resistência, aceitariam que Borges de Medeiros pudesse terminar o seu mandato. Os gaúchos, pelo jeito, levaram tão a sério essa nova ordem que nunca mais reelegeram de modo subsequente um governador do Estado. Eduardo Leite, em 2022, seria o primeiro a alcançar tal façanha, depois, porém, de ter renunciado ao cargo.

Durante meses os adversários se mataram diante dos olhos compassivos das forças do exército nacional. Qualquer sinal de apoio a um dos lados era logo denunciado como uma inaceitável intromissão. Flores da Cunha (1979, p. 59), ao citar o caso de um prisioneiro uruguaio, oriundo das forças inimigas de Honório Lemes, comentava: “Agora, porém, arrependido, abandonara as fileiras adversas e viera se apresentar. Por ele, ficamos cientes da nova violação da neutralidade federal e do recurso de que o inimigo lançara mão para evitar o combate em campo raso”. Os valores da época parecem bem distantes dos atuais. O mesmo Flores da Cunha (1979, p. 86) louvava, ao ver adversários passeando tranquilos na Rua da Praia, a principal rua de Porto Alegre da época, “o grau de respeito que, então, havia pelos direitos e liberdades dos cidadãos”. Em outra passagem, Flores

da Cunha (1979, p. 45) diz que se encontrou com o Capitão Magalhães, “encarregado de fazer respeitar a neutralidade do governo federal”.

Como podia o governar federal ficar de braços cruzados diante de uma guerra civil numa das unidades da nação? Hélio Silva (1975, p. 89) confirmaria: “O governo federal, mantendo-se oficialmente neutro, propiciou à guarnição do Rio Grande, com a maioria dos seus oficiais nascidos no Sul, uma expectativa que não escondia a boa vontade para com a revolução”. Homem do seu tempo, com as contradições e códigos de honra da sua época, Flores da Cunha (1979, p. 12) diz ter acreditado “com sinceridade”, por muitos anos, “que efetivamente, ele [Borges de Medeiros] atingira os três quartos exigidos pela Constituição”. Um dos mais renhidos combatentes a serviço do governo de Borges de Medeiros, perseguidor implacável das tropas de Honório Lemes, Flores da Cunha, na Ilha Grande, prisioneiro de Getúlio Vargas, de quem fora companheiro na Revolução de 1930 e opositor ao perceber a chegada do Estado Novo, escreveria nas suas memórias que, de posse de todo o processo “de verificação do pleito” de 1923, graças ao amigo Manuel Mostardeiro, precisou meditar bastante sobre argumentos dos seus oponentes, que denunciavam consistentemente a fraude na apuração.

Se a redação original das memórias da Revolução de 1923 era impiedosa com adversários como Batista Luzardo, a publicação deveria expurgar trechos mais duros em razão da solidariedade a ele, na Câmara dos Deputados, do antigo inimigo quando das polêmicas em torno dos “impedimentos” de Carlos Luz e Café Filho na presidência da República. A edição publicada em 1979, porém, sairia na íntegra, com autorização de Antônio Flores da Cunha, filho do velho

guerreiro, pela ocorrência de comentários desairosos de Luzardo ao oponente já falecido.

A revolução de 1923 seria uma guerra das elites gaúchas pelo controle do poder. Maria Antonieta Antonacci (1981, p. 111) sustentaria que “a reconciliação da classe dominante rio-grandense começou em 1923, com o Pacto de Pedras Altas, e completou-se em 1929, com a formação da Frente Única para a presidência nacional”. O pequeno “cristal do acontecimento total” brilhava coberto de sangue irmão.

Degola e sangue no campo

A guerra civil de 1923 foi menos sangrenta que a de 1893. Ainda assim deixou um rastro de barbárie. A revolta expandiu-se do norte para o Estado inteiro. O primeiro grito foi dado por Artur Caetano. Belicoso, como enfatizou Arthur Ferreira Filho (1973, p. 31), o gaúcho da época estava acostumado a resolver seus contenciosos nos campos de batalha. Em 1923 haveria mais uma guerra de guerrilhas. Flores da Cunha perderia o irmão, Guilherme, na batalha da Ponte do Ibirapuitã, em Alegrete. Em Ponche Verde, em 3 de setembro, Ferreira Filho dá mais de 50 mortos legalistas e em torno de cem feridos, entre eles o poeta Alceu Wamosy, que morreria logo depois. Os rebeldes contariam 22 mortos e 41 feridos (1973, p. 68). Um dos mais sangrentos confrontos seria o do ataque, em 28 de setembro, à cidade de São Francisco de Assis, onde morreria o intendente (prefeito) municipal, Carlos Gomes de Oliveira. No choque do Santa Maria Chico, de vitória governista, tombaria o maior degolador de 1893, o uruguaio Adão Latorre, aos 86 anos de idade. Pelotas, cidade do maior apoio aos rebeldes, chegaria

a ser tomada. Os 72 municípios gaúchos de então foram abalados pela guerra.

A força militar dos governistas evidentemente era maior e foi pesando com o passar dos meses. Hélio Silva (1975) fez a síntese límpida da luta. De um lado, chefes políticos como Felipe Portinho, Leonel Rocha — de onde o menino Itagiba Brizola tiraria o seu nome, trocando o seu de batismo pelo do chefe militar do pai, que morreria nos conflitos de 1923 —, Zeca Neto e Honório Lemes. Do outro lado, a Brigada Militar, comandada pelo coronel Massot, e os corpos provisórios de Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Paim Filho e Firmino de Paula: “As grandes unidades eram as cinco Brigadas provisórias [...] cada Brigada Provisória tinha cerca de dois mil homens” (Silva, 1975, p. 89).

Os revoltosos contavam com a simpatia do presidente de Santa Catarina, Hercílio Luz, podendo entrar no território vizinho para ganhar forças. Houve ganhos e perdas de parte a parte. Um dos nomes mais destacados, ganhando até mesmo uma mitologização própria, foi Honório Lemes, “simples tropeiro, homem pobre, mas dos mais intrépidos guerreiros. Conhecedor profundo da região do Caverá (daí seu apelido de Leão do Caverá) e da zona de Rosário, Livramento, Dom Pedrito. Sua divisão Oeste tomou parte em um sem-número de lutas” (1975, p. 92).

Flores da Cunha (1979, p. 49) descreverá cada um dos seus combates. Depois de um choque em 1º de junho, anotará: “Ao anoitecer, quando cessada a ação, percorri calmamente o terreno em que ela se desenrolara, verifiquei, com profunda indignação, que um revolucionário que, momentos antes, vira caído, morto por bala, aparecia agora degolado”. De Ponche Verde, Flores da Cunha dirá:

Foi nesse combate que o notável Coronel Batista Luzardo procurou reabilitar-se da fama que os seus próprios companheiros lhe atribuíam: matou, com as próprias mãos, alguns pobres soldados que, abandonados, encontrou numa carroça. Cometeu, ainda, maior façanha: a vários uruguaiois, servindo nas nossas forças, mandou falar e, verificando que se exprimiam em castelhano, imediatamente os degolou ou fez degolar (1979, p. 89).

Depois da luta em Quaraí, Flores da Cunha volta a falar em mortos que “apresentavam sinais patentes de degola” (1979, p. 96). O chefe situacionista obviamente se dá sempre o bom papel. A um prisioneiro que temia ser degolado, em outra ocasião, teria respondido: “Fique tranquilo! Nós não degolamos a ninguém” (1979, p. 114). Não seria esse o relato de Rego Lins em *O Estado de São Paulo*. Em 17 de outubro, o memorialista lembraria de um “infortunado soldadinho” encontrado degolado à beira da Lagoa da Mortandade (1979, p. 120). A violência foi exercida de parte a parte com sadismo. A luz nos campos só surgiria quando o presidente Bernardes designa o seu ministro da Guerra, o gaúcho Setembrino de Carvalho, para mediar o conflito in loco. Na chegada, instalado no Grande Hotel, o mais importante da época na capital gaúcha, no centro da cidade, o ministro veria uma cena de violência protagonizada pelas “forças da ordem”:

Passados aqueles instantes, o povo volta a aclamar o ministro da Guerra e reclama sua presença. Setembrino chega a uma janela, acena e sorri. Neste exato momento, elementos do governo local cometem a loucura de enviar um esquadrão da Brigada Militar para dispersar os manifestantes. A tropa desce, em disparada, pela rua Caldas

Júnior. Espadas desembainhadas e alevantadas, e investe contra o povo aglomerado na praça. Tiros, violências, dezenas de feridos. Tudo ocorre ali mesmo, ante os olhos atônitos do ministro Setembrino de Carvalho. Uma jovem, que minutos antes estivera no Grande Hotel participando de uma comissão que fora levar flores ao ministro da Guerra, é mortalmente atingida por um projétil (Silva, 1975, p. 102).

Depois de muitas idas e vindas, com Setembrino de Carvalho quase abandonando o campo da diplomacia, chega-se ao acordo, o Pacto de Pedras Altas — do nome da residência rural de Assis Brasil, com seu castelinho copiado de algum modelo europeu — com dez cláusulas. Borges de Medeiros e Assis Brasil foram obrigados a ceder para que uma nova época pudesse começar. O vice-presidente passaria a ser eleito. O presidente do Estado não poderia se perpetuar no poder. A revolução que, no dizer de Assis Brasil, começara “sem plano nem comando”, terminaria na mesa de negociações depois de um armistício nem sempre totalmente respeitado. Se Borges de Medeiros estava certo na interpretação do artigo nono da Constituição estadual, estava errado na aplicação de um dispositivo que, amparado pela fraude, não permitia a alternância no poder. Arthur Ferreira Filho (1973, p. 108) bem viu:

Para o Partido Libertador, 30 foi a continuação de 23. Sem a fogueira de 23, reaquietando a belicosidade dos gaúchos, 30 não seria possível. Afinal, depois de muitas delongas, inclusive o largo período da ditadura getuliana, fruto da Revolução de 30, o Partido Libertador, já sob a chefia do vulto apostolar de Raul Pila, viu realizado o

binômio inscrito em sua bandeira de combate: o voto secreto e a justiça eleitoral.

O pequeno “cristal do acontecimento total” estava em cada linha do artigo de Rego Lins denunciando as práticas bárbaras de Firmino Paim, comandante da Brigada do Nordeste, que “até mesmo em tempo de paz encarecia o emprego da faca como instrumento de uma desejável seleção natural pela queda sistemática das cabeças que insistiam em não reconhecer o monopólio exclusivo do pensamento que se arrogava o vingativo cacique dos pampas”. A gema desse cristal brilhava neste fragmento: “Lá se vinham acumulando mais demoradamente os fundos ódios que nascem das guerras civis”. A fúria de 1893 reverberava em 1923.

Um imaginário de sangue e narrativas sem réplica persistia.

Então brilhou inesperadamente a razão.

Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: *as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

FAGUNDES, Antônio Augusto. *Combate da ponte do Ibirapuitã (revolução de 1923)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa do Rio Grande do Sul, 1973.

FLORES DA CUNHA, José Antônio. *A campanha de 1923*. Brasília: Senado Federal, 1979.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MORIN, Edgar. *O Método 6. Ética*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SILVA, Hélio. *Começa a revolução: 1923-1926*. São Paulo: Editora Três, 1975.

Outras referências

Constituição Rio-Grandense de 1891: http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK_3Etc%3d&tabid=3107.

Constituição Federal de 1891: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

A Revolução de 1923 nas páginas do *Correio da Manhã* (RJ)

Álvaro Nunes Laranjeira⁴

Introdução

A Revolução Gaúcha de 1923 foi desencadeada pela vitória em 25 de novembro de 1922 de Antônio Augusto Borges de Medeiros, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), para o terceiro mandato consecutivo na presidência do Rio Grande do Sul, e o quinto desde 1898, quando foi indicado pelo chefe político Júlio Prates de Castilhos para substituí-lo no comando do Estado. A Constituição estadual de 1891, promulgada por Castilhos, permitia a reeleição ininterrupta se o candidato alcançasse três quartas partes do eleitorado. Inconformados com a derrota e alegando adulteração nos resultados para obter o percentual necessário à continuidade governista, os partidários da candidatura Joaquim Francisco de Assis Brasil (Partido Federalista e dissidências do PRR), tão logo empossado Borges de Medeiros em 25 de janeiro de 1923, recorriam às armas e o conflito se estabelecia no interior gaúcho.

Como, e qual, teria sido o noticiário a chegar na capital federal sobre a guerra em curso no extremo sul do país haveria de se apresentar na forma da primeira questão a direcionar o desenvolvimento da presente pesquisa. Afinal,

4. Doutor em Comunicação pela PUCRS e pós-doutor em Jornalismo pela Universidade de Coimbra. Pesquisador associado do Grupo de Tecnologias do Imaginário (GTI/PPGCOM/PUCRS).

para o Rio de Janeiro convergiam as forças em litígio em busca de legitimidade, apoio político, recursos financeiros e, no caso do grupo assisista, da intervenção federal com a destituição do recém-reeleito. Um rol expressivo de jornais diários cariocas despontava no horizonte. E se houvesse dentre eles algum periódico, com respeitabilidade lastreada pelo novato jornalismo empresarial e profissional característico da grande imprensa do início do século XX (Sodré, 1966), fundado por um gaúcho com conhecimento das forças políticas em embate? E assim se aportou no *Correio da Manhã* como objeto de estudo.

Garimpar uma coleção de jornal é um trabalho paciente. Edição por edição, página por página, sinal por sinal. Sim, porque toda matéria advém de elementos e rastros anteriores e remete a datas e fatos adiante. Um simples fragmento em determinado texto, aquela informação reluzente ao tema estudado, faz o pesquisador segurar a caminhada e avançar a tempos anteriores — procurar o material/ episódio/fonte mencionado na leitura — para assim se projetar para o futuro. Todo tempo contém outros tempos. A gaúcha Revolução de 1923, por exemplo, tem nela a nacional Revolução de 1930, em personagens embrionários, como Getúlio Dornelles Vargas — nomeado por Borges de Medeiros para a comissão averiguadora da lisura do processo eleitoral contestado e, mais à frente, em 1928, sucessor de Borges de Medeiros na presidência do Estado e, em 1930, chefe do governo provisório e presidente do Brasil —, e mentalidades — o esmorecimento do positivismo, a contestação aos mandonismos regionais e a percepção da premência de uma concepção nacional para o Brasil. Assim falaria o material garimpado.

O Correio da Manhã

O matutino carioca foi fundado por um gaúcho avesso ao positivismo. Edmundo Bittencourt nasceu em 1866 em Santa Maria. Em 1870, a família migrou para Porto Alegre. Na adolescência, afeito à escrita, Edmundo tornou-se escrevente em escritórios de advocacia e ingressou na Tesouraria da Província (CM, 16 out. 1943, p. 1). Incentivado por colegas, passou a enviar em 1887 artigos para A Reforma, órgão do Partido Liberal, cujo chefe político no Rio Grande do Sul era Gaspar Silveira Martins, histórico adversário de Júlio de Castilhos, principal liderança positivista no Estado gaúcho e a quem o historiador Décio Freitas (2000) atribuía a invenção de regimes ditatoriais no Brasil. O federalista Silveira Martins e o republicano Júlio de Castilhos protagonizaram em solo gaúcho, entre 1893 e 1895, a Revolução Federalista, guerra civil responsável por 10 mil mortos, dos quais mais de 1.000 por degola (Abreu, [20-], p. 1).

Com recomendações de Silveira Martins para cursar direito em São Paulo, Bittencourt passou pela capital paulista, mas se fixou mesmo foi no Rio de Janeiro em 1890. Primeiro como funcionário da filial carioca do Banco Lavoura e Comércio e depois como auxiliar do escritório de advocacia de Rui Barbosa, jurista, parlamentar, ministro de Estado, candidato derrotado em duas eleições presidenciais e contumaz crítico do ideário positivista. Em janeiro de 1901 Edmundo Bittencourt tornar-se-ia colaborador às terças e sextas-feiras do periódico *A Imprensa*, dirigido por Rui Barbosa, logo em seguida à publicação do artigo “Pela Honra da Pátria” (*A Imprensa*, 8 jan. 1901, p. 1), e em 15 de junho daquele ano lançaria o *Correio da Manhã*. Em 1907

o CM promoveria a campanha para Rui Barbosa ser o representante brasileiro na Segunda Conferência Internacional de Haia e em 1909 apoiaria a Campanha Civilista de Rui Barbosa à presidência da República.

O jornal propunha-se a posicionamentos, pois “sobejamente sabe o povo que esta nota de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é, bastas vezes, um estratagemma para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenário”, anunciaria o proprietário na capa da primeira edição (CM, 15 jun. 1901, p. 1), e esta foi para Nelson Werneck Sodré a marca da folha de Bittencourt, o alinhamento: “Daí por diante, e em toda a República Velha que ajudou a derrubar, o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes” (1966, p. 329). O *Correio da Manhã* perfilava-se ao anseio de protagonismo da ascendente burguesia comercial, em oposição à corriqueira postura da imprensa da época de acólita do Estado e suas “oligarquias absolutas, gerindo Estados como fazendas particulares” (Sodré, 1966, p. 314).

A Revolução de 1923 no *Correio da Manhã*

O procedimento de coleta das matérias sobre a Revolução de 1923 no *Correio da Manhã* compreendeu a pesquisa no acervo digitalizado do periódico carioca disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional. “Revolução de 1923 Rio Grande do Sul”, “Movimento Revolucionário Rio Grande do Sul”, “Borges de Medeiros Rio Grande do Sul”, “Assis Brasil Rio Grande do Sul”, “Borges de Medeiros Revolução Rio Grande do Sul” e

“Assis Brasil Revolução Rio Grande do Sul” foram as palavras-chave utilizadas no sistema de busca, a qual resultou nas seguintes ocorrências específicas ao ano de 1923:

Palavras-chave	Ocorrências
Revolução de 1923 Rio Grande do Sul	154
Movimento Revolucionário Rio Grande do Sul	173
Borges de Medeiros Rio Grande do Sul	69
Assis Brasil Rio Grande do Sul	70
Borges de Medeiros Revolução Rio Grande do Sul	46
Assis Brasil Revolução Rio Grande do Sul	54

A atividade seguinte foi a verificação de todas as ocorrências e assim se obteve desta primeira depuração o total de 96 matérias, seis artigos do correspondente do jornal residente em Porto Alegre, uma carta de um refugiado do conflito, uma coluna sobre a discussão do tema no Senado e dois textos com feitiços editoriais. As chamadas e manchetes do material noticioso exprimiam a linearidade paralela ao conflito. Iniciaram em janeiro com “A sucessão presidencial no Rio Grande do Sul” e “A situação [política] no Rio Grande do Sul”, no período de contestação da vitória

Correio da Manhã

Propriedade de EDMUNDO BITTENCOURT & Cia. Limitada

ANO XXX - 1.474
Director - PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO - SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 1923

Numero de 1923 - N. 1.000
Circulação em Janeiro de 1923 - 10.000
Circulação em Fevereiro de 1923 - 10.000
Circulação em Março de 1923 - 10.000
Circulação em Abril de 1923 - 10.000
Circulação em Maio de 1923 - 10.000
Circulação em Junho de 1923 - 10.000
Circulação em Julho de 1923 - 10.000
Circulação em Agosto de 1923 - 10.000
Circulação em Setembro de 1923 - 10.000
Circulação em Outubro de 1923 - 10.000
Circulação em Novembro de 1923 - 10.000
Circulação em Dezembro de 1923 - 10.000

O MOMENTO INTERNACIONAL — Serviços de Associated Press e correspondentes especiais

As informações sobre o movimento revolucionário no Rio Grande começam a ser contraditórias

Um telegramma recebido em Porto Alegre, posteriormente ao que dava notícias de um combate em Soledade, informa não ter havido ainda qualquer choque entre as forças do governo e as dos revolucionários

Grupos armados invadiram Cachoeira, promovendo um conflito, que só não teve maiores proporções devido à prompta intervenção das autoridades locais

situação no Rio Grande do Sul

Palmeira, segundo se diz em Cruz Alta, está sitiada por forças revolucionárias do coronel Rocha

Palmeira, 29 — O general Ansbach, chefe do Exército do Rio Grande do Sul, recebeu ontem um telegramma de Cruz Alta, informando que as forças revolucionárias do coronel Rocha estavam sitiando a cidade de Palmeira. Segundo se diz em Cruz Alta, as forças do governo não conseguiram romper o cerco, e a situação é considerada crítica. O general Ansbach está tomando medidas para reforçar a defesa da cidade e aguardando o envio de reforços pelo governo.

Palmeira, 29 — O general Ansbach, chefe do Exército do Rio Grande do Sul, recebeu ontem um telegramma de Cruz Alta, informando que as forças revolucionárias do coronel Rocha estavam sitiando a cidade de Palmeira. Segundo se diz em Cruz Alta, as forças do governo não conseguiram romper o cerco, e a situação é considerada crítica. O general Ansbach está tomando medidas para reforçar a defesa da cidade e aguardando o envio de reforços pelo governo.

Palmeira, 29 — O general Ansbach, chefe do Exército do Rio Grande do Sul, recebeu ontem um telegramma de Cruz Alta, informando que as forças revolucionárias do coronel Rocha estavam sitiando a cidade de Palmeira. Segundo se diz em Cruz Alta, as forças do governo não conseguiram romper o cerco, e a situação é considerada crítica. O general Ansbach está tomando medidas para reforçar a defesa da cidade e aguardando o envio de reforços pelo governo.

Palmeira, 29 — O general Ansbach, chefe do Exército do Rio Grande do Sul, recebeu ontem um telegramma de Cruz Alta, informando que as forças revolucionárias do coronel Rocha estavam sitiando a cidade de Palmeira. Segundo se diz em Cruz Alta, as forças do governo não conseguiram romper o cerco, e a situação é considerada crítica. O general Ansbach está tomando medidas para reforçar a defesa da cidade e aguardando o envio de reforços pelo governo.

OS BODATOS E AS PREVISÕES. ENQUANTO O PRINCEPE DE GALLES NÃO SE DASA

Os bodatos e as previsões. Enquanto o príncipe de Galles não se dása, a situação política permanece tensa. As previsões para o futuro são incertas, e os rumores de negociações continuam a circular.

Os bodatos e as previsões. Enquanto o príncipe de Galles não se dása, a situação política permanece tensa. As previsões para o futuro são incertas, e os rumores de negociações continuam a circular.

Os bodatos e as previsões. Enquanto o príncipe de Galles não se dása, a situação política permanece tensa. As previsões para o futuro são incertas, e os rumores de negociações continuam a circular.

Os bodatos e as previsões. Enquanto o príncipe de Galles não se dása, a situação política permanece tensa. As previsões para o futuro são incertas, e os rumores de negociações continuam a circular.

Com a Rússia A semana medica

Com a Rússia. A semana medica. Notícias sobre a situação política e social no Brasil, incluindo comentários sobre a imprensa e a opinião pública.

Com a Rússia. A semana medica. Notícias sobre a situação política e social no Brasil, incluindo comentários sobre a imprensa e a opinião pública.

Com a Rússia. A semana medica. Notícias sobre a situação política e social no Brasil, incluindo comentários sobre a imprensa e a opinião pública.

Com a Rússia. A semana medica. Notícias sobre a situação política e social no Brasil, incluindo comentários sobre a imprensa e a opinião pública.



REVISÃO CRISTINA A...
A revista do Hilar...
Alerta-se a greve...

REVISÃO CRISTINA A...
A revista do Hilar...
Alerta-se a greve...

REVISÃO CRISTINA A...
A revista do Hilar...
Alerta-se a greve...

REVISÃO CRISTINA A...
A revista do Hilar...
Alerta-se a greve...

de Borges de Medeiros no pleito realizado em novembro do ano anterior; no final de janeiro e em fevereiro, consumação do levante assisista, os títulos alternavam-se em “A revolução no Rio Grande do Sul” e “Os acontecimentos no Rio Grande do Sul”; do término de fevereiro ao começo de outubro foi adotado o título “O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul” e, quando do armistício, retomou “A situação gaúcha” ou “A situação no Rio Grande do Sul”, coexistentes ao “O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul”.

Identificadas as matérias, o próximo passo foi estabelecer o filtro para o recorte da análise. Deste modo, priorizou-se àquelas publicadas na primeira página, pois no metiê jornalístico o espaço da capa é reservado ao material mais importante daquele dia, expressando a escala de valores da produção e reverberação noticiosa, como uma “macroestrutura semântica” (Dijk, 2010, p. 120) de quem controla a hierarquia dos temas dentro da estrutura esquemática convencional aplicada às notícias: “As *estruturas do discurso* [grifo do autor] influenciam as representações mentais. No *nível global* [idem] do discurso, os tópicos podem influenciar o que as pessoas veem como a informação mais importante da escrita e da fala, e assim fazer correspondência com os níveis superiores de seus modelos mentais” (Dijk, 2010, p. 122). Em suma: “Expressar um certo tópico na manchete do jornal pode influenciar poderosamente a maneira como um evento é definido em termos de um ‘modelo mental’ preferido” (Dijk, 2010, p. 123).

Foram publicadas 47 matérias na capa do jornal, abaixo especificadas:

Data	Manchete/Título/Intertítulo(s)	Assinatura
19/1	<ul style="list-style-type: none"> • A situação no Rio Grande; • Os situacionistas lançam um vibrante apelo à mocidade; • Um protesto no juízo federal contra o reconhecimento do sr. Borges de Medeiros 	Telegramas
25/1	<ul style="list-style-type: none"> • A situação no Rio Grande do Sul; • A sessão de segunda-feira na assembleia dos representantes correu agitada 	Do correspondente
26/1	<ul style="list-style-type: none"> • A situação política no Rio Grande do Sul; • O sr. Borges de Medeiros foi ontem, pela quinta vez, empossado na presidência do Estado; • Última Hora: um movimento revolucionário no Rio Grande do Sul? 	Telegramas
28/1	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande; • Os revolucionários derrotaram a Brigada Militar em Soledade morrendo em combate o comandante da força do governo; • A força federal de prontidão em Porto Alegre 	Telegramas
29/1	<ul style="list-style-type: none"> • As informações sobre o movimento revolucionário no Rio Grande começam a ser contraditórias; • Um telegrama recebido em Porto Alegre, posteriormente ao que dava notícias de um combate em Soledade, informa não ter havido ainda qualquer choque entre as forças do governo e as dos revolucionários; • Grupos armados invadiram Cachoeira promovendo um conflito, que só não teve maiores proporções devido à pronta intervenção das autoridades locais; • A situação no Rio Grande do Sul; • Palmeira, segundo se diz em Cruz Alta, está sitiada por forças revolucionárias do coronel Rocha 	Telegramas
2/2	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande; • Mil e quinhentos homens, comandados pelo general Firmino, seguiram para Passo Fundo, onde já se encontram; • É grande o movimento de gente armada em todo o município de Piratini 	Do correspondente e telegramas

3/2	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Continua interrompido o tráfego da viação férrea entre Passo Fundo e Marcelino Ramos; • Foi restabelecida a linha telegráfica federal em Passo Fundo 	Telegramas
4/2	<ul style="list-style-type: none"> • A revolução no Rio Grande do Sul; • Uma patrulha de revolucionários riograndenses atacou em Palmeiras as sentinelas das forças que apoiam o governo, reinando grande pânico entre as famílias da localidade; • Duas unidades do Exército prestes a marchar para a região serrana; • Para Palmeira seguiram forças estaduais 	Do correspondente e telegramas
5/2	<ul style="list-style-type: none"> • Os acontecimentos do Rio Grande do Sul; • As tropas do general Firmino de Paula que avançaram até Marcelino não encontraram as forças opositoristas; • Outras informações 	Do correspondente e telegramas
6/2	<ul style="list-style-type: none"> • Os acontecimentos do Rio Grande do Sul; • Em S. Paulo chegaram notícias de que houve em Palmeira sangrento combate entre as forças do governo e os revolucionários riograndenses; • No sexto distrito de Palmeira houve um encontro entre legalistas e revolucionários, havendo mortos e feridos; • Espera-se um ataque à Vila de Camaquã 	Telegramas
7/2	<ul style="list-style-type: none"> • A revolução no Rio Grande do Sul; • Interessantes pormenores do cerco de Passo Fundo; • O governo do Estado pretende elevar o efetivo da Brigada Militar 	Telegramas
10/2	<ul style="list-style-type: none"> • Os acontecimentos do Rio Grande do Sul; • As forças do governo sul-riograndense ocuparam Palmeira, cujas entradas, segundo informa um telegrama recebido em Porto Alegre, foram minadas; • Um outro despacho informa que a Vila de Nonoai caiu em poder dos revolucionários; • Chefes do movimento telegrafaram ao governo federal dizendo que nas coxilhas está um exército de revolucionários dispostos a derramar até a última gota de sangue 	Telegramas
11/2	<ul style="list-style-type: none"> • A revolução no Rio Grande do Sul 	Telegramas

15/2	<ul style="list-style-type: none"> • Os acontecimentos do Rio Grande do Sul; • A situação no interior do estado 	
17/2	<ul style="list-style-type: none"> • A situação no Rio Grande do Sul 	Telegramas
18/2	<ul style="list-style-type: none"> • A situação no Rio Grande do Sul; • Uma força de mil revolucionários em Nonoai e Alto Uruguai 	Do correspondente e telegramas
20/2	<ul style="list-style-type: none"> • A revolução no Rio Grande do Sul; • A situação agrava-se subitamente e, ao que parece, está assentada a criação de novos corpos da Brigada; • Pessoas chegadas de Palmeira informam que o general Firmino de Paula está ferido 	Telegramas
22/2	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Novas unidades da Brigada seguem para a região serrana, onde a situação é grave 	Telegramas
12/3	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Em Porto Alegre não se sabe o que está havendo em Alfredo Chaves 	Do correspondente e telegramas
20/3	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande; • Os revolucionários rio-grandenses estão nas proximidades de Pelotas; • Em um telegrama para aqui transmitido, o sr. Borges de Medeiros informa que concentrou ali inúmeras tropas a fim de envolver o inimigo; • Nas proximidades de Pelotas acampam quatro mil adversários do governo, bem armados; • Um telegrama do sr. Borges de Medeiros 	Telegramas
22/3	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Um encontro entre forças governistas e revolucionárias 	Telegramas
24/3	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Encontro das tropas do governo com os revolucionários 	Telegramas
27/3	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Criação da Guarda Republicana; • Um sargento do exército na Brigada Militar 	Telegramas

3/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul	Do correspondente e telegramas
4/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul	Do correspondente
5/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • A circular de um banco que define a situação daquele estado	Telegrama
6/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul	Telegrama
7/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul	Do correspondente e telegramas
10/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul	Do correspondente e telegramas
14/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Continua a apreensão em Porto Alegre	Do correspondente e telegramas
19/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Forças revolucionárias em Rosário e S. Gabriel	Do correspondente e telegramas
29/4	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Depois de terem recebido armamentos	Do correspondente e telegramas
7/5	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • O que se diz sobre a conferência entre os srs. Borges de Medeiros e Tavares de Lyra	Do correspondente e telegramas
11/5	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • A propósito de uma declaração do sr. Gomercindo Ribas	Do correspondente
13/5	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Comunicações interrompidas e tomada de Lavras	Do correspondente
13/7	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • As forças revolucionárias em Caçapava	Do correspondente
16/7	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • O que foi o combate travado em Caçapava	Do correspondente
18/7	• O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Forças de Zeca Neto entram em Canguçu	Do correspondente

21/8	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Conferências realizadas em favor da pacificação 	Do correspondente
18/9	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Mais duas vitórias dos revolucionários em Poncho Verde e Passo Juliana 	Do correspondente
26/9	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • A ocupação de Vacaria 	Telegramas
10/10	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul 	Do correspondente
11/10	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • O que dizem os adversários do sr. Borges a respeito do congresso político ali reunido 	Do correspondente
3/11	<ul style="list-style-type: none"> • A capital riograndense foi teatro de ocorrências graves 	Telegrama
4/11	<ul style="list-style-type: none"> • A situação gaúcha; • Os acontecimentos ocorridos em Porto Alegre por ocasião da chegada do ministro da Guerra; • O armistício entrará em vigor no dia 7, ao meio-dia 	s/a
5/11	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Um combate entre revolucionários e borgistas na fronteira uruguaia 	Associated Press
30/11	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul; • Terminou a primeira fase das negociações para a paz 	Do correspondente

Dezenove das 47 matérias publicadas na primeira página tinham inclinação pró-Assisista, com contestações à eleição de Borges de Medeiros à presidência do Estado, vitórias dos confrontadores do borgismo em combates, ataques e tomadas de cidades pelos, assim denominados pelo periódico, revolucionários e declarações, decretos, despachos, convocatórias e reproduções dos comunicados dos apoiadores de Assis Brasil. Sob o viés situacionista, tem quatro matérias, com as ocupações, refutações e retomada do controle de cidades sitiadas ou invadidas pelos assisistas, e 16 matérias

foram enquadradas na categoria informativa/noticiosa, sem tendência explícita a um dos lados. Oito matérias são compostas apenas pela chamada (cinco “O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul”; uma “A revolução no Rio Grande do Sul”; uma “A situação no Rio Grande do Sul”; e uma “A capital riograndense foi teatro de ocorrências graves”) e uma sequência de telegramas como se fossem notas, intercalados por intertítulos. Dentre os telegramas percebe-se a reiterada publicação de mensagens diretas de e para Assis Brasil, enquanto de Borges de Medeiros, mesmo comunicados atribuídos a ele, são publicados a pedido de terceiros, sem o destaque do remetente.

Os seis artigos encontrados — “As impossibilidades da paz”, em 6/11; “A ilusão da legalidade”, 8/11; “Exemplos vergonhosos”, 13/11; “Os ideais da revolução”, 20/11; “Ilusões pacifistas”, 4/12; e “A coerência da revolução”, publicado em 6/12 — tinham a mesma assinatura: Rego Lins. Na edição de 31 de dezembro de 1952, o periódico noticiava à página 2 o falecimento de Rego Lins, “professor, escritor e redator do *‘Correio da Manhã’*”. O alagoano Alberto Juvenal do Rego Lins nascera em Passo de Camaragibe, bacharelara-se em Direito em 1896, em Recife, foi promotor no estado natal antes da transferência para o Rio Grande do Sul, onde foi juiz de direito em Lagoa Vermelha e Uruguaiana e, em 1919, foi aprovado em concurso de Direito Internacional na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Em 1926 mudou-se para o Rio de Janeiro.

À época do conflito gaúcho, Rego Lins era integrante do Comitê Pró-Assis Brasil e como procurador do líder oposicionista apresentara à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 22 de janeiro de 1923, a contestação ao pleito pelo qual Borges de Medeiros alçava o quinto mandato.

No artigo “A coerência da revolução”, publicado oito dias antes do Pacto de Pedras Altas assinado na estância de Assis Brasil na localidade homônima para pôr fim a 11 meses de conflito, Rego Lins asseveraria: “A única fórmula de paz aceitável seria a que impusesse a renúncia prévia do déspota, cuja permanência no governo usurpado, com razão se considera infalível obstáculo ao cumprimento honesto de qualquer ajuste, que ponha termo à guerra civil” (CM, 6 dez. 1923, p. 2). Pelo acordo de paz firmado em 14 de dezembro, Borges de Medeiros manteve o mandato até 1928, em troca do fim da sua ininterrupta reeleição: “Findava o longo consulado borgista. Abria-se uma nova era na política dos pampas. As conseqüências iriam aparecer oito anos depois, em 1930” (Silva, 1975, p. 45).

O GOVERNO CONCENTRA FORÇAS NUMEROSAS EM PELOTAS

Faleceu o deputado Octavio Rocha a publicação do seguinte telegramma recebido do sr. Borges de Medeiros:

“Notícia é que vos referia completamente falsas. Em Serpinha firmas um capitão morto é um oficial e um sargento feridos de emboscada. Revolucionários de Camaquã, em numero inferior a trezentos, fugiram à aproximação das nossas forças para o interior do município de Cangussu, onde reunidos a outros grupos dali e de Piratiny poderão formar um total de trezentos homens, mais ou menos. Em São Lourenço nada há. Um dos grupos de Cangussu tem permanecido na zona da via-ferrea, entre as estações de Cerrito e Cação do Leão. Para impedir deprecações na linha foi ella guarnecida pela força federal. Esse grupo veiu até às cercanias de Pelotas, não estando, porém, avançar mais. Concentro em Pelotas forças numerosas, que em acção combinada com as que marcham de Camaquã, cercará todos os inimigos, se antes estes não se dissolverem. Zeca Neto nunca teve mais de quatrocentos homens armados, que estão, hoje, reduzidos à metade, em consequencia de continuas deserções. Fortinho terá quando muito mil homens e ainda não foi atacado por se observar internado nas matias de Erechim. É simplesmente irritada a supposta ameaça a Porto Alegre. Nem dentro, nem fóra da cidade encontráreo adversarios elementos para tanto. Affecções saudades. — Borges de Medeiros.”

Telegrammas recebidos pelo dr. Assis Brasil

S. GABRIEL, 27.

Soh o comando do coronel Zeca Antunes, levantaram-se hoje os revolucionarios em S. Gabriel e simultaneamente, Bagé, Dom Pedrito, Livramento, Lavras, São Sepé, Capanga, constituindo columna sob o commando geral do coronel Estacio Atanais.

Porto Alegre, 27.—A victoria do combate do Passo do Mendonça coube ás forças revolucionarias, sob o commando do general Zeca Netto, tendo este até feito prisioneiro Pedro Alves Pereira, sub-intendente do município de S. Lourenço.

O telegrama do dr. Borges de Medeiros para o senador Vespolio, não é verdadeiro, consta apenas grande vultas das forças revolucionarias, perguntando: confessa que os soldados do governo serem apenas oitenta, contra 135 revolucionarios.

Pelotas, 28 — O jornalista Treviano Frei acaba de soffrer um barbaro attentado praticado por 26 assassinos de borgismo, commandados pelo alferes Andrade e Leão.

Acetile jornalista e director de “O Rebate”, cuja redacção foi invadida por uma parte do corpo provisório, criminosamente aqui organizado, ficando elle gravemente ferido à bala.

Telegramma recebido pelo dr. Assis Brasil

O dr. Assis Brasil recebeu ontem o seguinte telegramma:

Porto Alegre, 27.—A Federação, hontem, em longo editorial tenta justificar a incorporação de Neponuceno Sariva, com suas cisternas á força do governo do Estado, dizendo textualmente: “Nada ha de condemnavel no espontaneo auxilio que nos será prestado pelo presidente chefe uruguay. Não insiste o coronel Neponuceno a essa attitude nenhuma interesse pessoal á sua gente; á qual se aggrega outro tanto de republicanos dignos e que tem o direito dos cofres do Estado apenas o necessario para sua subsistencia. Conviem acrescentar ainda que estes nossos aliados já vem perfeitamente armados e prontos a prestar-nos impedimentos os seus valiosos servicos.”

CM, 20/3, ed. 08776 CM;
29/4, ed. 08816; 7/5, ed.
08824 CM.
Hemeroteca Digital Brasileira
— Fundação Biblioteca
National

Os dois presumíveis editoriais — “Conduta insustentável”, 4/9, e “Os resultados da felonía”, 19/11 — têm por Borges de Medeiros conceito alinhado aos artigos citados: “O sr. Borges de Medeiros é, portanto, um fragmento de história, um episódio que passou, uma pedra de mármore que fecha um túmulo” (CM, 4 set. 1923, p. 4); “[...] pois certo do seu domínio de 25 anos, el-rei Borges se firmaria na intangibilidade da lenda que sempre o envolveu e continuaria como um fantasma” (CM, 19 nov. 1923, p. 2). Porém, demonstrariam pelo outro lado sentimento equivalente, nivelando Borgistas e Assisistas (“Do ponto de vista das forças partidárias em jogo, não é possível alimentar nenhuma simpatia por qualquer dos elementos em lide de extermínio. [...] Moralmente, os dois grupos se valem, o que quer dizer que nada valem”, CM, 4 set. 1923, p. 4). Destes editoriais seria depurada a estrutura de relevância (Dijk, 2002, pp. 123 e 139) posicionada pelo jornal para incutir no leitor a informação concebida como a mais proeminente do texto: questionar a omissão do governo federal no apaziguamento da contenda gaúcha.

Considerações finais

O *Correio da Manhã* sinalizou na cobertura da Revolução Gaúcha de 1923 o indício da transmutação a caminho do estuário do estado natural daquela época caracterizada pela concentração do poder na classe política com roupagem republicana sobreposta ao legado imperial, querelas regionais cujo resultado predeterminado era a alternância administrada pelo baronato hegemônico, uma burguesia ainda na infância e indecisa se submissa ao senhorio

pré-capitalista ou protagonista de uma nova ordem político-econômica e por um país com pensamento estadual. Na sequência da guerra civil gaúcha se fortaleceu o Tenentismo, deu-se a epopeica Coluna Prestes pelo interior do Brasil, unificou-se a oposição contra o revezamento São Paulo-Minas Gerais no Palácio do Catete e em outubro de 1930 a República Velha findaria com o impedimento da posse do paulista Júlio Prestes e a deposição de Washington Luís pelo movimento liderado por Getúlio Vargas e próceres tenentistas.

Em termos quantitativos, na comparação entre as partes beligerantes, o levantamento do material jornalístico publicado no CM a respeito da conflagração no estado gaúcho constatou a predominância de títulos, notícias, telegramas, notas e artigos favoráveis aos assististas. Contudo, nas análises e apreciações externadas nos textos do próprio jornal percebeu-se o enquadramento do conflito regional numa conjuntura nacional e a similaridade atribuída pela publicação aos grupos envolvidos na luta, representações de um tempo histórico a ser superado: “Mas nem por isso devemos esquecer que há em jogo duas ordens de danos que é preciso embargar: o dano material, do Rio Grande do Sul, e o dano moral, do Brasil” (“Conduta insustentável”, CM, 4 set. 1923, p. 4). O Brasil precisava mudar, apregoaria o *Correio da Manhã*, e mudou.

Referências

A IMPRENSA (RJ): 1898 a 1914. *Coleção*. Hemeroteca Digital Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [20-]. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/impressao/245038>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ABREU, Alzira Alves de. Revolução Federalista. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Verbete. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [20-]. Disponível em: Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/revolucao-federalista>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL, Bruno. 120 anos da fundação do jornal Correio da Manhã (1901). *BNDigital*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/15-de-junho-120-anos-da-fundacao-do-jornal-correio-da-manha-1901/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CORREIO DA MANHÃ (RJ): 1901-1974. *Coleção*. Hemeroteca Digital Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [20-]. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em: 30 jul. 2023.

DIJK, Teun Adrianus van. *Cognição, discurso e interação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Caminhos da Linguística).

DIJK, Teun Adrianus van. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Revolução de 1923. Verbete. Brasília: Ministério da Defesa, [20-]. Disponível em: https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1555834&_101_type=content&_101_urlTitle=revolucao-de-1923&inheritRedirect=true. Acesso em: 18 ago. 2023.

FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*. Verbete. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [20-]. Disponível em: <https://www18>.

fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/correio-da-manha. Acesso em: 30 jul. 2023.

MOREIRA, Regina da Luz. Assis Brasil (Joaquim Francisco de Assis Brasil). In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC). Verbetes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [20-]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MOREIRA, Regina da Luz. Borges de Medeiros (Antonio Augusto Borges de Medeiros). In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC). Verbetes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [20-]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/antonio-augusto-borges-de-medeiros>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MOREIRA, Regina da Luz. Revolução gaúcha de 1923. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC). Verbetes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [20-]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Correio da Manhã: compromisso com a verdade. *Cadernos de Comunicação*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2002. (Série Memória). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101412/memorial1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1891.

Disponível em: https://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK_3Etc%3d&tabid=3107. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, Hélio. *Começa a revolução: 1923-1926*. (História da República Brasileira). São Paulo: Editora Três, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sodre/1966/mes/or404270.pdf> <https://www.marxists.org/portugues/sodre/1966/mes/or404270.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

A repercussão da Revolução de 1923 nos Estados Unidos: a cobertura das revistas *Time* e *Current History*

Larissa Caldeira de Fraga⁵

Introdução

A Revolução de 1923 foi um conflito armado que ocorreu em todo o Estado do Rio Grande do Sul. A guerra civil foi deflagrada pelos apoiadores de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que buscavam novos caminhos para a política. O grupo estava insatisfeito com a vitória de Antônio Augusto Borges de Medeiros nas últimas eleições, pois este seria o seu quinto mandato, o terceiro consecutivo.

Havia a suspeita de fraude no pleito. Por isso, em janeiro de 1923, iniciou-se a revolução percorrendo grande parte do território gaúcho e chegando ao fim em 14 de dezembro de 1923, com a mediação de um acordo de paz, chamado de Pacto de Pedras Altas, realizado pelo ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho.

O conflito apresentou repercussão internacional na revista especializada em notícias internacionais, *Current History*, da editora do *The New York Times* e na revista *Time*, lançada no mesmo ano. As notícias sobre a revolução faziam parte da seção de assuntos da América Latina dos periódicos.

5. Doutora em Comunicação Social pela PUCRS. E-mail: larissacfraga@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0984-3990>.

Através da “Análise Discursiva de Imaginários” (Silva, 2019) foi possível examinar as notas e matérias sobre a Revolução de 1923 nos periódicos durante o período de um ano e evidenciar a visão da imprensa norte-americana sobre o conflito e o país.

A Revolução de 1923

Desde a Proclamação da República, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) apresentava uma postura autoritária que gerou insatisfação à oposição gaúcha. Segundo Pôrto (2020), esse autoritarismo gerou a Revolução Federalista em 1893, que não obteve o resultado esperado, pois o objetivo era mudar a constituição estadual, o que não ocorreu.

O advogado Antônio Augusto Borges de Medeiros foi indicado pelo PRR para suceder a Júlio Prates de Castilhos, no quinquênio 1898 a 1903. O mandato perdurou 25 anos, gerando descontentamento aos adversários políticos de Borges de Medeiros. Após 24 anos no poder, o político concorria à eleição de 1922 com Joaquim Francisco de Assis Brasil, do Partido Federalista. A expectativa era que Assis Brasil assumisse o poder, mas a vitória foi dada a Borges de Medeiros, questionando uma possível fraude nas urnas.

Assim, derrubada a esperança de mudança no Palácio Piratini, iniciou-se a Revolução de 1923, conhecida pelo confronto entre Chimangos e Maragatos, termos que tinham origem pejorativa. Os apoiadores de Borges de Medeiros, que utilizavam lenços brancos no pescoço, eram chamados de Chimangos. E os correligionários de Assis Brasil,

com lenços vermelhos, eram denominados Maragatos. “Os rebeldes chamavam os seus adversários de Chimangos e ‘cachorros de Borges’, enquanto estes retribuía chamando-os de maragatos e bandoleiros” (Ferreira Filho, 1973, p. 106).

A insatisfação no Estado não era somente política, mas também econômica. A pecuária era o setor econômico predominante e passava por uma crise com a queda de exportação pós-Primeira Guerra Mundial. Com o fim do conflito, houve uma redução no consumo de carnes pelo mercado europeu, em um momento no qual o mercado de exportação dos frigoríficos do Estado estava aquecido. Como resultado da crise, os frigoríficos precisaram baixar o preço dos seus produtos. Pesavento (2014) revela que muitos criadores de gado foram à falência por não terem para quem vender o gado e por estarem pagando empréstimos contraídos nas épocas prósperas. O período foi marcado pela recessão e diminuição dos créditos para produtores.

No plano estadual, a impossibilidade de o governo contornar a crise econômica fez com que a parcela da classe dominante fora do poder considerasse insuportável o domínio republicano no estado. Assim, passaram a exigir do governo Borges de Medeiros que se empenhasse numa política de defesa exclusiva da pecuária. Nesse momento de crise, Borges optou pela continuidade da política econômica de “desenvolvimento global” da economia gaúcha. Rapidamente a crise extrapolou os limites do econômico e alcançou o plano político. A parcela oposicionista da classe dominante arregimentou-se sob a liderança de Assis Brasil e foi às armas na Revolução de 1923 (Pesavento, 2014, p. 83).

Os opositoristas queriam além da derrubada de Borges de Medeiros e pediam a revisão da Constituição estadual que permitia a reeleição consecutiva dos governantes. “Os combates realizados deram projeção a toda uma nova geração de republicanos que começaram a surgir com maior força no cenário político, como José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas, Firmino Paim Filho” (Pesavento, 2014, p. 84). Entre os federalistas, foi destacada a figura de Batista Luzardo.

Segundo Ferreira Filho (1973), os conflitos iniciaram na região norte do Estado, em Passo Fundo, Carazinho e Palmeira das Missões. Depois, os conflitos se espalharam no oeste, centro, sul, Vale do Taquari e litoral do Estado. Pôrto (2020) revela que em abril de 1923 as invasões das tropas revolucionárias já aconteciam em todas as regiões do Estado.

As forças governistas puderam contar com um efetivo militar de 12.000 homens (3.500 da Brigada Militar e 8.500 dos corpos — voluntários — de provisórios) enquanto os rebeldes reuniram metade desse número, com equipamento bélico bem inferior. As lideranças dos rebeldes sabiam que não tinham condições de uma vitória militar, mas não se intimidaram (Pôrto, 2020, p. 20).

O então presidente Arthur Bernardes enviou como mediador o general Setembrino de Carvalho. A Revolução de 1923 foi interrompida em dezembro com um acordo, chamado de Pacto das Pedras Altas, estabelecendo uma revisão na Constituição e que Borges de Medeiros assim que acabasse o seu mandato não poderia mais se reeleger.

Current History e *Time*: a disseminação das revistas especializadas em notícias no início do século XX

A revista *Current History* foi criada em 1914 com o título “The New York Times Current History: A Guerra Europeia”. O título foi reduzido para “Current History” antes do fim da Primeira Guerra Mundial. É a mais antiga revista dedicada exclusivamente para publicar assuntos internacionais nos Estados Unidos.

A revista visa observar e explicar as profundas mudanças que transformam todas as regiões do mundo, proporcionando aos leitores uma melhor compreensão dos eventos cruciais de hoje e pressionando as tendências globais por meio de contribuições de especialistas e acadêmicos líderes e emergentes (*Current History*, online).

O periódico mensal foi criado pelo jornalista George Washington Ochs Oakes, e publicado pelo grupo do jornal *The New York Times*, para realizar a cobertura da Primeira Guerra Mundial. A revista foi editada pela mesma empresa até 1936, apresentando a cobertura de seis regiões: América do Norte, América Latina, Europa, África, Ásia e Oceania. O Brasil aparece na seção “Repúblicas da América Latina”, apresentando os acontecimentos do mês nas áreas de política, economia e relações exteriores.

Além de relatos mensais de cada nação, apresentados em notas, a revista publicava reportagens, contextualizando os principais fatos, escritas principalmente por diplomatas, funcionários do governo norte-americano que atuavam no país, jornalistas e pesquisadores. Além disso, a revista

contava com um grupo de colaboradores formado por historiadores e cientistas sociais que buscavam registrar a história em curso. Atualmente a revista é publicada pela editora da Universidade da Califórnia.

A utilização do telégrafo pela imprensa, a partir do século XIX, possibilitou que as notícias chegassem mais rápido aos veículos de comunicação. Com essa tecnologia, era possível contar os principais fatos do mundo, atualizando as informações de forma célere. Essa inovação também possibilitou a criação da primeira agência de notícias do mundo, a *Reuters*, em 1851. “As agências deram visibilidade econômica ao noticiário internacional. Um texto distribuído a centenas de jornais que assinam os serviços de uma agência sai incomparavelmente mais barato que um texto produzido por um correspondente ou enviado especial” (Natali, 2007, p. 31).

Natali (2007) afirma que a generalização das agências de notícias tornou o conteúdo apertado como uma postura de mercado, buscando lucrar mais ao atingir um público mais amplo. Com o tempo, a imparcialidade se tornou uma forma normal de retratar um acontecimento.

A partir da década de 1920, foi iniciada a popularização das revistas de notícias nos Estados Unidos. O ano de 1923 foi marcado pelo lançamento da revista norte-americana *Time*, apresentando o primeiro periódico semanal, publicando um resumo dos eventos internacionais, com notas sobre os países, semelhante ao modelo utilizado pela *Current History*.

Durante seus primeiros anos, as revistas de notícias faziam parte de um meio que dominava a comunicação pública americana e a construção de um senso de identidade nacional desde meados do século XIX. No início do século XX, a mídia havia se juntado às instituições de educação, religião

e vida cívica como um importante disseminador de ideais políticos e culturais. As revistas foram líderes nesse processo porque eram o único meio capaz de atingir um público nacional e usar ilustrações e depois fotografias de forma dramática e em grande escala. Os jornais nunca tiveram o mesmo alcance nacional ou impacto visual. O rádio fornecia alguma competição jornalística, embora as notícias transmitidas não assumissem seu formato e autoridade modernos até a década de 1960⁶ (Kitch, 2005, p. 17, tradução nossa).

Fundada por Henry Luce e Britton Haden, a revista inspirou a criação de outras publicações com a mesma periodicidade, a *Newsweek* e a *U.S. News*. Segundo Kitch (2005), essas revistas abandonaram a linguagem tradicional e desconectada dos jornais impressos, buscando estabelecer um vínculo com os leitores. O objetivo era, além de informar, explicar, sintetizar e interpretar os fatos.

Na sua primeira edição, em 03 de março de 1923, a revista revela o seu público-alvo: “O homem que quer os fatos. O homem que quer ter o seu próprio pensamento depois de saber os fatos. O homem ocupado⁷” (Revista *Time*, edição de 03 de março de 1923, p. 21, tradução nossa).

6. *During their earliest years, newsmagazines were part of a medium that had dominated American public communication, and the construction of a sense of national identity, since the mid-nineteenth century. By the early twentieth century, media had joined the institutions of education, religion, and civic life as an important disseminator of political and cultural ideals. Magazines were leaders in this process because they were the only medium capable of reaching a national audience and using illustrations and then photographs in a large-scale and dramatic way. Newspapers had never had the same national reach or visual impact. Radio provided some journalistic competition, although broadcast news would not assume its modern format and authority until the 1960s.*

7. *The man who wants the facts. The man who wants to do his own thinking after he has the facts. The busy man.*

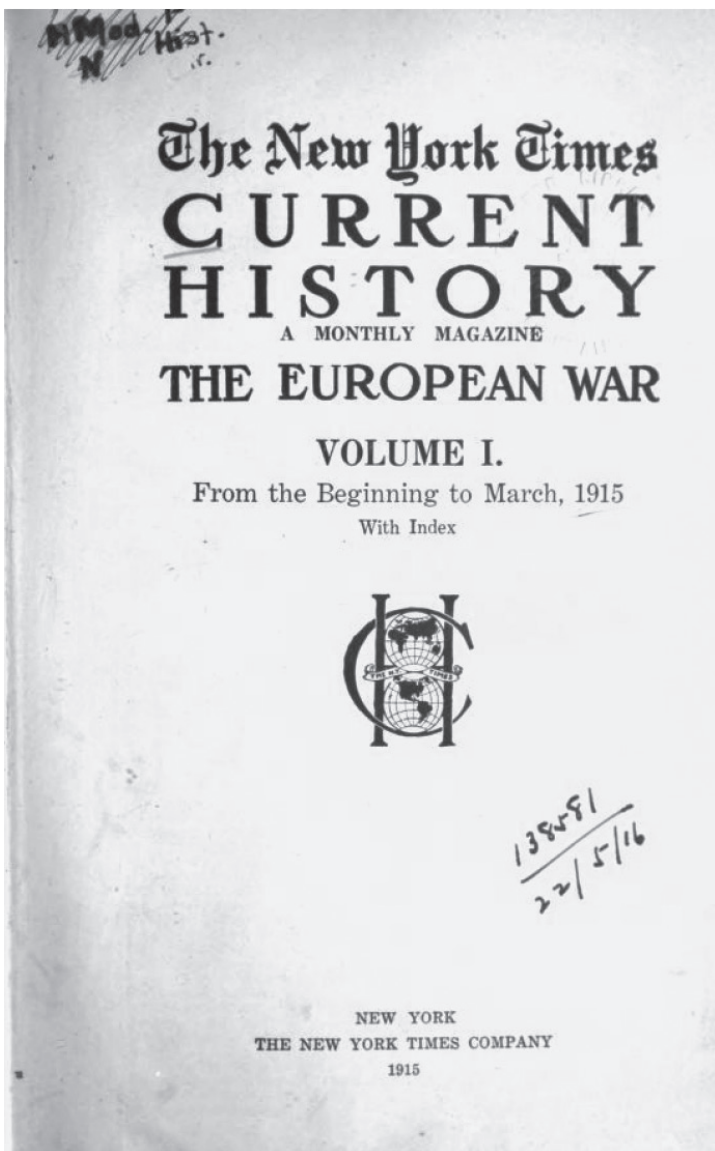


Figura 1: O primeiro volume da revista mensal foi publicado com o tema "A Guerra Europeia".
Fonte: <https://archive.org/details/currenthistoryfo01newyuoft/page/n5/mode/2up>

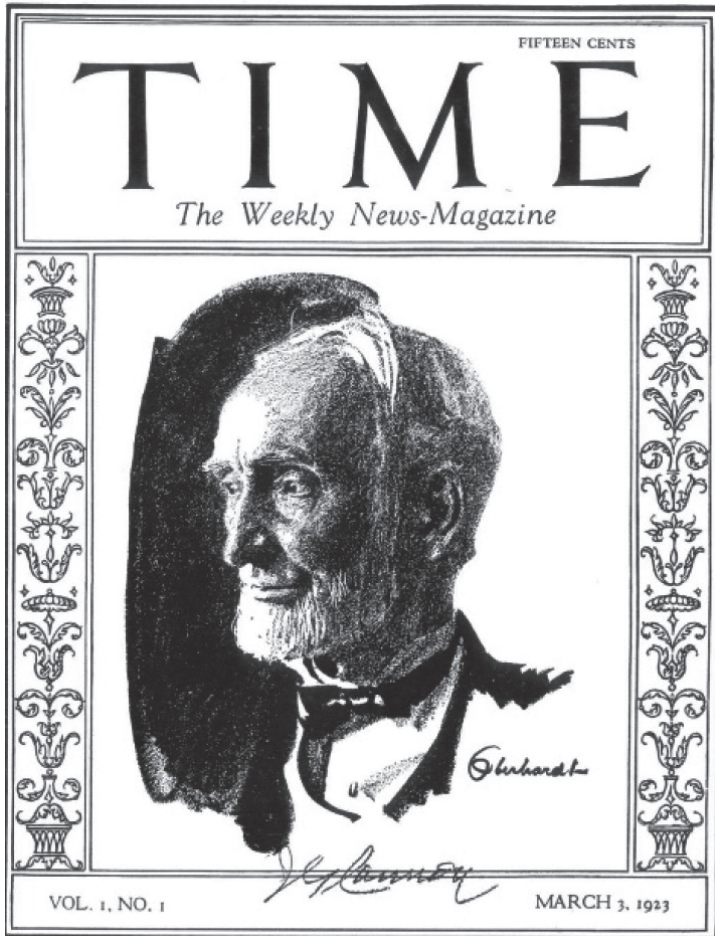


Figura 2: A primeira edição da revista *Time* foi publicada em 03 de março de 1923.

Fonte: <https://time.com/vault/issue/1923-03-03/page/1/>

A seção de notícias estrangeiras, com a média de 6 a 7 páginas, da revista *Time* apresentava um espaço para os acontecimentos da América Latina, que divulgava um

resumo dos principais fatos dos países relacionados, buscando “organizar as notícias do mundo e dar aos leitores doses curtas e facilmente digeríveis⁸” (Kitch, 2005, p. 17, tradução nossa).

As revistas também relataram os acontecimentos no extremo sul do mundo, no Estado do Rio Grande do Sul em 1923. Notícias sobre conflitos e revoltas sempre tiveram espaço consolidado nas revistas especializadas em notícias.

A Revolução de 1923 nas revistas *Current History* e *Time*

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a Análise Discursiva de Imaginários (ADI). Segundo Silva (2019), esta análise busca expor sentidos, descobrindo tudo que envolve o discurso analisado. A proposta busca desvelar imaginários, que são definidos como uma visão de mundo encoberta por um discurso explícito. “Por imaginário deve-se entender aqui uma narrativa inconsciente ou uma ficção subjetiva vivida como realidade objetiva cuja formação ou cristalização permanece encoberta exigindo um desencobrimento” (Silva, 2019, p. 97).

A proposta pressupõe três fases de análise. A primeira se refere ao cercamento do objeto analisado para ver o que foi coberto. Em seguida, busca-se descobrir o que foi encoberto através da análise. Por fim, chega-se à etapa do desvelamento, que se refere ao processo pelo qual o encoberto vem à luz.

Nesta pesquisa, foram analisadas as notas e reportagens publicadas pelas revistas *Current History* e *Time* entre março

8. *Organize the world's news and give it to readers in short, easily digestible doses.*

de 1923 e março de 1924. As matérias foram catalogadas e traduzidas buscando compreender como a Revolução de 1923 foi noticiada nos dois periódicos e a aproximação do que foi apresentado pela mídia e o que foi retratado por historiadores especializados no conflito.

A Revolução de 1923 foi veiculada pelas revistas *Current History* e *Time* como uma revolta no Sul do Brasil. A revista *Current History* apresentava um conteúdo mais informativo, enquanto a revista *Time* publicava breves relatos com pouca contextualização dos fatos.

No volume 18 da revista *Current History* (edição apresentando os meses de abril a setembro de 1923), o Brasil foi tema de uma matéria com o título “Brasil, ontem e hoje”, com nove páginas, assinada pelo editor e ex-cônsul geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro Eugene Seeger. A pauta era baseada no centenário da independência do país, celebrado em 1922, apresentando os progressos e dificuldades da nação na época. Seeger conta que a independência política do país só foi possível pelos esforços da fraternidade maçônica, inspirados no idealismo de José Bonifácio, declarado patrono da independência.

Esse trecho traz à tona o imaginário do “descobrimento” (ou achamento). “Esse imaginário da descoberta é marcado pela exaltação das belezas da terra, da imensidão do território e das águas, e das riquezas minerais” (Fraga, 2021, p. 12). Desde a publicação da carta de Pero Vaz de Caminha, em 1500, esse imaginário sobre o país é dinamizado.

Além disso, o texto destaca as principais dificuldades do país, como problemas de saúde pública envolvendo ancilostomose (amarelão), febre amarela e malária. Na época, o Brasil enfrentava redução nas exportações e desvalorização da moeda frente ao dólar. O texto não menciona as

questões sociais no país, mas traz uma imagem (figura 4) que demonstra as fragilidades enfrentadas.

Na mesma matéria, Seeger conta que uma revolução aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul.

No outono passado, durante a eleição estadual no Rio Grande do Sul (não no Rio de Janeiro), houve uma manifestação insignificante, mas barulhenta contra o partido do governo por alguns gaúchos (cowboys), que não teve mais significado do que um dos ataques da Ku Klux Klan no Dixie⁹ (Seeger, 1923, p. 666, tradução nossa).

Nesse trecho, Seeger aborda os gaúchos como cowboys. Segundo Hobsbawm (2013), o mito do cowboy está presente em diversas regiões do mundo. Assim percebemos que o ex-cônsul buscou aproximar o significado de gaúcho com o conceito de vaqueiro, buscando o entendimento do público norte-americano.

Esse mito tende a representar o guerreiro em atividade, o agressor, o bárbaro, o estuprador e não o estuprado. Hoje, populações desses cavaleiros e pastores selvagens existem num grande número de regiões do planeta. Alguns são estritamente análogos aos caubóis, como os gauchos das planícies do Cone Sul da América Latina; os llaneros das planícies da Colômbia e da Venezuela; possivelmente os vaqueiros do Nordeste do Brasil (Hobsbawm, 2013, p. 257).

9. *Last fall, during the state election in Rio Grande do Sul (not in Rio de Janeiro), there was an insignificant but noisy demonstration against the government party by some gauchos (cowboys), which had no more significance than one of the Ku Klux Klan outbursts down the in Dixie.*

BRAZIL YESTERDAY AND TODAY

By EUGENE SEEGER

Formerly Consul General of the United States
in Rio de Janeiro, Brazil

Mr. Seeger has for many years devoted himself to the study
of conditions in Brazil, and is preparing a book on Brazilian
culture

*The historical significance of the Brazilian Centennial celebration—
How Brazil gained her independence from Portugal in the first quarter
of the nineteenth century and became a nation—A story filled with
romance and dramatic interest—Brazil's progress and difficulties today*

THE Brazilian-American Centennial celebration, which opened in Rio de Janeiro in November, 1922, and was still continuing at the time when these pages went to press (its close is scheduled for July), constitutes an important chapter of latter-day Brazilian history. It shows the wealth of Brazil's natural and industrial resources, the plenitude of her economic development, side by side with the exhibits of all the large nations of the world, on both sides of the Atlantic Ocean, representing in the aggregate an imposing display. The contemporary and actual interest, however, cannot obscure the underlying historical significance. This centennial evokes memories of the past centering around the creation of the Brazilian Republic.

The history of Brazil's rise to independent statehood is filled with romantic episodes of absorbing interest. The wheel of nations revolves swiftly, and most of the world today has forgotten that the political independence of Brazil was almost exclusively the work of the Masonic fraternity. That work was inspired by the idealism of José Bonifácio (his full name was José Bonifácio de Andrade e Silva), often referred to as the "patriarch of the Brazilian Republic," organizer and first Grand Master of the Freemasons of Brazil.

José Bonifácio was born in 1765, of respectable, well-to-do parents, in Villa de Santos, then a little town in the State of São Paulo. His early departure to Portugal was inevitable under the conditions

then obtaining. The Portuguese Government did not find it worth while to establish common schools in its miserably governed and brutally exploited Brazilian colony and prohibited higher institutions of learning there in order to force talented young Brazilians to come to Portugal and to study at the semi-medieval University of Coimbra, where the Government could keep them under its influence and control.

José Bonifácio spent his adolescence there studying geology, mineralogy and mining. He was considered an uncommonly talented young man of great promise. He went to Europe in 1790, and, in view of what fate had in store for him, his arrival there was providential. After that epidemic insanity which obsessed the French masses and culminated in the atrocities of the French Revolution, creating commotion and abhorrence all over Europe, a healthy reaction began which led to earnest work for reconstruction and reform. It was a great and interesting epoch. José Bonifácio, liberty-loving, impressionable, had a chance to observe events from close proximity, and his later career in Brazil, where he created a free and independent State out of a chaotic Portuguese colony, demonstrated how well he had utilized his opportunities.

After finishing his studies in Coimbra, he went to the mining academy of Freiburg, in Baden, Germany, which even at that time enjoyed an international reputation. There he had the good fortune to become the assistant and friend of Abraham Gottlob Werner, who was considered the greatest

Figura 3: Reportagem sobre o centenário da independência do Brasil e a situação do país em 1923.

Fonte: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.31158011330809&view=1up&seq=681>



Figura 4: Imagem publicada na matéria mostrando a única fonte de água pública no Rio de Janeiro. Segundo o texto, esse era o local onde a população pobre tinha acesso à água na cidade.
Fonte: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.31158011330809&view=1up&seq=689>

Seeger também relaciona a Revolução de 1923 com os ataques da Ku Klux Klan no Dixie, que é um apelido para a região do Sul dos Estados Unidos. O grupo reacionário e extremista, que pregava a supremacia branca, iniciava a sua segunda fase a partir de 1915, realizando grandes manifestações e ataques buscando intimidar negros, imigrantes, católicos e judeus, promovendo linchamentos e atos no qual cruzeiros eram incendiadas.

Além dessa matéria, a primeira vez que a Revolução de 1923 é citada na revista no mês de abril foi para abordar conflitos na fronteira oeste e sul do Estado.

Rebeldes brasileiros no Estado do Rio Grande do Sul espalharam alarme considerável entre as cidades fronteiriças ao longo da fronteira uruguaia, tendo tomado posse de Quarahy e ameaçado a cidade maior de Santa Ana do Livramento. De Buenos Aires chega a notícia da queda de Allegrete aos revolucionários. A cidade foi fortificada e as forças do governo, embora de posse de várias metralhadoras, recuaram com a luta. Vários de seus regimentos teriam passado por cima dos revolucionários. O banditismo assumiu grandes proporções na parte sul do estado, e os saqueadores estão atacando casas e fazendas impunemente. O número de refugiados que cruzam a fronteira para o Uruguai está aumentando à medida que a situação do governo do Estado se torna mais crítica¹⁰ (*Current History*, 1923, p. 335, tradução nossa).

A revista *Time* iniciou a cobertura da Revolução de 1923 na sua sexta edição, em 7 de abril, abordando a instauração da revolução gaúcha. Assim como na revista *Current History*, não foram apresentadas informações suficientes para a compreensão da revolução.

Uma revolução está em curso no estado do Rio Grande do Sul — no extremo sul. Os rebeldes, em muitos casos,

10. *Brazilian rebels in the state of Rio Grande do Sul have spread considerable alarm among the frontier towns over the Uruguayan boundary having taken possession of Quarahy and menaced the larger city of Santa Ana do Livramento. From Buenos Aires comes news of the fall of Allegrete to the revolutionaries. The town was fortified, and government forces, although in possession of several machine guns, retreated with a fight. Several of their regiments are said to have gone over the revolutionaries. Banditry has assumed large proportions in the southern part of the state, and the marauders are reported to be attacking homes and ranches with impunity. The number of refugees crossing the frontier into Uruguay is increasing as the situation of the state government becomes more critical.*

foram reforçados pela deserção de regimentos do governo. A captura de Rosário causou bastante alarme em Santa Anna do Livramento e em Quarahy. Os habitantes de ambas as localidades fugiram, refugiando-se em Ataques, do lado uruguaio da fronteira¹¹ (Revista *Time* — edição de 07/04/1923, p. 13, tradução nossa).

Em maio, a revista *Current History* divulgou mais uma nota sobre a revolução relatando que os rebeldes gaúchos haviam atacado a cidade de Uruguaiana no final de abril. A cidade de Santana do Livramento estaria pronta para resistir a qualquer ataque. Houve o registro de que um grande número de pessoas havia saído do Estado e se refugiado no Uruguai. “Acredita-se que a situação não seja crítica para o governo do senhor Borges, visto que nenhum apelo à intervenção federal chegou ao governo do Rio de Janeiro” (*Current History*, maio 1923, p. 508, tradução nossa).

A revista *Time* publicou em 28 de abril de 1923 que a revolta no Estado havia sido reprimida por tropas estaduais, segundo informações em Buenos Aires. O texto ainda destacava que as forças do governo estavam concentradas na área de Quaraí, onde os rebeldes reuniram 1.500 homens.

Em julho de 1923, a *Current History* anunciou que a rebelião, que estava em andamento há meses, havia sofrido um forte revés no final de junho, quando tropas regulares capturaram a cidade de Alegrete após uma batalha com os revolucionários, que abandonaram seus mortos e feridos, bem como sua artilharia, e foram forçados a recuar.

11. *A revolution is in progress in the state of Rio Grande do Sul — in the extreme south. The rebels have in many cases been reinforced by deserting government regiments. The capture of Rosario caused a good deal of alarm in Santa Anna do Livramento and in Quarahy. The habitants of both these places fled, taking refuge in Ataques, on the Uruguayan side of the border.*

A falta de informações e dados contundentes para a divulgação sobre a revolução foi tema da nota da revista *Time* em 20 de agosto de 1923.

Rebeldes Brasileiros. A cada semana, surgem notícias de que uma rebelião estourou no estado mais ao sul do Brasil — o Rio Grande do Sul. Esses relatórios com ignorância persistente e lamentável terminam com frases vagas como: “Muitos foram mortos ou feridos em ambos os lados” “Faltam detalhes da luta” A revolução da semana passada não foi uma exceção à regra. O objeto da revolta também é mantido em profundo segredo¹² (Revista *Time* - edição de 20/08/1923, p. 12, tradução nossa).

A última vez que a pauta foi discutida pela revista *Time* foi em 01 de outubro de 1923. A nota destacava que a revolução era algo irreprimível, pois estava mais ativa que o habitual e que 1.500 rebeldes cruzaram a fronteira com o Uruguai e capturaram a cidade de Zuahary, resultando em sete homens mortos e 27 feridos.

O assunto só voltou a ser tratado pela revista *Current History* no final do conflito, com a publicação em fevereiro de 1924. Somente quando a revolução chega ao fim que a revista consegue explicar a motivação da revolta no Estado.

As conturbadas condições políticas que existiram no estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, durante o ano passado, agora foram encerradas satisfatoriamente.

12. *These reports with persistent and pitiable ignorance end with vague phrases such as, “Many were killed or wounded on both sides” “Details of the fight are lacking” Last week’s revolution was no exception to the rule. The object of the revolt is also kept a profound secret.*

Por meio dos esforços do general Setembrino Carvalho, ministro da Guerra do gabinete federal, os grupos opostos assinaram um acordo formal de paz em dez. 15. A confusão teve origem na eleição presidencial estadual, quando foi declarado reeleito o senhor Borges de Medeiros, que havia sido presidente do estado do Rio Grande do Sul por cerca de vinte e cinco anos. Grupos descontentes pegaram em armas em apoio ao candidato da oposição, o senhor Assis Brasil. A base do presente acordo é a adoção de uma nova constituição estadual que prevê que o presidente não pode ocupar o cargo por dois turnos sucessivos. O Sr. Borges de Medeiros permanecerá no cargo durante a atual administração (*Current History*, fev. 1924, p. 855, tradução nossa).

A partir da Análise Discursiva de Imaginários nas duas revistas, é possível inferir que apesar do conflito ser citado pelas revistas, ele não foi explicado em sua complexidade. Não foram apresentados motivações, dados, repercussões no mercado externo e a complexidade do assunto. Ao longo do ano, algumas informações foram divulgadas de forma incipiente sem a devida contextualização.

As informações sobre a revolução estavam centradas nos conflitos da região oeste do Estado, apesar dos embates ocorrerem em outras regiões do Estado como no norte, sul e centro. O material não apresentou uma evolução dos combates e a situação no governo de Borges de Medeiros que culminou nas batalhas.

Segundo Leão (2009), nos meses de janeiro e fevereiro de 1923 os conflitos estavam restritos a Passo Fundo, Erechim, Palmeira das Missões, Nonohay e no fim de abril o movimento estava espalhado por todo o Estado.

Em 31 de março de 1923, a forte tropa revolucionária, com mais de mil homens, ocupa a cidade de Alegrete, comandada pelos caudilhos Gaspar Saldanha e Aníbal Padão, que puseram as autoridades de Alegrete em fuga, bem como o “Corpo Provisório”, que havia sido enviado a Alegrete pelo Comando Maior de Santana do Livramento. Todos se refugiaram em Uruguaiana (Leão, 2009, p. 81).

Apesar do cerco de Uruguaiana ter ocorrido entre os dias 3 a 5 de abril de 1923, o foco da cobertura da revolução ficou apenas na região oeste do Estado. Sem mencionar os embates em Erechim, Santa Maria, Camaquã e no Vale do Taquari. Para as revistas, a revolução se resumiu a enfrentamentos na fronteira com o Uruguai, apresentando uma dimensão menor da luta no Rio Grande do Sul.

Na matéria sobre a situação do Brasil assinada por Seeger fica evidente que o conflito não é levado a sério pela Revista *Current History*, pois é chamado de “insignificante”, apesar de ser referido como “barulhento”. O resultado do conflito e o seu legado não foram explicados, o que pode gerar uma ideia para o leitor de que a revolução não apresentava sentido.

É possível inferir, a partir do relato da revista *Time*, que as informações que o periódico recebia não eram completas, sem dados e com poucas explicações para o conflito, que, segundo eles, era um mistério. É necessário refletir sobre a possibilidade de haver dificuldade de acesso de informações na época, apesar do avanço na tecnologia, e que a localização geográfica do Rio Grande do Sul, afastada dos grandes centros da época, pode ter dificultado a apuração sobre a revolução.

É evidente que a revista se informava através de notícias enviadas por Buenos Aires e não pelo Brasil, o que pode ter

dificultado o entendimento das fontes que alimentavam o conteúdo da revista. Devemos considerar que 1923 era o ano de lançamento da revista que estava se adaptando ao formato de apuração de notícias internacionais. Além disso, o foco daquele ano na seção “América Latina” eram os acontecimentos do país vizinho México, que havia passado por uma guerra civil.

Por outro lado, tardiamente, a revista *Current History* apresenta a contextualização da Revolução de 1923 apenas em fevereiro de 1924, apontando a motivação do conflito e os termos do acordo para cessar os combates. Apesar da explicação da causa da revolução, isso só foi evidenciado ao fim dos embates. Portanto, todas as notícias publicadas ao longo do ano abordaram a revolução de forma vaga, descrevendo alguns confrontos sem apresentar a motivação da revolta.

Em agosto de 1924, a revista explicou o legado da Revolução de 1923. Segundo o periódico, o presidente Arthur Bernardes aprovou uma emenda proibindo que as constituições estaduais permitissem a reeleição dos presidentes do Estado. Isso seria uma contradição legislativa, pois a constituição federal já proibia a reeleição. A reeleição só foi aprovada através de uma emenda constitucional de 1994, reduzindo o mandato de cinco para quatro anos e passando a permitir uma reeleição para o mandato subsequente.

Considerações finais

Apesar da Revolução de 1923 ter sido uma guerra civil específica do Estado do Rio Grande do Sul e não ter

apresentado grandes consequências para o país como um todo, os conflitos foram noticiados internacionalmente.

Embora tenha sido citada, não foi noticiada em sua complexidade, apresentando falta de dados básicos, imprescindíveis para a compreensão sobre a revolução de maneira geral. Mesmo levando em consideração possíveis dificuldades e morosidade em obter informações de outros países na época, faltou uma maior apuração das informações, principalmente pela revista *Time*.

Os conflitos da fronteira oeste do Estado receberam destaque em detrimento aos embates em outras regiões do Rio Grande do Sul. Assim, a cobertura das revistas não evidenciou a real dimensão da revolução que se expandiu por grande parte do território do Estado.

A revista *Time* não apresentou as motivações do conflito, podendo gerar interpretações de que os gaúchos travaram uma guerra sem sentido. A revista *Current History* revelou o estopim do conflito somente após o Pacto de Pedras Altas que encerrou a revolução.

A partir da Análise Discursiva de Imaginários, foi possível inferir que os periódicos dinamizaram o imaginário sobre o conflito evidenciando o olhar do outro, seja através de informações de países vizinhos, como Argentina, e consequências para o território uruguaio, além de relatos de funcionários do governo norte-americano que atuavam no país.

Ademais, o Brasil recebia pouco destaque principalmente na revista *Time*, que precisava contemplar todos os países latino-americanos em sua seção de notícias internacionais. A revista *Current History*, por ser especializada em noticiário internacional, em todas as suas edições apresentava informações sobre o país como um todo.

Referências

CURRENT HISTORY. Disponível em: <https://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/serial?id=currenthistory>. Acesso em 16 de junho de 2023.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Oficinas gráficas do departamento de imprensa oficial do Estado, 1973.

FRAGA, Larissa Caldeira de. O Brasil no imaginário coletivo. *Revista Mídia & Cotidiano*, 16(2), 7-22.

HOBBSAWM, Eric J. *Tempos Fraturados: Cultura e Sociedade no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KITCH, Carolyn. *Pages from the past*. History and memory in american magazines. Capel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.

LEÃO, Lúcio Antonio Rodrigues. *A disputa pelo poder no Rio Grande do Sul. A participação estrangeira no conflito de 1923*. 110 págs. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2009.

NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9. edição. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

PÔRTO, Valdreani de Carvalho. *São Francisco de Assis: palco de um combate em 1923*. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2020.

REVISTA TIME. Disponível em: <https://time.com/vault/>. Acesso em 16 de junho de 2023.

SEEGER, Eugene. Brazil Yesterday and Today. *Current History*. Vol. 18, ano 1923, abril-setembro. p. 659-668.

SILVA, Juremir Machado da. *O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes*. Porto Alegre: Sulina, 2019.

Percepções do jornal *Correio Paulistano* sobre a Revolução de 1923

Pâmela Chiorotti Becker¹³

Introdução

A Revolução de 1923 consta nos livros de história como acontecimento marcante, mostrando a fragilidade da política brasileira e da integração entre as diferentes unidades federativas. Sabe-se, entretanto, que a autonomização de *revolucionário*, como por exemplo ao tratar da “Revolução de 1930”, é mais construção discursiva realizada pelos próprios atores sociais, ao longo do tempo adotada pela historiografia sem maior desconstrução do que já foi erigido pelo senso comum. Por consequência, tais termos adjetivantes não expressam a realidade do processo histórico, muito menos possuem capacidade explicativa. Assentamentos de significados passam, em grande medida, pelas formulações de sentido realizadas pelos meios de comunicação — em especial, nesta época, os órgãos impressos. Partindo da conceituação de *imaginário social*¹⁴, podemos pensar nestas disputas por significados como ações em busca de definições da realidade, com o objetivo, mais inconsciente

13. Mestra e doutoranda em História pela PUCRS. E-mail: pamela.chiobeckers@gmail.com.

14. Imaginário social, para Baczko (1985) é a conjunção de representações que informam, “traduzem” a realidade, guiando a ação dos sujeitos. Especialmente através da linguagem, esse conjunto uniformiza a compreensão dos sujeitos sobre o mundo social, permitindo a vida em sociedade. Por ter função de legitimar a divisão de poderes dentro da sociedade, esses bens simbólicos estão em constante disputa social para imposição de sentidos e monopolização de seus usos.

do que explícito, de construí-la a partir das necessidades de grupos ou classes.

O processo revolucionário de 1923 é incompreensível sem, antes, delimitar a situação do estado gaúcho dentro do contexto pós-Proclamação da República. Aponta-se que nesse período o Rio Grande do Sul transitava de uma economia essencialmente rural para uma etapa capitalista de relações econômicas. Nessa passagem se elaboravam novos elementos, como a diversificação produtiva e o acúmulo de capitais nas cidades, correspondendo à maior urbanização, assim como a integração ao mercado interno brasileiro. Por consequência, grupos econômicos antes destacados financeiramente eram prejudicados nesse contexto, em especial aqueles dedicados às charqueadas. A competição com o charque platino, somada à falta de estímulo jurídico e econômico por parte do estado e do Brasil, fizeram com que outros produtos fossem mais requisitados pelo comércio brasileiro, em detrimento das tradicionais produções de charque. Essa mudança levou à crise boa parte dos fazendeiros charqueadores, desgostosos com o governo estadual. Apesar do fortalecimento dos republicanos e a manutenção do característico poder positivista e autoritário, pautado pela modernização e diversificação econômica do RS, o estado herdava do período imperial um conjunto de políticos liberais destacados na defesa do federalismo, do parlamentarismo e da revisão da constituição do Rio Grande do Sul. Estava delineada a oposição que deflagraria tanto a Revolução Federalista quanto a Revolução de 1923: Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) versus o Partido Federalista (PF).

Os republicanos mantinham-se no governo estadual desde 1891, com curtas interrupções. Júlio de Castilhos, ao deixar o cargo máximo, designou Borges de Medeiros, o qual permaneceu cerca de 25 anos no poder através de fraudes

e abusos dos recursos públicos. Um dos maiores choques nessa situação foi quando se abriu o processo eleitoral de 1922. Os “castilhistas”, como eram chamados os republicanos, contavam com a reeleição de Borges. Entretanto, os federalistas se uniram a outras oposições e lançaram o nome de Assis Brasil para concorrer ao cargo de presidente do Estado. Por meio fraudulento, através da contagem de votos sendo realizada por integrantes da nova geração do PRR (entre eles Getúlio Vargas), deu-se a “vitória” a Borges. Inconformados com a decisão arbitrária, os federalistas foram às armas, pretendendo derrubar o governo republicano e reformar a constituição gaúcha. Outra aspiração era que, dada a guerra civil dentro do estado, o governo federal interviesse em favor dos federalistas.

Foram oito meses de batalhas em diversos municípios, desestabilizando e traumatizando as populações dessas regiões¹⁵. A movimentação das tropas, seus confrontos e desdobramentos foram intensamente acompanhados pelos órgãos de imprensa. O confronto só se encerrou em fins de 1923 com o Pacto de Pedras Altas.

Visto que a opinião construída pelos jornais influenciava (e ainda hoje influencia) as decisões do poder público, durante os debates do grupo de estudo e pesquisa “Tecnologias do Imaginário”, coordenado pelo professor Juremir Machado da Silva, questionamo-nos sobre como jornais tradicionais de fora do estado comentavam a Revolução de 1923. Escolhemos o *Correio Paulistano* pela trajetória pioneira que ele ocupou dentro da imprensa paulistana. Um dos jornais mais antigos de São Paulo, o CP foi fundado em

15. Pôrto, 2020.

1854 por Joaquim de Azevedo Marques e Pedro de Almeida Alvim. Nascido sob feições “liberais”, segundo suas primeiras edições, tornou-se progressivamente conservador pois, dadas as dificuldades econômicas pelas quais o periódico passava¹⁶, necessitou se aproximar do Partido Republicano Paulista, atuando quase como um órgão propagandístico. Durante a década de 1920, engajou-se fortemente contra as intervenções federais, apoiando as oligarquias locais como porta-voz do PRP.

Era favorável ao governo de Washington Luís, que via como estabilizador da sociedade e da economia da época. Suas principais oposições eram ao Partido Democrático (PD) e ao Partido Libertador (PL), bem como seu líder gaúcho, Assis Brasil. Assim o jornal seguiu até 1930, quando se colocou contra a Aliança Liberal, que via como uma “desonra ao Brasil”. Devido a esta oposição, sofreu intervenções do governo Vargas, perdendo sua força e sua liberdade de atuação. Retornou aos trabalhos apenas em 1934, realizando intensa oposição ao Estado Novo, estabelecido em 1937. Permaneceu na defesa da autonomia das federações e, ao retornar à normalidade democrática, após-1945, defendeu a manutenção de eleições e dos direitos trabalhistas já adquiridos. No final de 1955, ante boatos de intervenção militar para impedir a posse de Juscelino Kubitschek na presidência e João Goulart como vice, defendeu a legalidade, mesmo com restrições a Goulart. O jornal saiu de circulação em julho de 1963.

16. Sobre o *Correio Paulistano*, apoiamo-nos nas seguintes referências: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (2001), Pilagallo (2012) e Thalassa (2007).

Através da metodologia de Análise de Conteúdo¹⁷, adaptada aos estudos em imprensa, fizemos uma primeira coleta no jornal através da varredura do termo “revolução” na Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), na qual obtivemos 15 ocorrências. Capturamos os materiais e os catalogamos em tabelas infoanalíticas. Dada a questão, comentada no início, sobre a denominação de “revolução” ser algo ocorrido posteriormente, através dos discursos, após a leitura flutuante e do contato com os estudos bibliográficos, definimos outros termos para uma segunda coleta, mais precisa, através de “bandoleiros” e “sediciosos”. O objetivo central era compreender¹⁸ se o jornal colaborou, de sua posição dentro do grande espaço de circulação de informações na cidade paulistana, para uma compreensão do movimento como revolucionário, elogiando-o ou, de forma crítica, posicionando-se contrariamente ao grupo que se sublevoou às forças oficiais gaúchas. Realizando a leitura densa, categorizamos e unitarizamos o corpus documental, processando os resultados. Antes de iniciar a exposição dos dados, contudo, acreditamos ser necessário realizar uma breve explanação sobre a concepção de imprensa que adotamos neste trabalho.

A historiografia da imprensa tende a dividir-se em dois grandes blocos. Consolidado ao longo dos anos 1970, por influência da renovação dos estudos sociais através

17. A Análise de Conteúdo é definida por Bardin (2004) e Moraes (1998) como um conjunto metodológico que, através da criação de categorias e da redução do corpus documental a unidades menores de análise, permite uma compreensão mais esquemática dos argumentos presentes no objeto, bem como a comparação destas percepções com o contexto histórico e a bibliografia referente ao assunto analisado.

18. Acreditamos que a escolha pelo recorte destes três termos, através da varredura, atendeu bem aos objetivos deste trabalho, que é uma investigação inicial e não pretende esgotar as análises, mas sim as fomentar.

do marxismo, o primeiro bloco compreende os órgãos de imprensa como reprodutores dos discursos dos grupos socioeconômicos aos quais se vinculam. A partir desta visão, os jornais ditos “da grande imprensa” se resumiriam em, apenas, “porta-vozes” dos grupos dominantes. A partir dos anos 1980-2000 as perspectivas se modificam, tendendo a observá-los como autônomos em relação à realidade e aos elementos que a constituem. Marialva Barbosa (2007) chega a compreender certos jornais como partidos políticos, na conceituação gramsciana, à medida que se inserem na sociedade política e mobilizam a sociedade civil em torno de projetos. Em nossos estudos¹⁹ defendemos um caminho intermediário. Nem a imprensa seria subordinada aos grupos aos quais se ligava, nem agiria de forma totalmente autônoma. A realidade, da forma apreendida pelos sujeitos, está em constante transformação, o que implica disputas por discursos que a definirão, tornando-se senso comum. Compreendendo os periódicos como construídos e construtores da realidade, estes estariam em *luta simbólica*²⁰ pela definição mais legítima do mundo social. É neste sentido que observamos, em nossas pesquisas, certas estratégias discursivas dos jornais brasileiros que, se analisadas através do binômio “autonomia x subordinação”, serão interpretadas de forma simplista e redutora como “contraditórias”. Um periódico é composto de um tecido de vozes que agem na conjuntura em que se inserem por meio de seus textos.

19. O grupo de estudos em História e Mídias, no qual me insiro, possui um vasto trabalho na reinterpretação de como os periódicos brasileiros foram compreendidos, especialmente em sua atuação ao longo dos anos 1950. Para conferir estas concepções, indico minha dissertação (BECKER, 2021), na qual analiso como o *Correio da Manhã* (RJ) e o Última Hora (RJ) representaram o trabalhismo e o PTB, além dos trabalhos de Martins (2010), Müller (2019) e Juliani (2020).

20. Bourdieu, 1989.

Apesar da linha editorial atuar como um guia no posicionamento geral, o jornal responderá aos debates de acordo com as intenções de ação naquele momento específico. Essas ações, contudo, demonstram como o periódico compreende a si e a sua realidade, além de evidenciar opções dentro de projetos distintos de economia, de política e de sociedade.

Desenvolvimento

Não há grandes desenvolvimentos conceituais quanto ao termo “revolução” no *Correio Paulistano*. O periódico não elaborou editoriais ou colunas²¹ explicitamente opinativas sobre o assunto, materiais que poderíamos considerar como dedicados à opinião oficial do jornal. Esse perseguiu uma linha — ainda bem incipiente no jornalismo da época²² — de apenas informar, objetivamente, a situação e os deslocamentos das batalhas ocorridas. Na Análise de Conteúdo aplicada aos três termos pesquisados se verificou quatro

21. Editoriais e colunas não assinadas são consideradas, por excelência, o local de opinião oficial dos órgãos de comunicação. É a partir deste tipo de textos que os periódicos, como empresas jornalísticas, posicionam-se sobre a realidade, agindo em torno dessa. Por isso, hierarquizamos a análise: sem dúvida, notícias, notas e até mesmo registros gráficos, como fotos, ilustrações e decorações na página, demonstram opções e, consequentemente, opiniões do jornal. Entretanto, esses posicionamentos são menos explícitos do que os localizados nas tipologias do jornalismo opinativo (Melo; Assis, 2010).

22. O jornalismo brasileiro passou nos anos 1950 por uma aceleração das transformações que já vinham ocorrendo ao longo do século. Apoiado no modelo anglo-saxão de produção jornalística, os periódicos passaram a adotar os valores de objetividade, neutralidade e organização clara do layout, tendo em vista a maior difusão de informações com o mínimo possível de intervenção direta da visão pessoal do jornal e dos jornalistas. Assim, na primeira metade do século XX os periódicos abandonaram, lentamente, matérias de cunho narrativo, focalizadas na emoção. Para saber mais, buscar Ribeiro (2001) e Ribeiro (2003).

grupos distintos de informação, correspondentes a objetivos menos explícitos nos discursos do jornal. Essas foram:

Termo	Ocorrências	Categoria = informativo		
		Subcategorias		
		Desmentir	Adesão	Violência/tensão
Revolução (+movimento revolucionário)	15	3	3	4
Bandoleiros	4	*	*	*
Sediciosos	17	*	*	3
Total	36	3	3	7

Fonte: A autora (2023).

Inicialmente, atentemos ao fato de que cerca de 33,3 % das ocorrências gerais localizam-se na categoria “redução/desqualificação”. Poderíamos admitir desde já que o jornal foi contrário à revolução, combatendo-a? Vamos às análises das subcategorias²³.

Desmentir — classifica os materiais em que se percebeu um esforço por parte do jornal de esclarecer a opinião pública sobre a realidade dos acontecimentos, desfazendo possíveis boatos e inverdades sobre o processo, como supostos envios de armamento aos revolucionários pelo Uruguai²⁴

23. A transcrição das fontes obedece a sinalizações e grafias de acordo com o que consta no objeto.

24. “O Uruguai e a revolução no Rio Grande do Sul”, *Correio Paulistano*, 14 de maio de 1923, caderno 1, página 2, nota.

ou telegramas enviados a figuras públicas, entre outros: “Um repórter do jornal ‘La Nacion’ interrogou o embaixador brasileiro sobre a veracidade de um telegrama transmittido de Paso de Los Libres para aquelle jornal e segundo o qual corriam boatos de revolução no Rio Grande do Sul. [...]”²⁵. Essa categoria se refere apenas aos documentos de janeiro, logo desaparecendo, possivelmente pelo maior fluxo de outras notícias sobre a revolução.

Adesão — refere-se à ação do periódico em informar as diferentes adesões que aumentaram o poder do movimento, como em 2 de fevereiro de 1923, no qual uma nota informava a aderência da cidade de Caçapava à revolução²⁶, ou de que o confronto havia assumido “violência inesperada”:

Assegura-se que Passo Fundo cahiu em poder dos revolucionários e que os municipios de Canguçu e Piratiny adheriram á revolução. O candidato dr. Assis Brasil, segundo as mesmas informações, ordenou a todos os seus amigos reacção contra o governo. Informa-se que o caudilho Turibio Gomes chefia grandes forças *sediciosas*²⁷.

Interessante notar que estas notas, geralmente, são registradas como informações vindas de jornais argentinos, como o *La Nación* e o *La Razón*.

25. “Telegrama falso”, *Correio Paulistano*, 18 de janeiro de 1923, caderno 1, página 2, nota.

26. “A revolução do Rio Grande”, *Correio Paulistano*, 02 de fevereiro de 1923, caderno 1, página 1, nota.

27. “A revolução gaúcha”, *Correio Paulistano*, 03 de fevereiro de 1923, caderno 1, página 2, nota (grifo nosso).

Violência/tensão — mantendo a forma descritiva de suas matérias, o periódico passou a informar sobre a situação descrevendo-a como “delicada”²⁸, visto que a revolução se agravava, necessitando o envio de mais tropas do governo. Em 14 de abril de 1923, utilizando-se de termos como “revolução”, “revolucionários” e “sediciosos”, comenta-se que esses estariam muito bem armados e com um bom contingente de homens na reserva. Sem estender-se demasiadamente sobre a capacidade dos combatentes, encerrou-se a nota afirmando que Borges de Medeiros teria uma polícia particular para descobrir o plano dos revolucionários. Em outro material encontramos uma das estratégias de informação recorrentes no corpus documental. Esta chama atenção não pelo que o jornal disse, mas por como se fez a informação, construindo-a através de reproduções integrais de cartas de Borges de Medeiros, apenas introduzida com uma breve nota. Reproduzir as palavras de um sujeito nas páginas de um periódico é uma forma de dar espaço para a sua versão dos acontecimentos, muito diferente de noticiar algo a partir do estilo indireto, resumindo (e reinterpretando) o significado de seu discurso. Para noticiar o ataque dos revolucionários ao município de Santo Antônio (intendência, segundo o jornal), este reproduziu novamente outro telegrama do presidente do estado, relatando que “entrando em minha residência particular, destruíram vários quadros [...] bem como vários²⁹ objectos no valor de 1:400\$000”.

Observa-se certos vieses na carta de Borges de Medeiros que o jornal não se ausentou de publicar ou questionar, como a postura de otimismo, construindo a imagem de que a qualquer momento a revolução ruiria.

28. “A revolução”, *Correio Paulistano*, 06 de fevereiro de 1923, caderno 1, página 2, nota.

29. “O movimento revolucionário”, *Correio Paulistano*, 24 de maio de 1923, caderno 1, página 1, nota.

Redução/desqualificação — essas ocorrências partiam da perspectiva de transmitir a crença de que o movimento logo se esvaziaria, por causa das constantes vitórias das tropas legalistas³⁰. Na primeira carta que comentamos na categoria anterior, também publicada na capa do jornal, objetivando maior visibilidade, a carta descreveu uma vitória que teria ocorrido em Dom Pedrito contra os revolucionários, causando desânimo nestes últimos e sinalizando um possível fim ao movimento:

[...] a força governista atacou decididamente essa columna, [...] [médicos] recolheram os revolucionários feridos abandonados pelos seus companheiros. [...] Reina completo desanimo entre os revolucionários. [...] Esta esplendida victoria é a maior até agora alcançada pelos nossos valerosos soldados, que desferiram, assim, um golpe mortal na revolução.”³¹

Otimismo do lado borgista e desesperança do lado federalista era a informação mais destacada, como no seguinte trecho: “[deve-se] considerar extinto o movimento sedicioso na Serra, tão grande é o desânimo que abate os *mashorqueros*, os quaes, possuindo algumas armas, não dispõem, entretanto, de munição sufficiente para um encontro sério [...]”³². Pelo vocabulário escolhido, percebe-se que a ima-

30. “Rio Grande do Sul: a avançada das forças contra a rebelião”, *Correio Paulistano*, 03 de abril de 1923, caderno 1, página 2, nota. “Os sediciosos são derrotados em Capão Bonito”, *Correio Paulistano*, 25 de março de 1923, caderno 1, página 2, nota.

31. “O movimento revolucionário no RS”, *Correio Paulistano*, 06 de fevereiro de 1923, caderno 1, página 1, nota.

32. “Notícias Telegráficas”, *Correio Paulistano*, 26 de fevereiro de 1923, caderno 1, página 2, nota (grifo nosso).

gem construída pelos políticos rio-grandenses era de que os federalistas não passariam de agitadores, desordeiros causadores de confusão no estado. Em 3 de março o *Correio Paulistano* publicou uma matéria, também em estilo de nota, mas com maior destaque gráfico, margens escuras em negrito e título com cartola, descrevendo o depoimento que sediciosos teriam dado às autoridades borguistas de que o movimento revolucionário não tivera a intenção de ser uma luta armada, somente de demonstrar, de forma pacífica, a oposição ao borgismo:

“[...] com uma demonstração do seu protesto pacífico, resolveram retirar-se, [...] pois o movimento tomava o carácter de uma luta armada, com depredações das propriedades e outros males que os declarantes condenavam formalmente (“A situação do estado”, *Correio Paulistano*, 08 de março de 1923, caderno 1, página 2, nota. Grifos nossos). A disposição gráfica, em uma formatação que destacasse o texto, bem como o uso de letras de tamanho e espessuras diferentes para o título e a cartola, demonstram a preocupação do periódico em hierarquizar a relevância das informações publicadas.

O carácter de avaria que os federalistas causavam às cidades em que se estabeleciam também era bastante ressaltado, como no seguinte excerto: “Os inimigos retiraram-se com rumo a Estância Velha, tendo commettido na villa a suas immediações toda a sorte de depredações, inclusive furtos de dinheiro, tendo também arrebanhado

gado vaccum e cavallar”³³, ou como em outra reprodução de *A Federação*: “Antes de ser travado esse tiroteio, os sediciosos cortaram as linhas telegraphicas, incendiando vários postes de rede entre Porto Alegre e Conceição do Arroio”³⁴. Houve também outra forma de desvalorização dos combatentes revolucionários, ao declarar que esses teriam abandonado seus colegas de campo, bem como uma apreciação dos soldados governistas, pois foram as forças do governo que teriam decidido, de boa vontade, recolher os corpos de seus opositoristas. Nesse sentido, podia-se entender que as tropas legalistas, civilizadas, engajando-se no conflito apenas por circunstâncias extremas, estivessem confrontando grupos bárbaros desprovidos de qualquer consideração por seus semelhantes. Assim como na carta de Borges de Medeiros, reproduzida acima, encontra-se esse viés em outras ocorrências, como em “Combate em Palomas”, matéria em que o jornal reproduz os telegramas de *A Federação*, periódico gaúcho: “Os sediciosos foram totalmente desbaratados pelas tropas governistas [...] [comandantes federalistas e suas tropas] fugiram, deixando no campo da lucta numerosos feridos [...]”³⁵. Novamente, comentou-se acerca da elogiável ação das tropas legalistas ao oferecerem cuidados aos inimigos.

33. “Encontro com os sediciosos”, *Correio Paulistano*, 23 de março de 1923, caderno 1, página 2, nota.

34. “O movimento revolucionário”, *Correio Paulistano*, 24 de maio de 1923, caderno 1, página 1, nota.

35. “Combate em Palomas”, *Correio Paulistano*, 10 de maio de 1923, caderno 1, página 2, nota.

RIO GRANDE DO SUL

A SITUAÇÃO NO ESTADO

DECLARAÇÕES DE DOIS SEDICIOSOS

CRUZ ALTA, 7 (A) — Apresentaram-se ás autoridades commandadas pelo general Firmino Filho os sediciosos Accacio Borges e Rufino Corrêa, que serviam no batalhão de Leonel Rosa e foram signatarios de um telegramma ao chefe da nação.

Na presença de testemunhas, aquelles sediciosos fizeram as seguintes declarações, que foram reduzidas a termo:

"Aos 4 dias do mez de março, na Intendencia Municipal de Cruz Alta, presentes as testemunhas abaixo assignadas, compareceram em presença do coronel Firmino Paula Filho os srs. Accacio Borges e Rufino Corrêa da Silva, que declararam o seguinte: residindo ambos no município de Palmeira, ali estiveram envolvidos, chefiando o movimento revolucionario registado nos primeiros dias de janeiro e principios de fevereiro, tendo o objectivo principal tal movimento de dar uma demonstração de protesto contra a reeleição do dr. Borges de Medeiros, sem, porém, allmentar intulos de uma lucta armada. Succedeu, porém, que em principios de fevereiro, achando-se reunidos nas proximidades da villa da Palmeira cerca de 500 revolucionarios, dos quaes o principal chefe era o sr. Leonel da Rocha, e estando tambem os declarantes presentes, verificaram que se approximavam as forças legaes para combater-os, havendo mesmo inicio de hostilidade, onde perceram alguns sediciosos. Em vista disso, os declarantes, bem como os outros envolvidos no movimento, como uma demonstração do seu protesto pacifico, resolveram retirar-se, como de facto o fizeram, pois, o movimento tomava o caracter de uma lucta armada, com depredações das propriedades e outros males que os declarantes condemnavam formalmente. Assim, resolveram abandonar as forças revolucionarias. Os declarantes foram ás casas dos seus amigos communs, os srs. Joaquim Thomaz da Silva Prado e Seraphim de Moura Amado, com o intuito de opportunamente se apresentarem ás autoridades, para os devidos fins, como agora o fazem, espontaneamente, comparecendo perante o coronel Firmino Paula Filho, presentando estas declarações e pedindo garantias. Confiantes nas garantias que as autoridades têm de facto dado e offerecido aos adversarios politicos, desde o momento que verificaram desvirtuados os fins do movimento inicial, resolveram e estão no firme proposito de negarem o seu concurso, solidariedade a todo e qualquer movimento que tenha por fim perturbar a ordem publica do Estado. Como um dever de lealdade, declaram que estão satisfeitos com a sua deliberação, porquanto, foram tratados com toda a urbanidade e cavalheirismo pelo coronel Firmino Filho."

A cobertura do processo foi pautada por fontes diversas, especialmente dados advindos dos locais das batalhas e de cartas de personalidades do governo do estado. Entretanto, o jornal explicitava a origem da informação, sendo, na maioria das vezes, referências de outras agências e veículos, bastando ao CP replicá-las. Interessante também notar como, ao ter acesso a essas correspondências, o periódico procurava publicá-las nas palavras dos autores, não como uma releitura do jornalista responsável. Através da sistematização das categorias, percebemos que o uso do termo “sedicioso” correspondeu a uma maior ocorrência de matérias que abordavam a revolução (os sediciosos) como uma desordem imprópria, objetivando, quando possível, diminuí-la (seja reduzindo a importância de suas forças ou desqualificando o caráter das tropas de oposição ao governo). Também notamos que as notícias referenciadas diretamente como do Rio Grande do Sul, com fontes de Porto Alegre e outros municípios gaúchos, tendiam a um maior descredenciamento dos revolucionários. Nas matérias que advinham da imprensa internacional latino-americana prevalecia o tom de cautela e de tensão do confronto na região, afirmando que o movimento se intensificara³⁶ ou informando a tomada de novas regiões pelos federalistas³⁷. Como exemplo, seguem abaixo quatro recortes do acervo, dois de notícia com origem argentina e outros dois com origem gaúcha:

36. “A situação no Rio Grande do Sul”, *Correio Paulistano*, 29 de março de 1923, caderno 1, página 2, nota.

37. “A situação no Rio Grande do Sul”, *Correio Paulistano*, 08 de abril de 1923, caderno 1, página 2, nota.

ARGENTINA A REVOLUÇÃO GAU'CHA REAÇÃO CONTRA O GOVERNO

BUENOS AIRES, 1 (A) — "La Razon" publica telegrammas de Montevideo, dizendo que o correspondente do "Diario del Plata", em Rivera, informa que a revolução gaucha assumiu violencia inesperada. Assegura-se que Passo Fundo cabiu em poder dos revolucionarios e que os municipios de Cangussu e Piratiny adheriram a revolução.

O candidato dr. Assis Brasil, segundo as meemas informações, ordenou a todos os seus amigos reacção contra o governo.

Informa-se que o caudillo Turibio Gomes chefa grandes forças sediciosas. A linha ferrea de Passo Fundo a Cruz Alta está com o seu trafego interrompido.

Os meemos despachos accrescentam ainda que os situacionistas assassinaram o chefe do regimento federal ali destacado e que o general Firmino de Paula, a frente de uma brigada de tropas legaes, poz-se em marcha para bater os revolucionarios. Numerosos emigrados passaram a fronteira do Uruguay.

Os revoltosos foram batidos em Capão Bonito

ALFREDO CHAVES, 22 (A) — No domingo passado, houve um encontro de forças em Capão Bonito, que durou duas horas. Os revoltosos foram batidos, tendo 21 homens mortos e 17 feridos e prisioneiros.

Os republicanos soffreram apenas uma baixa e tiveram 3 feridos.

Os inimigos retiraram-se com rumo a Estancia Velha, tendo cometido na villa e suas immedições toda a sorte de depredações, inclusivé furtos de dinheiro, tendo tambem arrebanhado gado vacuun e cavallar.

RIO GRANDE DO SUL Perseguição dos chefes sediciosos

PORTO ALEGRE, 6 (A) — Telegrapham de Cruz Alta, dizendo que o general Firmino de Paula continua em perseguição aos chefes sediciosos Menna Barreto e Leonel, os quaes continuam cedendo erreno.

ARGENTINA A situação no Rio Grande do Sul

BUENOS AIRES, 28 (A) — Continuam-se publicando telegrammas procedentes de Montevideo, segundo os quaes se agrava a revolução no Rio Grande do Sul.

"A Revolução gaúcha". *Correio Paulistano*, 07 de março de 1923, caderno 1, página 2, nota.

"Rio Grande do Sul". *Correio Paulistano*, 07 de março de 1923, caderno 1, página 2, nota.

"A situação no Rio Grande do Sul". *Correio Paulistano*, 29 de março de 1923, caderno 1, página 2, nota.

"Os revoltosos foram batidos em Capão Bonito". *Correio Paulistano*, 23 de março de 1923, caderno 1, página 2, nota.

Pela distribuição das categorias (vide tabela anterior), parece-nos que houve uma tendência maior à desqualificação e redução em torno do termo “sediciosos”. As ocorrências referentes aos termos “revolução” e “bandoleiros” se restringiram ao recorte temporal de janeiro-maio de 1923. Mesmo o termo “sediciosos”, com ligeiro maior número de ocorrências, seguiu até junho. Sabendo que a revolução só foi resolvida em outubro, temos aqui mais duas opções de hipóteses: ou o *Correio Paulistano* decidiu representar a revolução de outro modo, com o uso de outros termos e estratégias, ou o periódico silenciou sobre o desenrolar dos acontecimentos. Visto que o jornal se restringiu a quase que exclusivamente reproduzir notícias e matérias de outros órgãos, é plausível que o CP manifestasse interesse em se posicionar sobre a Revolução ou dedicar-se a uma maior cobertura opinativa dos acontecimentos.

Conclusão

Este artigo não tem o objetivo de trazer grandes ilações definitivas quanto à posição do *Correio Paulistano* acerca da política brasileira, mas sim observar, de maneira descritiva e categórica (e, em função disso, a opção pela Análise de Conteúdo), como o jornal lidou com um acontecimento específico, distante espacialmente. Como o periódico significava os ocorridos à medida que esses iam se desenvolvendo — ação *vitae* do jornalismo? Essa observação obedeceu ao recorte determinado pela escolha dos termos e da metodologia a ser utilizada para a composição e análise do corpus documental. Durante a exposição, demonstramos como o *Correio* não produziu discussões

conceituais da Revolução, restringindo-se a informações de caráter narrativo e informativo. Apesar da ausência de posicionamentos explícitos, facilmente identificáveis, a própria escolha do periódico em “o que publicar” e “como publicar” evidencia tomadas de decisões e assertividade em torno de vieses específicos.

Analisando apenas os dados por si, sem o pano de fundo do contexto histórico em que nosso objeto se insere, poderíamos concluir que o jornal combateu a Revolução de 1923 e o que ela representava (federalismo, autonomia dos estados, mudança no equilíbrio do poder nacional, etc.). Todavia, deve-se situar o *Correio Paulistano*, originário e atuante dentro de um estado próspero. Já plenamente inserido no ciclo capitalista brasileiro, relacionado à promoção do desenvolvimento econômico industrial nas cidades, São Paulo não sofria as mesmas demandas políticas que o estado gaúcho, que passava por essa transição tardia (vide primeira parte do artigo). Por conta disso, acreditamos que não carecia ao periódico analisado atribuir, institucionalmente, qualquer juízo de valor sobre o evento. Isso explicaria, inclusive, a falta de ocorrências claramente opinativas, como editoriais ou colunas dedicadas à elaboração de posições pessoais sobre o assunto. Em síntese, inserido na lógica capitalista paulista e seu *imaginário social correspondente*, não era interesse do *Correio* discordar ou ressaltar, apoiar ou desconstruir qualquer dos discursos em disputa sobre a questão gaúcha. Não objetivando exaurir as análises do jornal em relação à Revolução, acreditamos que estudos futuros mais aprofundados possam lapidar — ou mesmo refutar — essa interpretação.

Referências

Fontes

CORREIO PAULISTANO, edições de 1923 disponíveis em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_09&pagfis=9918. Acesso em 26 maio 2023.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

ABREU, Luciano Aronne de. *Rio Grande do Sul ontem e hoje: uma visão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FORNO, Rodrigo Dal. *O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul da década de 1920*. 203 p. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131775>. Acesso em 21 abr. 2023.

FRANÇA, José Augusto. Sondagem nos anos 20 – cultura, sociedade, cidade. In: *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º 5.º, 823-844. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465370A7xxH8fa1Gg53HG5.pdf>. Acesso em 21 abr. 2023.

HERRLEIN, Jr., R. O cenário econômico da revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. *Revista de História Regional*, 20(2), 76-97, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/download/6935/4715/27264>. Acesso em 21 abr. 2023.

LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco. *Gêneros Jornalísticos no Brasil*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Revista da Faculdade de Educação da PUCRS*. Porto Alegre, n. 37, p. 7-32, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

PILAGALLO, Oscar. *História da Imprensa Paulista*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PÔRTO, Valdreani de Carvalho. *São Francisco de Assis: palco de um combate em 1923*. São Francisco de Assis: Pallotti, 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>. Acesso em 21 abr. 2023.

RIBEIRO, Lavínia Madeira. O processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). In: BARROS, Antonio Teixeira, et al. *Comunicação, discursos, práticas e tendências*. São Paulo: Editora Rideel, 2001.

1923: o imaginário da revolução na literatura de Erico Verissimo

*Taila Lopes Quadros*³⁸

Introdução

As histórias contadas nas páginas de um livro de ficção não precisam ter fidelidade à realidade, já que estão a serviço do leitor, seja para entreter, expandir os horizontes, servir de companhia ou até mesmo serem entendidas como uma ferramenta de auxílio no exercício de imaginar. Independentemente da interpretação de cada um, os autores podem utilizar fatos históricos e acontecimentos marcantes de uma época como pano de fundo das suas histórias e até mesmo interagir com o real para construir um novo imaginário a partir do questionamento: e se os personagens tivessem mesmo vivido naquela época?

Exercitar o imaginário faz parte da vida de todo ser humano e as histórias criadas a partir das vivências reais de um povo podem fazer com que seus descendentes se sintam realmente pertencentes àquela história, mesmo sem tê-la vivido. Para marcar o centenário da Revolução de 1923 a pesquisa apresentada neste artigo levanta o seguinte questionamento: teriam os fatos históricos da Revolução de 1923 sido retratados de forma fidedigna na obra de Erico Verissimo ou o fato foi utilizado como pano de fundo de uma narrativa construída através de um imaginário histórico?

38. Graduada em Relações Públicas pela Universidade de Caxias do Sul, é mestra e doutoranda no PPGCOM/PUCRS. E-mail: taila.quadros@edu.pucrs.br.

O objetivo geral deste artigo é identificar a presença de criações ficcionais na literatura de Erico Verissimo a partir dos acontecimentos da revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. Como objetivos secundários, busca-se identificar o quanto a realidade histórica foi retratada de forma fiel na obra de Verissimo e o quanto de imaginário foi produzido dentro da narrativa.

Após apresentar as definições de imaginário utilizadas para guiar o trabalho, é apresentado o contexto da Revolução de 1923 com um breve panorama dos acontecimentos, a apresentação da trilogia que compõe a série de livros *O Tempo e o Vento*, a exemplificação de trechos da obra que tratam sobre a Revolução e as considerações sobre o conteúdo analisado.

A metodologia utilizada para realizar o desenvolvimento deste trabalho será por meio de pesquisa bibliográfica em livros históricos e em obras de literatura. Busca-se identificar os pontos em que realidade e ficção se entrelaçam em uma nova narrativa ficcional criada a partir de um fato histórico. A análise das informações coletadas será realizada sob o olhar da Análise Discursiva de Imaginários (ADI) proposta por Silva (2019) na obra “O que pesquisar quer dizer”.

O método propõe entender o imaginário como “uma narrativa inconsciente ou uma ficção subjetiva vivida como realidade objetiva cuja formação ou cristalização permanece encoberta exigindo um desencobrimento” (SILVA, 2019, p. 97), buscando, como em um formato de reportagem, o que foi “coberto, como foi recoberto, o que pode ser descoberto” (SILVA, 2019, p. 100) no objeto pesquisado.

As definições de imaginário

O imaginário das histórias contidas nas páginas dos livros é apenas uma das versões que o imaginário pode ter. De acordo com Silva, “o imaginário é uma rede etérea e

movediça de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente” (2006, p. 8). Esse compartilhamento do imaginário pode se dar em diferentes ambientes e situações e essas situações não precisam necessariamente estar apenas no âmbito do imaginário. O imaginário vem do real e, de acordo com Silva, o “imaginário emana do real, estrutura-se como ideal e retorna ao real como elemento propulsor” (2006, p. 12).

A partir desse pensamento, podemos relacionar os escritos literários como fruto de um imaginário que parte do real, que possui a sua base no que se viu e vive em um mundo concreto e cotidiano. E nesse exercício de criação de um imaginário a partir do real deve-se compreender que “o imaginário, contudo, não surge do nada. Não se trata de uma aquisição meramente espontânea. Em outras palavras, pode ser induzido” (Silva, 2006, p. 20).

Partindo do conceito de formação do imaginário, pode-se observar que existem meios de transmitir esses imaginários, técnicas e formas de expressão para torná-los perenes e reais, são as tecnologias do imaginário, que podem ser definidas como

dispositivos de cristalização de um patrimônio afetivo, imagético, simbólico, individual ou grupal, mobilizador desses indivíduos ou grupos. São magmas estimuladores das ações e produtores de sentido. Dão significado e impulso, a partir do não-racional, a práticas que se apresentam também racionalmente. Tornam real o sonhado. Sonham o real (Silva, 2006, p. 47-48).

As tecnologias do imaginário passaram por diferentes fases, que vão desde a fase primitiva, passam pela fase

industrial e chegam a uma fase pós-industrial ou virtual e possuem muitos dispositivos, dentre eles o livro que

inaugurou, com a imprensa, a etapa propriamente pré-industrial (de tecnologias leves, limpas, ainda quase artesanais do ponto de vista da interferência nos imaginários) [...] multiplica a influência, exigindo a interferência direta no meio ambiente (produção de papel) e acarretando, pela sua natureza, alterações mais pesadas no universo simbólico dos indivíduos (Silva, 2006, p. 67).

Analisando o livro como tecnologia do imaginário e que traz as suas histórias a partir de um acontecimento real, pode-se observar que “o imaginário transforma o acontecimento e o objeto em narrativa do olhar” (Silva, 2017, p. 40). A literatura apresenta uma forma própria de representar o imaginário onde,

pela sua natureza transfiguradora, o imaginário arranca o cotidiano da sua trivialidade dando-lhe uma dimensão extraordinária somente perceptível aos olhos dos iniciados. Essa dimensão fantástica do banal é a super-realidade que dá atmosfera ao real. Por trás dessa dimensão fantástica, transfigurada pelo sentido vindo do imaginário, o real continua vivo e produtivo. Em outras palavras, o real é a prosa, enquanto o imaginário é a poesia do cotidiano (Silva, 2017, p. 58).

Com as histórias contadas nos livros, pode-se fazer uma colagem de momentos vividos em diferentes realidades e ter o imaginário como uma representação complementar, de acordo com Silva (2017). O imaginário ainda pode apresentar muitas realidades, diferentemente do vivido real.

Para Silva, o imaginário “não acontece no vácuo. É uma imagem ancorada na vida. Uma imagem ampliada ou distorcida da vida. Um tecido de lendas, excessos e mitos cotidianos” (2017, p. 71). E, embora seja imaginário, ele também é real, pois depende do ocorrido para existir. Para Silva (2017), todo imaginário não deixa de ser real, bem como o real também é imaginário, exceto quando ele perde o significado:

o conceito de tecnologias do imaginário pretende, ao mesmo tempo, superar o reducionismo da noção de indústria cultural e englobá-la, permanecendo parte dela, mas enfatizando a margem, o ruído, em relação à manipulação, assim como a “adesão” em oposição à imposição. Somos o que a técnica faz de nós e também o que fazemos dela. Somos objetos e sujeitos numa relação dialógica de sujeição/emancipação. Também manipulamos os nossos manipuladores. Os dados nunca estão lançados (Silva, 2003, p. 99).

Quando se pensa o livro como uma tecnologia do imaginário e o imaginário como uma representação nascida do real, inicia-se a reflexão de que é possível trabalhar o real em uma tecnologia do imaginário. É possível, inclusive, transformar o real em algo novo, com uma nova versão e uma nova roupagem.

É possível ver o real sob outra ótica, pensar em como poderia ter sido e em quem poderia fazer parte dessa representação. A própria história pode ser recriada pelo imaginário e um novo olhar pode desenhar um novo mundo mudando ou não um desfecho que já aconteceu.

Pensar a criação do imaginário a partir da realidade do Estado do Rio Grande do Sul pode ser observado que

já foi realizado em diferentes mídias, cinema, literatura, música. No contexto literário, a Revolução de 23 também já foi abordada e o resumo dos acontecimentos pode mostrar os pontos de encontro entre o real e o imaginário.

A Revolução de 1923

A Revolução de 1923 foi um movimento político que dividiu os gaúchos em maragatos, aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que eram identificados pelo uso de lenços vermelhos no pescoço, e os chimangos, partidários de Antônio Augusto Borges de Medeiros e que usavam lenços brancos.

O início da discórdia começou em 25 de janeiro de 1923 e se prolongou até dezembro do mesmo ano com a assinatura do Pacto de Pedras Altas. As tensões que deram origem ao conflito vinham acontecendo desde anos anteriores com o descontentamento da população com a sequência de mandatos seguidos de Borges de Medeiros como presidente do Rio Grande do Sul. A oposição atacava o regime por permitir a continuidade de uma mesma pessoa no poder em meio à crise no mercado da pecuária com o fim da Primeira Guerra Mundial.

Para as eleições, o líder da oposição, Assis Brasil, anunciou a sua candidatura para concorrer com o então presidente do Estado, que acabou reeleito. As eleições foram movimentadas por diversos conflitos pelo Estado, com acusações de eleitores favoráveis a Borges de Medeiros votando mais de uma vez, utilizando títulos de eleitores falecidos para garantir a vitória borgista, que poderia perder em um pleito justo. Mesmo assim, a vitória voto a voto não teria sido do candidato chimango,

mesmo na capital federal surgiram boatos de que a Comissão de Constituição e Poderes, à qual cabia a apuração, se dirigira ao Presidente do Estado para dar-lhe ciência da derrota, mas quando foi recebida pelo Dr. Borges se transformara em portadora de votos de felicitações, não lhe transmitindo a desagradável notícia. Depois disso, prosseguiram os murmúrios, se recorreu à alquimia eleitoral, à manipulação das cifras, à anulação das atas. No local de apuração dos votos não foi permitida a presença de representantes da oposição, sob a alegação de haver sido derogada a disposição eleitoral que previa intervenção dos fiscais de qualquer candidato (Exército Brasileiro...).

Com a alegação de fraude, a posse de Borges de Medeiros foi sob protestos e culminou com o início da revolução, no dia 25 de janeiro de 1923. Em cada região do Estado os revolucionários se organizaram sob o comando de diferentes líderes: Leonel Rocha no norte, Felipe Portinho no nordeste do Rio Grande do Sul, Honório Lemes na fronteira sudoeste, Estácio Azambuja na região centro sul e Zeca Netto na região sul.

De acordo com o site do Exército Brasileiro, as tropas federais permaneceram neutras em meio ao conflito, citando o possível envolvimento de oficiais ou sargentos do Exército como casos isolados.

Os rebeldes exigiam a deposição de Borges de Medeiros, porém no acordo de Pedras Altas que foi negociado entre as partes na residência de Assis Brasil, ficou decidido que Borges de Medeiros finalizaria seu mandato em 1928 conforme o resultado oficial das eleições e a constituição foi alterada para que fosse proibida a reeleição para o cargo de presidente do Estado, evitando mais um período de

governo de trinta anos, por exemplo, sob comando de um mesmo líder.

De acordo com Teixeira (2023), a Revolução de 1923 deixou um saldo de mais de mil pessoas mortas. Esta foi considerada a última guerra civil do Rio Grande do Sul, que já havia passado pela Revolução Farroupilha, que aconteceu entre 1835 e se estendeu até 1845, e pela Revolução Federalista ou Revolução da Degola, entre os anos de 1893 até 1895.

Lemes (2023) cita Flores da Cunha e Honório Lemes como os protagonistas da revolução. Este último conhecido como o “Leão do Caverá”, líder da coluna da fronteira sudoeste do Estado e a mais famosa e que ocupou a maior quantidade de cidades durante o período de combate, alcançando a quantidade de cerca de três mil homens fazendo parte da tropa. A coluna de Lemes tomou inúmeras cidades, mas ao chegar em Uruguaiana não obteve um bom resultado, já que o intendente da época, Flores da Cunha, estava esperando o ataque e preparou uma forte defesa para o município. Com esse sucesso, Flores da Cunha foi designado para perseguir Honório Lemes e sua coluna.

Após o fim da revolução, foi exibido o filme documental *A Revolução de 1923*, de Benjamin Camozato, e, em janeiro de 1924, foi publicado o álbum de fotografias intitulado *o Álbum dos Bandoleiros*, com 252 fotos que apresentavam os aliados de Assis Brasil, os maragatos, como os verdadeiros heróis. A publicação foi de Fernando Barreto e Carlos Horácio Araújo. Outras obras falam sobre os registros dessa revolução e a ficção também fala do ocorrido.

O contexto dessa revolução baseado em ideologias políticas e sobre as diferentes formas de interpretar e aplicar as leis a seu favor mostra muitas facetas dos governos do

Estado do Rio Grande do Sul. Todas as reviravoltas das eleições que precederam ao início da revolta cabem como elementos para a construção de um imaginário a partir dessa realidade e a série de livros *O Tempo e o Vento* apresenta a construção da história do Rio Grande a partir da vida das famílias Terra e Cambará.

O Tempo e o Vento

A obra literária *O Arquipélago*, de autoria do escritor gaúcho Erico Verissimo, foi lançada no ano de 1961. A obra é a terceira parte da série *O Tempo e o Vento*. As duas primeiras partes da trilogia são os livros *O Continente* e *O Retrato*. O primeiro livro da série foi lançado em 1949. *O Tempo e o Vento* conta a história das famílias Terra e Cambará em paralelo com o desenvolvimento da história do Rio Grande do Sul, desde quando era chamado de Continente de São Pedro, com as missões jesuíticas e a ocupação do Estado, até o ano de 1945.

A genealogia das famílias começa com Juca Terra, tropeiro paulista que recebe parte de uma sesmaria, terras cedidas por Portugal para promover a povoação dos locais, no Rio Grande do Sul, na região de Rio Pardo no século XVIII. Pai de Maneco Terra e avô de Ana Terra e de Horácio, Lúcio e Antônio.

Ana Terra tem um filho com Pedro Missioneiro, nascido em São Miguel das Missões. O filho de Ana também se chama Pedro. Após o massacre de sua família por invasores castelhanos, Ana leva o filho para um povoado em formação, que será Santa Fé, a cidade onde se passa a história da família.

Já em Santa Fé, Pedro Terra tem dois filhos, Juvenal e Bibiana. Bibiana Terra se casa com o capitão Rodrigo Cambará, amigo de seu irmão. A união das famílias Terra e Cambará tem início com esse casal e o autor continua apresentando a história e os conflitos dos personagens ao longo dos anos nas obras *O Continente* e *O Retrato*.

Desde o início de *O Tempo e o Vento* os personagens estão imersos nos acontecimentos que fazem parte da construção da história do Rio Grande do Sul. Com isso, são retratados as missões jesuíticas, a Revolução Farroupilha, o movimento abolicionista, entre outros fatos históricos.

O livro *O Arquipélago* atualmente é disponibilizado em três tomos, o primeiro continua contando a história da família Cambará e tem como sinopse o seguinte texto:

neste primeiro volume de *O Arquipélago*, última parte da trilogia *O Tempo e o Vento*, os Cambarás retiram o apoio ao governo e aderem à revolução libertadora em 1923. As peripécias e paixões da luta são narradas pela perspectiva do escritor Floriano Cambará, que, em 1945, relembra os passos de sua vida (*Companhia das Letras, O Arquipélago — vol. I, Apresentação*).

Durante a Revolução de 1923, os personagens Licurgo Terra Cambará e seus filhos Rodrigo e Toríbio fazem parte da revolta. Rodrigo é um dos protagonistas da fase final da história tendo grande participação nos desdobramentos dos acontecimentos.

O segundo volume continua apresentando fatos do desfecho da Revolução de 1923, finalizando a participação da família Cambará na luta com foco nos desdobramentos da revolta, o início da Coluna Prestes, com a

participação de alguns personagens, e a sinopse tem a seguinte apresentação:

a revolução de 23 chega ao fim e o Rio Grande do Sul é pacificado, mas por pouco tempo. Guarnições militares das Missões se rebelam e Toríbio, o irmão mais velho de Rodrigo, une-se a elas na formação de uma coluna revolucionária que tem “um ilustre desconhecido” à frente, um certo capitão Luiz Carlos Prestes (Companhia das Letras, *O Arquipélago* — vol. 2, Apresentação).

Já o terceiro volume apresenta o fechamento da trilogia de *O Tempo e o Vento*, com foco em finalizar os temas em aberto para as memórias dos personagens da família Cambará e tem a seguinte sinopse:

no último volume de *O Arquipélago*, que fecha a trilogia *O Tempo e o Vento*, os conflitos da família Cambará convergem para uma encruzilhada de tempos e memórias. Rodrigo tem um acerto de contas definitivo com o filho, Floriano, que começa a escrever o grande romance de sua vida (Companhia das Letras, *O Arquipélago* — vol. 3, Apresentação).

O romance escrito por Floriano é a própria história da sua família, resultando em *O Tempo e o Vento*.

Para a pesquisa realizada para o desenvolvimento do presente artigo serão utilizados trechos do primeiro tomo da obra que tratam de temas relacionados à Revolução de 1923. Na sequência serão apresentados trechos da obra utilizados para a realização da análise do paralelo entre a revolução real e o conteúdo do imaginário apresentado na obra de *O Tempo*

e o Vento, relacionando a vida e o desenvolvimento dos personagens com os fatos que aconteceram no ano de 1923.

O Arquipélago, a revolução e o imaginário

Na obra *O Arquipélago* os personagens da família Cambará veem acontecer diversos fatos que marcaram a história do Rio Grande do Sul. Ao longo do desenvolvimento da obra são apresentados diversos personagens que fazem parte da árvore genealógica da família. Nos anos 1920 acompanhamos a trajetória de Licurgo Cambará e seus filhos Rodrigo e Toríbio participando dos desdobramentos da Revolução de 1923.

O posicionamento político dos personagens consistia em apoiar o então presidente do Estado, Borges de Medeiros. Porém, um pronunciamento de Medeiros a respeito de uma divisão política que acontecia na cidade de Santa Fé, cidade de onde são os personagens Cambará e a ambientação geral da história do livro, oferecendo apoio a um inimigo político de Licurgo, fez com que o mesmo enviasse um telegrama a Borges de Medeiros, “comunicando-lhe que não só se considerava afastado do Partido como também iria votar no dr. Assis Brasil e trabalhar pela sua candidatura no município de Santa Fé” (Verissimo, 2004, p. 38).

Esse rompimento fez com que Licurgo Cambará ficasse ao lado dos maragatos na revolução que estava começando a se desenhar. O processo de fraude nas eleições também é retratado na obra:

fez uma pausa, pigarreou, olhou para as estrelas e depois, com voz firme e clara, prosseguiu: — Iremos às urnas,

companheiros, mas iremos de olhos abertos, e nãoensem os escravos de Antônio Augusto Borges de Medeiros que vamos iludidos. Conhecemos de sobra as artimanhas do borgismo e os vícios do regime que nos infelicita! Sabemos que haverá fraude e coação, que os mortos votarão no Chimango, que os funcionários públicos que derem o seu sufrágio ao ilustre dr. Assis Brasil serão demitidos sumariamente. Sabemos também que haverá capangas armados para atemorizar o eleitorado. Não ignoramos que, se tudo isso falhar, restará ainda o recurso supremo da ditadura: a “alquimia” na contagem dos votos! A eleição em último recurso será feita a bico de pena e aprovada pela maioria da Assembleia, que dará a vitória ao eterno e melancólico inquilino do Palácio do Governo! (Verissimo, 2004, p. 82).

Com a declaração, o autor coloca os personagens em uma vivência direta com o contexto político da época em que estavam inseridos. A fala de Rodrigo Cambará a outro personagem reflete a inserção no contexto político e não apenas como um pano de fundo para a história para contextualizar o tempo em que ela se passava, por exemplo, mas contribui para o desenvolvimento da obra literária, onde os personagens da literatura, frutos do imaginário, interagem com personagens da história real: “Não tenho ilusões: a Assembleia vai dar a vitória ao Borges. São uns canalhas. Agora o remédio é resolver a parada na coxilha, a bala” (Verissimo, 2004, p. 89).

A iminência de um levante revolucionário contra o governo do Estado se desenrolou em *O Arquipélago* tal como ocorreu na história da Revolução de 1923, mas acompanhar o detalhamento desse desenvolvimento fruto do imaginário

traz ao leitor uma nova visão, como se ele pudesse ver os bastidores dos acontecimentos. Como se ele fosse uma testemunha de algo que aconteceu há tanto tempo.

Para manter o leitor inserido no contexto dos acontecimentos, o personagem Rodrigo Cambará vai a Porto Alegre para entender melhor o que estava se passando e qual seria o desfecho da situação, já que as notícias que corriam eram diversas. Ao seu retorno, apresenta o seguinte relato, muito semelhante ao que se conta no site do Exército Brasileiro sobre a revolta:

— Prestem bem atenção — Rodrigo fez uma pausa teatral, respirou fundo e depois continuou: — Faz já algum tempo que a Comissão de Poderes chegou à conclusão de que o dr. Borges de Medeiros não tinha obtido os três quartos da votação total que precisava para ser reeleito... O difícil era dar a notícia ao ditador. Os três membros da comissão um dia encheram-se de coragem e, com o dr. Getúlio Vargas à frente, foram ao Palácio do Governo para contar a triste história ao chefe. — De novo Rodrigo se calou, cruzou os braços, olhou em torno. — E sabem que foi que aconteceu? Escutem e tremam. Quando a trinca entrou na sala, de cara fechada, o dr. Medeiros veio sorridente ao encontro deles e, antes que os seus moços tivessem tempo de dizer “Bom dia, Excelência”, adiantou-se: “Já sei! Vieram me felicitar pela minha reeleição”. Os deputados se entreolharam, se acovardaram e viram que não havia outro remédio senão representar também a farsa. Voltaram para a Assembleia com o rabo entre as pernas, fecharam-se a sete chaves e trataram de fazer a alquimia de costume para não decepcionar o sátrapa (Verissimo, 2004, p. 136).

Além de fazer com que os personagens estivessem presentes nos locais onde os fatos históricos aconteceram para trazer o contexto da época ao leitor, o livro apresenta situações em que os personagens decidem se irão fazer parte do conflito que estava para acontecer:

— Se isso é verdade, nossos companheiros se precipitaram. Uma revolução não se faz assim desse jeito. É preciso organizar tudo direito para a gente poder ir até o fim. É indispensável que haja levantes ao mesmo tempo em todo o Estado. No dia seguinte Rodrigo reuniu na casa de Juquinha Macedo os principais chefes assistidas de Santa Fé para discutir com eles a situação. Todos achavam que a revolução era inevitável, questão de dias ou talvez de horas (Verissimo, 2004, p. 137).

A obra apresenta também a participação dos personagens durante a guerra e todos os seus desdobramentos e como eles são impactados pelas mudanças que acontecem no Estado e interferem nos seus destinos:

Dante Camerino, que entrava naquele momento, explicou: — O dr. Borges de Medeiros ratificou esta tarde o tratado de Pedras Altas. Não sei por que o Madruga está festejando o acontecimento. Decerto pensa que os “chimangos” ganharam a parada... Era finalmente a paz — sorriu Flora. — E no dia seguinte Rodrigo estaria em casa! Subiu as escadas quase a correr, foi acender as velas do oratório e ali ficou por alguns momentos ajoelhada a rezar (Verissimo, 2004, p. 203).

Os sentimentos dos personagens em relação aos acontecimentos refletem o que as pessoas que viveram naquela

época poderiam sentir e muitas vezes não são retratados por reportagens ou livros de história, nos quais o campo de batalha ou as decisões dos gabinetes são o foco. E, com o fim da revolução, o sentimento de derrota dos envolvidos e defensores dos maragatos foi retratado pelo escritor Verissimo (2004) em diferentes passagens, que podem ser evidenciadas pelo trecho a seguir:

e lá estava o Getulinho aboletado no Ministério da Fazenda, como um dos grandes da República. E já se falava dele como sucessor de Borges de Medeiros. Sim senhor! O maroto havia feito sua carreirinha na maciota... “E eu aqui de mãos abanando... E por quê?” Olhou para o próprio retrato, como se sua imagem pintada pudesse responder à pergunta. “Por quê? O Getúlio não é mais inteligente nem mais culto que eu. Somos quase da mesma idade. Fomos colegas na Assembleia. São Borja não é mais importante que Santa Fé. Então, como se explica que ele esteja no Rio feito ministro e eu esquecido aqui nesta bosta?” (Verissimo, 2004, p. 283).

Os personagens de Verissimo não veem apenas a revolução como um pano de fundo para a sua vivência ou a ambientação da história. A proximidade deles com os grandes nomes da política permite a exposição dos fatos ocorridos para situar o leitor. O que mostra que é possível criar um imaginário a partir do real como forma de disseminar cultura e acontecimentos para o leitor.

Considerações finais

Pode-se observar que as produções literárias podem estar atentas ao que acontece na sociedade e trazer fatos

verídicos para serem pano de fundo de suas narrativas e até mesmo mudarem a trajetória de seus personagens fazendo com que eles tenham interferência ou ligação direta com os fatos ocorridos. No caso da obra *O Arquipélago*, de Erico Verissimo, foi possível identificar a presença dos acontecimentos da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul e a criação de uma narrativa ficcional envolvendo os personagens da história com a realidade.

A criação do imaginário a partir do real se mostra com a participação dos personagens em fatos reais da história do Rio Grande do Sul ao mesmo tempo em que se cria em paralelo a história imaginária de cada um vivendo naquele contexto.

Observa-se na obra também que além de estarem presentes em momentos importantes da história do Rio Grande do Sul, os personagens também citam e se relacionam com personalidades que existiram na história real. O imaginário se vale do real para criar a sua própria realidade e o livro como tecnologia do imaginário torna-se o veículo para disseminar esse imaginário-realidade.

Muitas das situações retratadas nos registros históricos são relatadas também no livro *O Arquipélago* e os personagens inseridos nos fatos históricos vivendo e sendo impactados pelas mudanças que acontecem. Dessa forma, mostrando que a criação do imaginário pode vir a partir de um real e pode transformar-se a partir da realidade. É possível que o imaginário surja do real e esse é um exemplo, que também abre espaço para a reflexão de como o imaginário pode afetar o real.

A literatura como tecnologia do imaginário pode ser utilizada como uma ferramenta para disseminar conteúdos históricos e informações no formato de entretenimento, tornando-os conhecidos para o grande público e,

principalmente, para as pessoas que não viveram na mesma época em que eram noticiados esses acontecimentos, ou até mesmo para introduzir diferentes temas para o público, podendo despertar o interesse em se aprofundar e conhecer mais da história e sobre os mais diferentes temas. O imaginário pode também tomar a forma de uma fagulha que desperta a curiosidade apresentando o real à sua maneira.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, José. *Árvore Genealógica da Família Cambará*. 2015. Disponível em: <https://prezi.com/tlzybmxbanh6/arvore-genealogica-da-familia-cambara/>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

COMPANHIA DAS LETRAS. *O Arquipélago – Volume I*. Apresentação. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535905656/o-arquipelago-vol-1>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

COMPANHIA DAS LETRAS. *O Arquipélago – Volume II*. Apresentação. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535905663/o-arquipelago-vol-2>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

COMPANHIA DAS LETRAS. *O Arquipélago – Volume III*. Apresentação. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535905670/o-arquipelago-vol-3>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Revolução de 1923*. Disponível em: https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1555834&_101_type=content&_101_urlTitle=revolucao-de-1923&inheritRedirect=true. Acesso em 23 de maio de 2023.

HERITAGE, My. *Árvore Genealógica da Família Terra Cambará*. Disponível em: https://www.myheritage.com.br/site-family-tree-202233841/website-das-personagens-de-o-tempo-e-o-vento?tr_id=m_bzchdj82ru_yqzpbs0684. Acesso em: 21 de maio de 2023.

LEMES, Leonardo. Os cem anos da Revolução de 1923, a terceira e última grande guerra gaúcha. Porto Alegre, *Zero Hora*, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2023/02/os-cem-anos-da-revolucao-de-1923-a-terceira-e-ultima-grande-guerra-gaucha-cldlmqna9000q01579wq6ckyv.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

SILVA, Juremir Machado da. *As Tecnologias do Imaginário*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, Juremir Machado da. Cem anos da Revolução de 1923. Porto Alegre, *Matinal Jornalismo*, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/colunistas-matinal/juremir-machado/juremir-revolucao-1923/>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

SILVA, Juremir Machado da. *Diferença e descobrimento. O que é o imaginário?: a hipótese do excedente de significação*. Porto Alegre: Sulina, 2017.

SILVA, Juremir Machado da. *O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2019.

TEIXEIRA, Paulo César. Revolução de 1923: a última guerra civil que separou os gaúchos. Porto Alegre, *Zero Hora*, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2023/01/revolucao-de-1923-a-ultima-guerra-civil-que-separou-os-gauchos-cld9d2itd0030014szsas86aq.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

VERISSIMO, Erico. *O Arquipélago: Volume I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Edição digital.

Gazeta de Alegrete: a eleição de 1922

Beatriz Dornelles³⁹

Alegrete é parte importante da Revolução de 1923. A começar pelos acontecimentos em 25 de novembro de 1922, durante a eleição para a presidência do Estado, disputada por Borges de Medeiros e Assis Brasil. O processo eleitoral desenvolveu-se num ambiente repleto de apreensões (Ferreira Filho, 1973). Em Carazinho, o chefe assistista Mena Barreto perturbou a sessão, dando lugar a que os eleitores republicanos fossem votar em Passo Fundo, por falta de garantias. Mas foi em Alegrete que a eleição teve o pior desfecho, tendo ocorrido os dois únicos assassinatos no Estado por motivo político. Perderam a vida o cel. Vasco Alves e Marcírio Rodrigues.

Os acontecimentos foram narrados pela *Gazeta de Alegrete*, comandada pela família Prunes, todos republicanos e defensores de Borges de Medeiros (Dornelles, 2017), durante o mês de dezembro de 1922. Na época, o redator do jornal era Cyrino Tiellet Prunes, filho de José Celestino Prunes, o patriarca, o primeiro a assumir o comando da *Gazeta* em 1891.

Em 1959, um incêndio criminoso destruiu quase todos os exemplares da *Gazeta* e todo o maquinário (Dornelles; Oliveira, 2022). Uma campanha realizada por Heitor Galant, proprietário do jornal à época, e por João de Deus Peres,

39. Formação em Jornalismo pela PUCRS, com mestrado e doutorado em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado na Universidade Fernando Pessoa, em Portugal. Docente do PPGCOM/PUCRS e editora da Revista Famecos.

editor da *Gazeta*, conseguiu recuperar grande parte do arquivo com os assinantes. Muitos deles costumavam guardar os exemplares. Em três meses, a *Gazeta* voltou a circular na cidade. Mas muitas edições nunca mais foram recuperadas.

Todo o ano de 1923 não foi salvo, portanto, no arquivo da *Gazeta de Alegrete*, o jornal mais antigo em circulação no Rio Grande do Sul, fundado em 1882, perdeu vários anos de edição. Além disto, os proprietários daquele período e os posteriores não cuidaram das condições necessárias para seu arquivamento. Os exemplares existentes, da primeira metade do século XX, estão em péssimas condições, muitos esfarelados pelas traças e umidade.

Para a história local, felizmente, salvaram-se alguns exemplares de 1922, entre eles os que contam o que aconteceu em Alegrete no dia 25 de novembro daquele ano. Ressalte-se que os fatos narrados no jornal foram resultado de pessoas que participaram ativamente dos acontecimentos, revelando o clima competitivo da época. Muito provavelmente pouquíssimas pessoas tiveram acesso ao arquivo da *Gazeta*.

No entanto, a bibliografia sobre esses acontecimentos, e consequentemente da Revolução de 23, é vasta. A imprensa da época destaca-se por ter narrado os acontecimentos em detalhes, tratando dos dois lados em luta. Os jornais tinham posicionamento político e representavam os partidos (Rüdiger, 1993). A linguagem utilizada pelos jornais era virulenta e beligerante, com muitos adjetivos ofensivos e/ou enobrecedores.

O livro de Aldo Ladeira Ribeiro, *A Brigada Militar na Revolução de 1923*, começa o relato falando sobre as discussões pela imprensa partidária da época, com o aumento

dos ânimos exaltados, já “prenunciando graves acontecimentos” (p. 36).

Conforme Fagundes (2003), são notáveis os relatos dos jornais *Última Hora*, de Porto Alegre, e a *Gazeta de Alegrete*, cidade confessadamente do lado dos maragatos; *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense, destacou o lado dos borgistas [republicanos]. O *Correio do Povo* manteve-se, conforme sua filosofia editorial, em posição de neutralidade. A *Gazeta de Alegrete*, que perdeu os exemplares no incêndio, rememorou o combate em artigos do diretor Heitor Galant após 1945. O que tem de unanimidade entre as versões da imprensa é que todos os jornais denunciaram fraudes nos dois lados e buscaram a comprovação de quem eram as vítimas e os vilões dos crimes eleitorais, buscando persuadir e convencer os leitores.

Nos discursos produzidos pela imprensa prevaleceu a disputa pela verdade dos fatos, pela comprovação de quem eram as vítimas e os vilões dos crimes eleitorais, numa constante dualidade e contradição que objetivou persuadir e convencer os leitores.

Foram produzidos artigos que denunciavam as atuações das forças políticas conflitantes, demarcando, claramente, as contradições existentes entre borgistas e assististas, sobretudo os aspectos com base legais e morais que protegiam e denunciavam a legitimidade do pleito (Ribeiro, 2015, p. 2).

O jornal *Correio do Sul*, do Partido Federalista (PF) de Bagé, que na época defendia a campanha da Aliança Libertadora, relatou os acontecimentos de Alegrete com virulência como mostra um de seus títulos: “Infames e covardes — assassinos e ladrões”. Por outro lado, *A Federação*

usou como manchete: “A chacina de Alegrete”, culpando os assististas (Ribeiro, 2015).

A imprensa da época se caracterizava pelo seu caráter político, que atuava como uma extensão do discurso dos partidos políticos e do Estado. Por meio de enunciados dramáticos e evocativos, tanto os jornais republicanos quanto os federalistas disputavam entre si o domínio da verdade dos fatos, que era proclamado pela aceitação e o reconhecimento do público.

Vejamos, então, como a *Gazeta de Alegrete* narrou o assassinato do coronel Vasco Alves Nunes Pereira. O arquivo físico da *Gazeta de Alegrete* possui três exemplares do mês de novembro de 1922 — nº 19, nº 21 e nº 22 —, faltando a edição número 20. Naquele ano o jornal era semanário. Na edição 19, de 6 de dezembro de 1922, na capa, foi publicado um quadro com o resultado da votação para o governo do Rio Grande do Sul, informando que Borges de Medeiros recebera 536 votos e Assis Brasil, 246 votos.

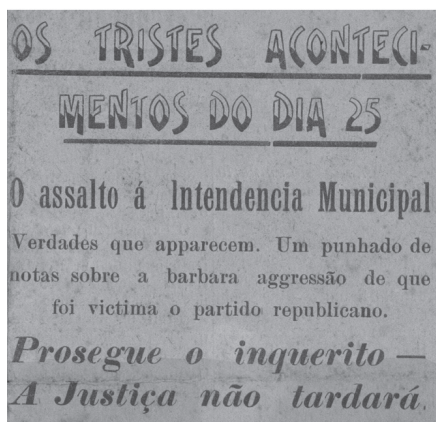


Imagem 1: Reportagem de capa.

Fonte: *Gazeta de Alegrete*, ano XLI, n. 20, 6 dez. 1922, capa.

Mantendo o vocabulário utilizado pelos jornais de 1922, que se valeram de inúmeros adjetivos e valores morais para relatar o acontecimento, mas utilizando a atual grafia das palavras, apresentamos a seguir os textos da *Gazeta de Alegrete*. Na reportagem de capa, o texto afirma que ainda perdurava no espírito público a impressão dolorosa do barbaresco assalto levado a 25 de novembro à Intendência Municipal pelos adversários do Governo Republicano. “Ainda não saiu da memória deste povo as cenas emocionantes daquela noite trágica em que jorrou o sangue de tantas vítimas inocentes, em que rolaram para o túmulo os vultos de Vasco Alves e Marcírio Rodrigues. Felizmente, porém, em meio aquele horror não pereceu a verdade” (*Gazeta de Alegrete*, 6 dez. 1922, capa).

Em tom de indignação, o texto diz:

A mentira, o embuste, a calúnia, jamais triunfarão. A *Gazeta*, desprezando a cainçalha⁴⁰ que ladra, irá registrando número a número todos os fatos que se prendem à trama sinistra da tragédia de 25 de novembro”. E continua o texto com muita subjetividade. “Sem preocupações subalternas, libertos de paixões odientas, sem envolver em acusações injustas, até mesmo aos nossos mais rancorosos inimigos, daremos agasalho nestas colunas a pormenores que se nos escaparam na reportagem circunstanciada incerta na edição de sábado desta folha. E o público que leu nosso jornal, compare as nossas verdades com as mentiras desconcertadas que andam pelas esquinas.

40. Cainçalha significa cachorrada, matilha. A palavra pode ser usada pejorativamente para indicar uma pessoa má ou cruel ou canalha. No texto foi usada figurativamente para se referir aos canalhas do Partido Federalista, responsáveis pelo assassinato de Vasco Alves e Marcírio Rodrigues.

O telegrama de Borges ao ministro da Justiça

Após o acontecimento, Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, encaminhou telegrama ao ministro da Justiça, João Luiz Alves, sobre o “barbaresco”⁴¹ assalto ocorrido à 1ª mesa eleitoral de Alegrete por membros da oposição em 25 de novembro de 1922.

Epitácio Pessoa era o presidente da República Federativa do Brasil em 1922, mandato que durou de 28 de julho de 1919 até 15 de novembro de 1922. Nessa data assumiu a presidência do Brasil Artur Bernardes, ficando no poder até 15 de novembro de 1926. Bernardes era do Partido Republicano Mineiro (PRM), criado em 4 de junho de 1888 com o objetivo de representar os ideais republicanos e conservadores da elite agrária do estado de Minas Gerais. Com a queda da monarquia, passou a abrigar um grande contingente do antigo Partido Conservador. O PRM foi o principal partido do maior colégio eleitoral do país, Minas Gerais, e fez frente ao Partido Republicano Paulista (PRP) nas eleições e na alternância do poder, por meio da política do café com leite. Como programa, igualava-se em muitos aspectos ao extinto Partido Conservador, com um toque distintamente nacionalista⁴².

O telegrama de Borges de Medeiros, enviado em 28 de novembro de 1922 para o ministro da Justiça, reproduzido pela *Gazeta* em 6 de dezembro de 1922, merece aqui ser reproduzido:

41. Barbaresco: adjetivo usado repetidamente pelo jornal ao se referir ao acontecimento.

42. Disponível em: [extension://nhppiemcomngbgdeffdgkhnkjlpgcdi/data/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fcpdoc.fgv.br%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fverbetes%2Fprimeira-republica%2FPARTIDO%2520REPUBLICANO%2520MI-NEIRO%2520\(PRM\).pdf](https://nhppiemcomngbgdeffdgkhnkjlpgcdi/data/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fcpdoc.fgv.br%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fverbetes%2Fprimeira-republica%2FPARTIDO%2520REPUBLICANO%2520MI-NEIRO%2520(PRM).pdf). Acesso em: 25 ago. 2023.

Acusando o recebimento de seu telegrama de ontem, cumpre-me informar inteiramente, o que na mesma data tive a honra de dirigir a v. ex. sobre a eleição presidencial do Estado. O deplorável conflito de Alegrete a que v. ex. se refere foi provocado pelos oposicionistas [os federalistas] que não só fizeram disparos de revólver no recinto da mesa eleitoral, que dispersaram à bala, como ao mesmo tempo alvejaram a parte externa do mencionado edifício de dentro de automóveis e de casas de correligionários seus, cito na vizinhança, conforme informação que acabo de receber do juiz da comarca dali. Os republicanos dispunham de escassos recursos e, apanhados de surpresa, concentraram-se no pátio da Intendência e noutras dependências do prédio, que foi atacado por todos os lados, sendo defendido, além de outros, por Leandro Telles e João Rodrigues, subintendentes do 1º e 5º distritos, Paulo Silva e Gabriel Car⁴³[...], Silveira e Manuel Nascimento. Assistiram à luta no pátio da Intendência o intendente Freitas Valle, deputado Fredolino Prunes⁴⁴, delegado de Polícia Dario Porto e major Oscar Souza, membro da comissão executiva republicana local, que foi ferido na cabeça por uma bala.

Assim que tive conhecimento do conflito fiz seguir para ali [Alegrete] força militar e o sub-chefe de polícia que está procedendo a diligências a fim de apurar responsabilidades. Em virtude das providências tomadas, a ordem foi logo restabelecida, estando asseguradas em sua plenitude as garantias individuais.

43. A página do arquivo da *Gazeta* está extraviada e não foi possível identificar o sobrenome de Gabriel e o primeiro nome de Silveira.

44. Fredolino Prunes era um dos diretores da *Gazeta de Alegrete*, comandada pela família Prunes.

Excetuando o primeiro distrito de Alegrete, a eleição realizou-se em todo o Estado com inteira calma e regularidade, não ocorrendo, nem durante nem depois da votação, qualquer outra perturbação da ordem. A situação atual é de tranquilidade e confiança, arrefecendo gradualmente a exaltação de ânimos determinada pela luta eleitoral. Atenciosas saudações. *Borges de Medeiros*.

A versão dos Assisistas

No mesmo exemplar, a *Gazeta de Alegrete* publicou o telegrama da Junta Pró-Assis, de Alegrete, enviado para o ministro da Justiça, assinado pelo presidente dr. Alexandre Lisboa, e pelo 2º Secretário, Péricles Silveira. A versão dos dois lados que se enfrentaram no dia da votação revela o interesse jornalístico em tornar público fatos dos dois lados. O redator do jornal faz uma advertência antes do conteúdo do telegrama, pedindo que os leitores prestem a máxima atenção na leitura do mesmo, pois nele é contada a tragédia do dia 25 “com aspectos completamente desconhecidos para os habitantes de Alegrete”.

Diz o telegrama:

Informados de ter o governo do Estado informado a v. ex. que o conflito lamentável do dia 25, por ocasião da eleição, partiu de nossa provocação, afirmamos, sob nossa honra, que se realizava a eleição pacificamente, tendo votado 482 assisistas e 462 borgistas, depois de nossos reiterados protestos contra tentativa de fraude praticada pelo governo para fazer o mesmo eleitor votar duas e três vezes.

Quando faltava votar mais de duzentos assististas, UM ELEITOR BORGISTA PENETROU NO RECINTO DISPARANDO O REVÓLVER E INICIANDO-SE O CONFLITO⁴⁵.

A agressão inesperada foi reagida pelos nossos correligionários, quando viram tombar o nosso companheiro e glorioso chefe coronel Vasco Alves, que ainda desarmado procurava serenar ânimos ante a horda sanguinária do governo, clamando ordem. V. ex. se informará do comandante da guarnição, do ex-intendente Oscar Souza, ferido pelos próprios companheiros e mesmo do próprio intendente. Em nome de nossa honra apelamos, julgue-os incapazes de assinar seus depoimentos infamantes, corrompendo a verdade, pois a própria lógica dos fatos mostra ser contra nossos interesses perturbar uma eleição vitoriosa para a nossa causa voto a voto e precisando o borgismo para a causa da reeleição três para um.

O governo da República informe-se imparcialmente da classificação dos elementos que prestigiam neste município a candidatura Assis Brasil. São os que reagiram no momento da inominável agressão contra o pessoal contratado pelo governo para nos atacar. Nosso leal procedimento não provocou um único protesto dos fiscais adversários. Fazemos a justiça de acreditar que haja exceções honrosas no governo, incapazes de depor contra a verdade, caluniando a nossa patriótica e moralizadora campanha. Cordiais saudações — Pela junta pró-Assis: dr. Alexandre Lisboa, presidente; Péricles Silveira, 2º secretário.

Abaixo do telegrama, o redator do jornal publica texto com outras informações sobre a eleição. Conta que no dia

45. O negrito e a caixa alta constam na publicação.

24 de novembro, um dia antes da confusão, por ocasião da organização da 1ª Mesa, a Junta conseguiu juntar 466 eleitores. No dia seguinte, depois de terem votado 482, ainda faltavam votar mais de 200 assististas!

Diz a *Gazeta* que a Junta foi “infelicíssima” na indicação que fez ao ministro da Justiça de três testemunhas. O major Oscar Souza e o intendente sr. Antonio Freitas Valle são dois republicanos distintos, segundo a *Gazeta*, que não se prestarão jamais aos manejos de seus adversários, dos “espingardeadores” dos republicanos. A outra testemunha indicada foi o comandante da guarnição, que não pôde ver nada porque se encontrava em Uruguaiana na noite dos “tristíssimos” acontecimentos, e só retornou a Alegrete em 27 de novembro. A Junta teria que escolher outras testemunhas.

Em tom de ironia, Prunes diz que a Junta se esqueceu de dizer ao ministro o nome do “bondoso e inofensivo assistista” que, ao sinal combinado, desfechou cinco tiros contra Marcírio Rodrigues, eliminando, “miseravelmente a vida de um cidadão prestimoso e exemplar chefe de família”.

A Junta, talvez pela pressa com que escreveu o telegrama de informações ao Ministro da Justiça, esqueceu de dizer que, à tardinha de 24 de novembro, os republicanos prepararam trincheiras no terreno pertencente ao sr. Paoli, de onde foi cruelmente alvejada a polícia! Esqueceu-se [ironicamente] também de mandar dizer que um automóvel pertencente a conhecido republicano, conduziu cinco caixas de gasolina para o projetado incêndio da municipalidade. A Junta esqueceu (e não deveria ter esquecido) de informar ao Ministro da Justiça, que os assististas garantiram a vida, em pleno conflito, a 11 republicanos.

Para não perturbar a ação severa da justiça, o redator diz que não contaria outras verdades que a Junta deveria

ter enviado ao ministro João Luiz Alves. “Essas verdades aparecerão, porém, assim que seja encerrado o inquérito e apontados à execução pública os sanguinários responsáveis pela mashorca de 25 de novembro. A Justiça não falha!”, afirma Prunes.

Sob o título “Como nunca, em terras do Brasil”, o jornalista afirma que, no pleito de 25 de novembro, a fraude foi a arma dos *regeneradores* do Rio Grande [frase também irônica]. Para ele, os partidários de Assis Brasil cuidaram mais dos títulos do que dos eleitores. “Saíram a campo todas as mistificações, todos os indecorosos processos de fazer política”. Conta, ainda, que foram falsificados títulos de eleitor e assinaturas de respeitáveis magistrados. No final da matéria, um alerta: No próximo número, o jornal publicaria interessantes detalhes sobre a fraude assistida no Rio Grande do Sul.

Os Prunes certamente foram abastecidos de informações sobre os dois lados, pois gozavam da amizade de muitas autoridades do governo do estado, do governo federal e de políticos dissidentes do partido republicano, na ocasião do lado dos assististas. É possível ver isto no conteúdo desta edição e de tantas outras. Fredelino Prunes estava na Assembleia Legislativa do Estado como deputado, representando a fronteira-oeste. Outros Prunes também se mudaram para Porto Alegre, mas mantiveram os laços com a *Gazeta* e com a cidade.

Na página 2, por exemplo, sob o título “É preciso que se saiba ‘... a horda sanguinária do governo’ etc.”, consta o telegrama da Junta Assistista ao ministro da Justiça. O redator informa que “a horda sanguinária do governo [municipal], em pleno conflito, quando os republicanos espingardeados pelos assististas tombavam feridos, [os republicanos]

garantiram a vida dos drs. Alexandre Lisboa, Eurípedes Brasil Milano, Abrilino Saldanha, Pedro Bisch, Osório Santos, Leonel Pinto, Homero Pahim, Tenente Octávio Siqueira e Gabriel Portella. É preciso que se conheça ao longe, a ferocidade da horda sanguinária do governo [municipal]!

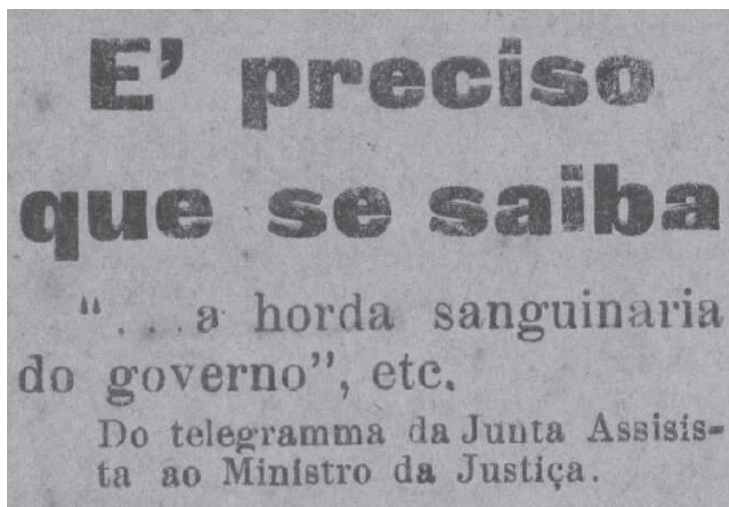


Imagem 2: Texto editorializado.

Fonte: Arquivo físico da *Gazeta de Alegrete*, 6 dez. 1922, p. 2.

Na coluna “Vida Social” da *Gazeta*, página 2, sob o título “Nota Inicial”, o texto refere-se ao espírito dos alegretenses e inclui um pequeno verso. Diz a nota:

Alegrete anda triste, como se todo aquele horror, da noite trágica do dia 25, estivesse ainda a sacudir a alma *adolorada* do povo. A tormenta passou. Ah! Mas os escombros das suas ruínas aí estão a atestar, para nossa eterna vergonha, uma hora vermelha de cruel vandalismo.

A vida é um sonho vaporoso
Cheio de mágoas, de encantos:
Ora brando se desliza em risos
Hora triste se desfaz em prantos!

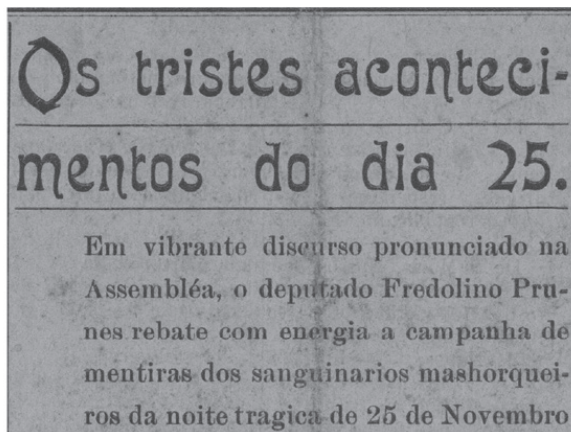


Imagem 3: Manchete de capa.

Fonte: Arquivo físico da *Gazeta de Alegrete*, 13 dez. 1922, capa.

Uma semana depois, na quarta-feira, dia 13 de dezembro de 1922, circula a próxima edição da *Gazeta de Alegrete*, número 21. Na capa, a manchete diz:

Redator: Cyrino Prunes

Texto:

O deputado Alves Valença é na Assembleia o galopim audaz da mentira e da calúnia. E o seu último discurso, no qual procurou envolver o nome do deputado Fredolino Prunes⁴⁶, como responsável pelos acontecimentos do

46. Fredolino é irmão do redator da *Gazeta* nas edições de 1922. Ele não estava

dia 25, nada mais é que a reprodução infame de todas as cínicas invencionices dos sanguinários que prepararam e levaram a efeito o plano sinistro que arrebatou a vida de dois varões distintos da sociedade alegretense. As palavras do sr. Vallença valem tanto quanto valem as mentiras grosseiras dos que procuram, ignominiosamente, fugir às responsabilidades do tremendo crime que lhes pesa na consciência. [?] foram, porém, pulverizadas uma a uma como hão de cair também aqui os farsantes furgicadores de telegramas mentirosos.

A Federação, órgão chefe do Partido Republicano, em seu número de 9 do corrente [dezembro], assim descreve a sessão da Assembleia Legislativa em que foi debatido o caso de Alegrete:

No expediente, pediu a palavra o deputado Alves Valença, que tratou da apuração do pleito presidencial de 25 de novembro último e cujos trabalhos estão afeitos à Comissão de Constituição e Poderes.

Durante alguns minutos, procurou o representante da oposição fazer sentir a suspeição da Assembleia dos Representantes como órgão apurador daquele pleito e reconhecedor do candidato legalmente eleito, passando, a seguir, a tratar dos acontecimentos de Alegrete, o que fez com virulência de linguagem, dando lugar a que fosse observado com energia pela mesa, de acordo com o regimento.

Depois de falar o deputado Alves Valença, atacando a forma pela qual está sendo feita a apuração da eleição presidencial pela Comissão de Constituição e Poderes, referindo-se a cada um dos deputados que tomaram

presente na Mesa onde aconteceram os assassinatos.

parte no pleito de 25 de novembro, tomou a palavra o deputado Fredolino Prunes para rebater, com veemência, como fez, os ataques que lhe foram dirigidos pelo orador que o precedera.

Afirmando o deputado Alves Valença que a responsabilidade do conflito ocorrido na primeira mesa eleitoral de Alegrete cabia ao deputado Fredolino Prunes, este, depois de devolver, com toda a energia, as invectivas com que foi alvejado, disse, entre outras coisas, o seguinte:

Não cabe absolutamente aos republicanos a responsabilidade do conflito da 1ª mesa eleitoral de Alegrete e muito menos à pessoa do orador, que se havia limitado a trabalhar pela eleição, cumprindo seu dever de republicano como outros o fizeram. Tal responsabilidade cabe indiscutivelmente a federalistas ou a certos federalistas dirigentes, e que ficou provado pelo fato de haverem sido adquiridas munições por conhecidos federalistas, anteriores ao pleito, e ainda enquanto ele se realizava. Isso toda a gente sabe em Alegrete.

Recordou, então, que em dado momento, quando a votação se aproximava de seu termo, do lado do numeroso grupo adversário partiram gritos injuriosos a um republicano, e a seguir, apesar das vozes do sr. Marcírio Rodrigues e do coronel Vasco Alves, pedindo calma, eram deflagrados tiros do mesmo numeroso grupo, que ocupava mais da metade da vasta sala onde se procedia à eleição. Travou-se, então, o conflito, que foi presenciado, com a calma de um estoico, pelo dr. Sizenando Ferreira da Costa e outras pessoas, que a esta hora depõem perante a polícia judiciária.

E prosseguindo, disse ainda o orador, depois de repletar com indignação algumas invectivas em apartes do

deputado Alves Valença, que deixava de detalhar as circunstâncias em que se desenrolou o conflito porque as autoridades competentes faziam a necessária investigação e, dela estava certo, havia de surgir a verdade, apontando os verdadeiros culpados pela tragédia de Alegrete. Referindo-se à pessoa do coronel Vasco Alves, disse que nenhum republicano era capaz de alvejar aquele distinto patrício, ao lado do qual também tombará, sem lutar, pedindo calma, o prestimoso republicano e distinto chefe de família Marcirio Rodrigues.

O deputado Adolpho Dupont, intervindo nos debates, pediu ao seu colega Alves Valença que explicasse o interesse que poderia ter o Partido Republicano com a eliminação do coronel Vasco Alves, tão considerado, indistintamente, pela sociedade de Alegrete. Prosseguindo, o deputado Fredolino Prunes acrescentou que, com o coronel Vasco Alves, há mais de 15 anos eram feitas as eleições em Alegrete por entre expansões de cordialidade com os republicanos, entre os quais esteve sempre o orador. Era, pois, um absurdo, era uma infâmia atribuir tamanha responsabilidade aos republicanos e especialmente ao orador, que não contava com nenhum elemento de força, e que nem assistira ao conflito desenrolado na sala da 1ª Mesa Eleitoral. Por isso e pela verdade incontestável, que havia de transparecer para esmagar a calúnia, afirmava que nenhuma responsabilidade tinha no conflito, que fora preparado e levado a cabo por adversários, cujos nomes a justiça havia de conhecer. E concluiu, depois de devolver insultos que lhe eram dirigidos em apartes, afirmando estar com a consciência tranquila.

Pediu novamente a palavra o sr. Alves Valença, que insistiu [nos mesmos argumentos anteriores, porém expandidos],

procurando contrariar as declarações enérgicas do deputado Fredolino Prunes quando afirmara que elementos federalistas são os únicos responsáveis pelos lutuosos⁴⁷ acontecimentos que se registraram em Alegrete (*Gazeta de Alegrete*, 13 dez. 2022, capa).

Na página 2, da mesma edição, a *Gazeta* homenageia Marcírio Rodrigues, assassinado com Vasco Alves.

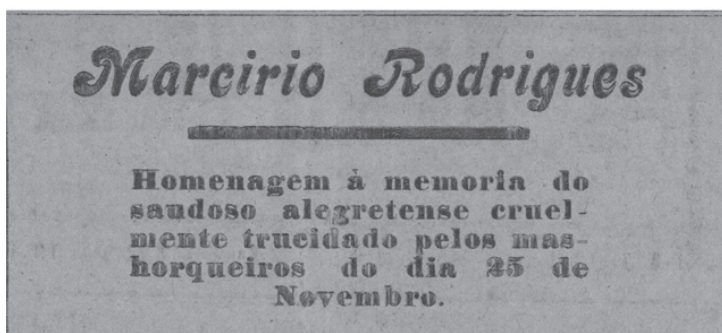


Imagem 4: Homenagem.

Fonte: *Gazeta de Alegrete*, 13 dez. 2022, p. 2.

Ocupando meia página, o texto registra os telegramas recebidos, os dizeres das coroas ofertadas, cartões e visitas de pesar, o nome das famílias que enviaram flores para Marcírio Rodrigues, indicando a cidade de origem dos pesares. Entre elas, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Viamão, Santa Maria, São Gabriel, Rosário do Sul, Uruguaiiana, São Vicente e tantas outras.

Na página 3, sob o título “Ainda os tristes acontecimentos

47. Segundo o dicionário Infopédia, significa coberto de luto; triste; lúgubre; relativo a luto, morte ou funeral. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lutuoso>. Acesso em: 29 ago. 2023.

do dia 25”, e o subtítulo “A Gazeta cumprirá com sua promessa”, a reportagem trata de uma cobrança da família Alves Pereira sobre o assassinato do cel. Vasco Alves, através de uma carta para *Gazeta*, dizendo: “Tendo a Gazeta declarado saber quem fuzilou o Cel. Vasco Alves, pedimos que publiquem os nomes de tais assassinos”.

O autor do texto afirma que os signatários da carta em questão foram mal informados a respeito do que publicou a *Gazeta*. Segundo ele, o jornal não disse saber quem fuzilou o cel. Vasco Alves. O que disseram sobre os tristes acontecimentos, “em represália às mentiras covardes de repugnantes boateiros”, foi o que segue, publicado novamente no intuito de desfazer qualquer interpretação que não estivesse de acordo com o sentido claro e insofismável das palavras. Eis o que disse a *Gazeta* em sua edição de sábado⁴⁸:

Felizmente, no Rio Grande do Sul, a justiça é uma verdade como tal, ela saberá punir, severamente, os assassinos dos dois pranteados chefes de família.

A Gazeta não arredará uma linha. A sua conduta será a mesma até o fim, até o dia em que os criminosos sejam entregues à justiça.

Não queremos perturbar o trabalho da polícia com discussões estéreis. O inquérito falará mais alto que a grita dos boateiros criminosos. Então, sim, chegará a nossa vez e apontaremos, mas sempre dentro da verdade irrefragável, os nomes de todos os mashorqueiros, os responsáveis diretos por todo aquele horror, pelos desatinos sanguinários dos que imaginaram ganhar eleições a ferro e fogo. Como veem, a Gazeta aguarda o inquérito que falará mais

48. A edição de sábado, citada pelo jornalista, refere-se justamente àquela edição de dezembro que não foi recuperada após o incêndio, a edição número 20.

alto que a grita dos boateiros criminosos, para, estribada na justiça, dentro da verdade irrefragável, atirar à execração pública, os nomes de todos os mashorqueiros, os responsáveis diretos pelo luto e a dor que envolvem dois lares distintos da nossa terra.

Foi o que a Gazeta prometeu, e a sua promessa será cumprida.

Dentro de poucos, os boateiros, caluniadores e infamérrimos mentirosos serão confundidos⁴⁹

Terminou ontem o inquérito que, sobre os ltuuosos acontecimentos de 25 de novembro, vinha nesta cidade procedendo o ilustre chefe de polícia do Estado, sr. dr. Eurybiades Dutra Villa.

Foram ouvidas 30 pessoas, havendo depoimentos muito longos. Apesar do sigilo guardado, de todo exaustivo serviço pessoalmente feito pelo dr. Chefe de Polícia, que nada transpirou, podemos adiantar, no entanto, como grata notícia à sociedade aviltada, que foi colhida robusta prova, estando perfeitamente apurada a responsabilidade dos verdadeiros culpados, provocadores da inominável tragédia de 25 de novembro. A verdade triunfa sempre. Ela virá para desafronta dos nossos brios de povo culto (*Gazeta de Alegrete*, 13 dez. 1922, p. 3).

O que foi relatado até aqui é o que continha na edição 21, de 13 de dezembro de 1922, uma quarta-feira. Observamos que a *Gazeta* aguardava o resultado da investigação, mas afirmava com certeza que os assassinos eram federalistas e seriam conhecidos após o término da coleta de provas e de entrevistas com testemunhas. Os federalistas se defendiam, jogando a responsabilidade do crime aos republicanos.

49. Subtítulo da reportagem em negrito.

Pelo conteúdo do jornal não é possível dizer quem era o maior suspeito. Mas identifica-se uma indignação muito forte por parte dos Prunes, que eram amigos e admiradores dos alvejados no dia 25 de novembro: cel. Vasco Alves e Marcírio Rodrigues.

A terceira edição da *Gazeta de Alegrete* no mês de dezembro de 1922 não traz nenhuma novidade sobre a investigação. Constatam vários textos sobre a situação política e econômica do Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro, capital do país à época, e do Rio Grande do Sul, bem como informações do cotidiano alegretense: saúde, educação, comércio, quermesse, causos, poesias, segurança etc.

Todas as notícias que não têm origem em Alegrete pertencem a vários jornais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, que chegavam a Alegrete pelo Correio ou por algum visitante. Destaca-se a presença dos seguintes jornais: *A Rua* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *O Combate* (RJ) e *A Federação* (RS). Por fonogramas, notícias do Uruguai, de Pelotas, Livramento, Minas Gerais e Mato Grosso.

Sobre o episódio de 25 de novembro, pouca coisa foi publicada. A família Marcírio Rodrigues convida para participação em missa que irá homenagear os dois mortos. A reprodução de um artigo publicado no vespertino *A Rua*, do Rio de Janeiro, sob o título “O epílogo de uma grande luta”. Também foi publicada uma nota, no final de uma reportagem sob o título “O recurso dos vencidos”, dizendo: “Aqui no Rio Grande do Sul, sem estado de sítio, o assisismo, que não conseguiu os sufrágios de um quarto do eleitorado, sonha com intervenções e *habeas corpus*”.

Também consta a coluna “Os tristes acontecimentos do dia 25: resposta infeliz”, que se reporta a uma carta publicada em um jornal concorrente da *Gazeta*, de autoria do

advogado Abrilino Saldanha, contestando informações publicadas anteriormente pela *Gazeta de Alegrete* sobre o 25 de novembro. A contestação referia-se ao fato da *Gazeta* ter dito que os republicanos garantiram a vida de Abrilino em pleno conflito.

Percebe-se a dificuldade que deve ter sido a investigação dos assassinatos, pois nem mesmo as pessoas que foram protegidas reconhecem a realidade dos fatos. Era um ambiente de muito ódio entre federalistas e republicanos, sendo inevitável o confronto entre gaúchos, conterrâneos, vizinhos. O ódio era tanto que por muitos anos depois de 1923 as famílias não permitiam casamentos entre chimangos e maragatos.

O editorial da *Gazeta* daquele dia diz que nunca passou pela imaginação dos republicanos que o Dr. Abrilino fosse capaz de ir a público negar um fato sabido por toda a gente e, “o que é mais triste ainda, dizer-se esquecido do gesto cavalheiresco e humano dos salvadores de sua vida” (*Gazeta de Alegrete*, dez. 1922, p. 3).

Por se tratar de um fato narrado apenas na *Gazeta*, por um jornalista engajado em um partido político, reproduzimos parte do texto.

O dr. Abrilino acha absurdo o fato de três republicanos garantirem a vida de sete adversários! Ignorará acaso s.s. que em circunstâncias mais graves e perigosas que as do dia 25, tem bastado um homem apenas para garantir a vida a milhares de homens? Nesses momentos, vale mais a força moral de um indivíduo que centenas de trabucos fumegantes...

Depois, o dr. Abrilino explicará a seus amigos e correligionários porque razão, estando perfeitamente armado,

preferiu a companhia humilde de três republicanos ao cenário da luta onde estavam seus companheiros políticos e seus próprios irmãos!

O jovem advogado explicará também porque motivo preferiu sair pelo portão da cadeia, onde estavam os seus *ferozes e sanguinários inimigos!* Se continuar assim, veremos dentro de pouco o celeberrimo sr. Souza Filho lendo na Câmara telegramas de Alegrete, dizendo que o dr. Abrilino deu garantia de vida aos republicanos, ficando entre seus adversários para evitar a destruição da municipalidade e o extermínio dos policiais!

Na mesma página da edição, sob o título “O tribunal de honra dos assististas”, é informado que a imprensa republicana publicou as cartas trocadas entre Borges de Medeiros e o senador Soares dos Santos, relativamente à proposta dos advogados Rego Lins e Moraes Fernandes, que pediram a criação de um tribunal de honra para apurar o pleito de 25 de novembro.

Explicando a disparidade entre o caso da eleição presidencial da República e a estadual, Borges de Medeiros relata que dos 28 deputados republicanos somente 12 eram influências políticas que trabalharam nos municípios a que pertenciam, em prol da vitória do seu partido. Dezesesseis deputados se limitaram apenas a votar. Ao final de uma das cartas, Borges de Medeiros diz:

Somente absoluta ignorância ou má fé, poderá levar alguém a contestar a insuspeição da assembleia no exercício de sua função constitucional. A apuração está sendo feita com o máximo rigor e estou certo que dela resultará a prova inconcussa de nossa vitória (*Gazeta de Alegrete*, dez. 1922, p. 3).

Por último, o que se pode destacar da edição n. 22 da *Gazeta* é a nota de agradecimento da família Marcírio Rodrigues, que atribui seu assassinato aos assististas, mesmo estando em andamento a investigação. Também é interessante notar que o texto revela o sentimento da família [profunda amargura, tristeza, dificuldade], seus valores [amizade, gratidão, solidariedade, amparo, retribuição] e como se referiram aos assassinos [sanguinários bandidos, agressores, sinistros]. Para a família, o assassinato de Marcírio configura-se como um massacre. Observa-se o quão importante os textos jornalísticos foram para os historiadores [e foram muitos] que narraram os acontecimentos da Revolução de 23 registrando as questões técnicas e sensoriais, objetivas e subjetivas, emocionais e racionais, paixões, ódios, traições, decepções. Este é um lado bem positivo do jornalismo, que narra os acontecimentos preocupado em registrar o contexto emocional e ambiental para que, no futuro, os historiadores possam interpretar com maior fidedignidade os acontecimentos passados.

Antonio Augusto Fagundes (2003) considerou a campanha eleitoral de 1922 rápida e violenta (2 meses). Conforme ele afirma, os dois partidos abusaram da fraude e da coação. “Como de costume, não se realizaram sem sangue e incidentes diversos, sendo o tiroteio na intendência de Alegrete o mais significativo” (Fagundes, 2003, p. 12).

Retornando à nota de agradecimento da família, publicada na *Gazeta*, reproduzimos como registro histórico uma vez que as condições do arquivo são péssimas e dificilmente poderá ser manuseado novamente. Diz a nota:

A família Marcírio Rodrigues, imersa na profunda amargura que lhe causou o massacre de seu desventurado

chefe, vítima dos sanguinários bandidos que agrediram os republicanos na noite de 25 de novembro, vem trazer nestas linhas a gratidão que vai na alma de todos os seus membros, aqueles que não a desampararam em transe tão triste e difícil. Esses bons amigos jamais serão esquecidos, como também jamais se apagarão de sua memória as figuras sinistras dos assassinos do seu querido e nunca olvidado esposo, pai, tio e avô.

O seu agradecimento é extensivo aos que acompanharam o enterro do querido extinto, às pessoas que enviaram flores e coroas artificiais e aos que manifestaram solidariedade com o sentimento que acabrunha a família Marcirio Rodrigues, entre os quais devem registro o nome do benemérito Dr. Borges de Medeiros, deputado J. Fredolino Prunes, Dr. Miranda Netto e Dr. Dutra Villa. Alegrete, 15 de dezembro de 1922.

Para finalizar, recordamos que a depressão causada pelo fim da Primeira Guerra Mundial (Corrêa, 2018) levou ao pânico os pecuaristas gaúchos, sobretudo por duas razões: os frigoríficos paralisaram suas atividades, deixando de comprar bois para abate, e os bancos, pressionados pelo governo do Estado, que exigia a devolução de seus fundos, transformaram as dívidas dos pecuaristas em cartelas vencíveis em 30 dias.

Os estancieiros pediram a proteção de seus interesses ao Estado, alegando que sempre os interesses de um foram os interesses de outros. Entretanto, Borges de Medeiros recusou-se a privilegiar o interesse de uma classe, alegando que o “Estado não existia para poucos, mas para todos”. Em seguida, anunciou que iria se candidatar novamente. Então os federalistas e dissidentes republicanos [também

pecuaristas] procuraram alguém para representar seus interesses: Francisco de Assis Brasil (Fagundes, 2003).

Referências

AHMSM. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Os sucessos de Alegrete – Os frutos da campanha assisista. *A Federação*. n. 280, p. 02, 06 dez. 1922.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, p. 163-207.

CORRÊA, Anderson R. P. *Uma história Operário-sindical de Alegrete*. A formação da classe operária alegretense. Bagé: Editora Faith, 2018.

DORNELLES, Beatriz; SCHAEDLER, Cândida. A editoria de Interior do Estado como elemento de reivindicação e promoção dos municípios interioranos gaúchos: análise do *Correio do Povo* na década de 1950. *Anais... 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba/Paraná, 4 a 9 set. 2017.

DORNELLES, Beatriz; OLIVEIRA, Marcelo Pires de. Gazeta de Alegrete: Incêndio criminoso destrói arquivo histórico de acontecimentos locais a globais. In: FINGER, Cristiane; SILVA, Juremir Machado da (org.). *Conhecimento em Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2022, v. 1, p. 155-190.

DORNELLES, Beatriz. A influência da variável familiar na ampliação da imprensa interiorana no Rio Grande do Sul: o caso Prunes. *Comunicação & Inovação*, v. 18, p. 95-113, 2017.

FAGUNDES, Antonio Augusto. *O combate da Ponte do Ibirapuitã – Revolução de 1923*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2003.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa oficial do Estado, 1973.

GAZETA DE ALEGRETE. Ano 41, n. 19, 4 páginas, 6 dez. 1922.

gazeta de alegrete. Ano 41, n. 21, 4 páginas, 13 dez. 1922.

gazeta de alegrete. Ano 41, n. 22, 4 páginas, 16 dez. 1922.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. Quem matou o coronel? A disputa da imprensa pela verdade dos fatos (1922). *Revista Semina*, v. 14, n. 2, 2015.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. *A Brigada Militar na Revolução de 23*. Porto Alegre: Gráfica Epecê/PUCRS.

POSFÁCIO

A Revolução de 1923 arrasta consigo as causas que, agravadas, vêm desde a Revolução Federalista de 1893/95. Ao mesmo tempo em que revivifica a revolução anterior com as marcas indeléveis de sangue de ambos os lados, se faz preparatória, pelo acordo alcançado, do grande pacto, com alcance nacional, com que abrigou sob a mesma bandeira chimangos e maragatos que marcharam unidos na proclamada Revolução de 1930. Teve, portanto, o mérito de fazer esquecer as “degolas”, entre outros crimes, e preparar uma unidade em torno do ideário dessa nova Revolução. Essa constatação torna sugestiva e oportuna uma digressão sobre o conceito de autoridade e o de sua depreciação quando inseminada por conteúdo de autoritarismo que a afasta de uma concepção democrática de exercício do poder.

A contextualização histórica, por rápida que seja, poderá aportar razões significativas, quando a questão cuida da noção de autoridade e a de sua decomposição, o autoritarismo. Especialmente as religiões monoteístas, nomeadamente o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, com a consistência de uma virilidade moral, as suas prescrições e estruturas têm o mérito de alcançar e influir com os seus valores o processo cultural e civilizatório dos povos que as adotam e seguem; já aqui o poder da crença transmutado

em comandos e preceitos seculares. O Brasil, tão logo descoberto por um país católico – Portugal –, foi colonizado com o concurso da Coroa e da Cruz, ou seja, pelo domínio do Estado e da fé cristã, sob os cuidados da Inquisição Romana. Portanto, sob o centralismo do Estado português e o domínio impositivo da confissão católica, como religião de Estado. Aqui a noção de autoridade tem sentido unipessoal, ou seja, do Rei, com mandato divino, e de Deus, como fonte originária de todo o poder. A autoridade, portanto, é despótica e com dimensão metafísica. Essa concepção de autoridade transposta para o mundo secular consagra uma essencialidade autoritária, que caracterizou todo o período do Brasil Colônia até a Independência, em 1822.

No período do Império, que se estendeu até 1889, com a Proclamação da República, a metamorfose que se processou foi somente no aspecto formal, uma novação subjetiva, o rei substituído pelo imperador do Brasil, com o interregno ocupado pela Regência. As casas legislativas tiveram o mérito apenas de legitimar a autoridade quase absoluta do Imperador. A República, como é consabido, sucedeu ao Império, por ato de força militar. Desde o descobrimento e até quase o final do Império, praticou-se a escravidão de negros e índios, a quem não se lhes reconheciam e asseguravam direitos humanos básicos e fundamentais, o que por certo ensombrece a ética do Estado e da Igreja. Até aí, o conceito de autoridade está distante de uma definição e concretização democrática, com visível predomínio de uma visão autoritária. Com essa herança, teve início a República, que até 1930 é considerada “República Velha”, e a em que estamos, desde então, de República Nova. De 1889 até 2023 sugestivos os fatos, a seguir alinhados, com vistas aos conceitos articulados: Revolução de 1893/5; Revolução

de 1923; movimento tenentista a partir de 1920; Coluna Prestes (Luiz Carlos Prestes) entre 1924 e 1927; Revolução de 1930; Constituinte de 1934; intentona comunista (1935); atuação da Ação Integralista Brasileira (1937); Estado Novo (Ditadura) de 1937/45; Deposição do chefe de Estado em 1945; suicídio do presidente da República em 1954; interferência militar para a posse do vice-presidente (Café Filho) e, após, de Juscelino, em 1955; renúncia do presidente Jânio Quadros (1961); movimento da Legalidade Democrática (1961); impedimento militar da posse de João Goulart (vice-presidente), com solução jurídica consistente na redução de seus poderes, com o que assumiu a Presidência da República em 1961; ditadura militar de 1964 a 1985; insurgência com o resultado da eleição presidencial, com ação violenta de depredação e demolição de prédios públicos em 8 de janeiro de 2023. Vê-se, assim, que a despeito da estrutura democrática formal concebida juridicamente e implantada com plena eficácia legal, os fatos históricos elencados indicam que as demandas e confrontações políticas não se conformaram nas regras democráticas, se mostrando o sistema legal com incapacidade para absorvê-las, sem o risco da própria deformação enquanto tal. Não obstante, por certo legítimas, pertinentes e oportunas as críticas que possam ser feitas ao sistema democrático em vigor, desde que, sempre, no objetivo de seu próprio aperfeiçoamento.

Assim, nessa direção, ponderam-se as seguintes: a ausência de uma democracia econômica, pressuposto necessário da democracia formal, resultante de uma absurda concentração da renda nacional; o predomínio de postulações particulares em detrimento do interesse geral, com reflexos diretos na estabilidade das regras democráticas; aliciamento dos militares, o que vem desde o prestígio por

eles alcançados na Guerra do Paraguai (Oliveira Viana), pelos políticos civis, na busca de respaldo da caserna para reforço de suas pretensões; inconsistência ideológica dos partidos políticos e de seu excessivo número, cuja prática leva a visível indiferenciação, do que é exemplo modelar o conglomerado de siglas cognominado “Centrão”, que não se peja de servir de base de sustentação, independente da ideologia que ostentem, de qualquer governo de plantão, em troca de cargos no Executivo, cujo lema chega a ser ofensivo às prédicas de São Francisco de Assis, consistentes em que é “dando que se recebe”, em alusão à distribuição de cargos no Poder Executivo, que, seguramente, vai de Ministro de Estado a chefe de seção em empresas estatais; a prática disseminada de *lawfare*, em que o Direito passa a ser instrumento das mais diversas e variadas interpretações em busca da tutela de interesses, por vezes, os mais escusos, ou seja, um método espúrio de transformar a lei em instrumento bélico; o patrimonialismo, com a propositada confusão do público e do privado; do tráfico de influências, e os níveis estratosféricos de corrupção provenientes, especialmente, dos estamentos superiores, o que lhe confere enorme capacidade de proliferação. Lastimavelmente, se submetermos à comparação as razões da insurgência da Revolução de 1923 com as da insurgência verificada em 2022, e que culminaram nos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, identificaremos, facilmente, que lá se tratava de um movimento pró-democracia e contra a fraude eleitoral, e aqui (2023) exatamente uma desconformidade com vistas a instaurar um regime de exceção pela justificativa canhestra de negar uma eleição limpa, escorregada que colheu a manifestação popular nos precisos termos da lei e da constituição. Uma regressão inadmissível, que

aponta para a insuficiência da “catequese” democrática, e, especialmente, da prática dela.

Quem sabe se trata de um déficit na formação da cultura política brasileira. Sabido que não basta a lei, sendo indispensável a consciência e a prática efetiva pelo corpo social dos valores nela consagrados. Em nosso processo cultural está inserta a influência da concepção cristã de autoridade – procedente da crença religiosa – que se situa, metafisicamente, em um ser superior, onisciente e onipresente, ao qual a pessoa se submete; a autonomia desta desaparece; a autoridade, portanto, está sempre além. Aqui, a partícula de autoritarismo vem gestada numa noção do absoluto – e quem o encontra não depende de mais nada – que não comporta contestação; que o digam, em verdadeiro paradoxo, as denominadas guerras santas e a própria purificação patrocinada pela batuta da Inquisição católica; em ambas, a instância do questionamento já se encontra sempre superada, persistindo o que é derradeiro, a execução, ou seja, as vias de fato. Em plano mais próximo, o centralismo do Império português, através do Rei e do Imperador, abençoados pela Igreja, se de um lado, por certo, ajudou a manter a integralidade territorial do Brasil, fez subserviente o brasileiro, o que restou severamente agravado pelos 400 anos de regime escravocrata. Não bastasse, o Estado no Brasil precedeu a Sociedade Civil, como já tem sido destacado, que se fez dependente dele, imolando a autonomia dela, em prejuízo de sua iniciativa e independência. Essa contingência histórica e cultural anestesiou no brasileiro o impulso para a afirmação individual e de assunção da responsabilidade pessoal e intransferível pela sua própria existência, numa imposição radical como indivíduo e cidadão. Esses ingredientes todos que compõem a cultura e o

processo civilizatório brasileiro têm impedido, até hoje, que a democracia, como estrutura do poder, tenha maturado de modo a transformar-se em cláusula pétrea, não só na lei, porém, significativamente, na consciência política coletiva. As razões declinadas, guardadas as especificidades tópicas e situacionais, por certo que se inserem numa peculiaridade própria da cultura de origem latina, o que ajudaria a compreender que países como Espanha e Portugal, no coração do continente europeu, vivessem, em plenas luzes do Século XX, mais de trinta anos sob o tacão da ditadura militar.

Marcos Juliano Borges de Azevedo

advogado e autor de *Considerações*

sobre o poder (Sulina, 2022)

Este livro foi confeccionado especialmente
para a Editora Meridional Ltda., em Utopia Std.